

Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos

Fuad Kyrillos Neto
Janaína de Assis Rufino
Mauro Rocha Baptista
(Organizadores)

Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos



Barbacena

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais
2014

Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos

ISBN: 978-85-62578-44-1

Publicação da Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do editor

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitor

Dijon Moraes Júnior

Vice-Reitora

Santuza Abras

Chefe de Gabinete

Eduardo Andrade Santa Cecília

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Giovânio Aguiar

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação

Terezinha Abreu Gontijo

Pró-Reitora de Ensino

Renata Nunes Vasconcelos

Pró-Reitora de Extensão

Vânia Aparecida Costa

Universidade do Estado de Minas Gerais.

Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos / Fuad Kyrillos Netos,
Janaína de Assis Rufino, Mauro Rocha Baptista, (orgs.) –
Barbacena : EdUEMG, 2014.

145 p. – (Educação, Subjetividade e Sociedade)

ISBN 978-85-62578-44-1

1. Educação. 2. Sociedade. 2. Subjetividade. I. Kyrillos Neto,
Fuad, org. II. Rufino, Janaína de Assis, org. III. Baptista, Mauro
Rocha, org. IV. Título. V. Série.

CDU 37:316.42

Elaborada por: Marcos Antônio de Melo Silva - Bibliotecário CRB6: 2461

Versão eletrônica

**EdUEMG - Editora da
Universidade do Estado de Minas Gerais**

Avenida Coronel José Máximo - 200
Bairro São Sebastião
36.202-284 - Barbacena - MG
Telefone: (32) 3052-3105
eduemg@uemg.br

Coordenação
Daniele Alves Ribeiro

Capa, projeto gráfico e diagramação
Marco Aurélio Costa Santiago

Produção editorial e revisão
Daniele Alves Ribeiro

UEMG - Barbacena
Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco

Diretora do Instituto Dona Itália Franco
Cíntia Lúcia de Lima

Sumário

Seção I - Espaços urbanos

O caipira nas peças de teatro de revista: São João del Rei e o sertão mineiro Cláudio Guillarduci	17
Sobre os formatos urbanos a se utilizar na assunção dos <i>banlieues</i> : práticas e estratégicas linguísticas Helder Rodrigues Pereira	33
Cortinas descerradas, a realidade em cena: análise enunciativa e polifônica da apresentação do livro “Nos porões da loucura” Maria de Fátima Teixeira Gomes e Janaína de Assis Rufino	43

Seção II – Sujeitos e narrativas

Delírio e realidade em Machado de Assis Felipe Mansur	57
A literatura menor de Franz Kafka Mauro Rocha Baptista	67
O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político Gustavo Ximenes Cunha	81

Sumário

Seção III – Sociedade e conflito

Para mim a alfabetização é...: vozes e saberes docentes
acerca da alfabetização

Elisabeth Gonçalves de Souza _____ 99

Controle disciplinar e os modos de subjetivação do
adolescente em privação de liberdade

Ângela Buciano do Rosário _____ 119

Acepção da loucura e a constituição de seu espaço
institucional em Foucault: um diálogo com a psicanálise

Fuad Kyrillos Neto _____ 131

Liminar

O Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade da UEMG-Barbacena chega ao seu terceiro ano de existência procurando alcançar o melhor proveito de sua estrutura multidisciplinar e pluriinstitucional. Nestes primeiros anos o grupo vem se desenvolvendo através das pesquisas individuais de qualificação docente e discente, produção de artigos e apresentações acadêmicas que visavam o debate de ideias sobre a temática geral do núcleo. O livro que ora apresentamos representa o primeiro esforço conjunto de demonstrar à comunidade o diálogo que traçamos como objetivo interno para o amadurecimento institucional desse núcleo e da pesquisa regional.

Como primeiro aporte desse esforço é necessário demarcar o nosso objeto temático e o que o circula. A palavra educar deriva-se etimologicamente de *exducere* que significa conduzir, tirar para fora, desenvolver capacidades e potências. Educar é, portanto, humanizar. Mas uma humanização que só pode ser perfeita se compreendemos que ser homem é ser uma constante proposta, uma potência pronta para se desenvolver, mas nunca prontamente desenvolvida, um projeto que precisa ser tirado para fora de si mesmo, uma realização que emerge de determinada configuração social e para ela traz as marcas das suas contradições, dos seus consensos e das suas subjugações. A procura por parte do homem das suas próprias raízes e do sentido humano do seu existir foi chamada de humanismo, embora represente todo um discurso de hominização no qual a história assume o seu originário papel de educadora. Nos colocamos diante de um paradoxo no qual a educação ao mesmo tempo deve tirar do homem a sua potencialidade e, por outro lado, deve incutir nele os valores, uma série de poderes prontos. Um drama vivenciado pela oposição entre a subjetividade do homem que quer se educar e a sociedade presente no conceito de homem que se quer educar.

O ponto de partida da educação é a educabilidade situada na contraposição dialética entre ser e não ser, ou entre as imposições da realidade e as projeções da ficção, ou ainda entre a subjetividade que busca a educação e a sociedade que é tradicionalmente configurada por esta. A dinâmica da ideia (força primeiríssima, potencialmente riquíssima, dinâmica inerente a todo processo cósmico e histórico) reside na força das contradições que ela contém e não se esgota. A dialética é alma da realidade. O primeiro passo na ascensão ao humano é a consciência de algo que lhe é diferente. Consciência do objeto como outro extremo, que impõe limites à própria existência do homem, um processo que no fundo significa adquirir a consciência de si e de seus limites. A autoconsciência como verdade da consciência trazida até a consciência.

É no discurso e conflito gerados por ele que a subjetividade encontra a autoconsciência que pode ser produzida por meio de uma educação que compreende seu papel paradoxal. A história do grupo ao qual cada ser humano está ligado lhe fornece o capital social e cultural, bases oferecidas pela sociedade, desde onde ele poderá erguer sua subjetividade por meio do conflito com a sociedade. Esse é o espaço onde as “consciências-de-si” dos homens se constituem no confronto gerado pelo relacionamento com a alteridade. No processo de produção humana é o grupo tecido por “consciências- de- si” que se reconhece. Não há eu sem tu, ou melhor, sem nós. O ser humano se torna inteligível por essa relatividade. Cada ser humano é relativo aos outros. As pessoas se constroem historicamente nesse embate. Nesse embate a função dialética da educação é resgatada não para velar o conflito como algumas tendências utópicas podem fazer supor, nem para designar definitivamente quem é o ser que deve banir definitivamente o não-ser como o pragmatismo moderno pretende responder às utopias, mas para assumir o discurso, a narração individual como o ambiente próprio da humanização, e o conflito como fundamento inexorável da construção de consciência.

A totalidade da qual emerge a subjetividade humana é a totalidade social compreendida como sistema dos modos de produção. A forma homem é efeito de um poder produtivo através de uma ação educativa. O projeto humanístico é projeto pedagógico em ação. Por um lado hominiza com seu discurso, por outro gera conflito com sua homogeneidade. O projeto de subjetivação da Pós-modernidade é, sobretudo, plural e divergente. A pedagogia enquanto discurso e tecnologia está implicada no governo da subjetividade. Os sujeitos pedagógicos se formam em função de um discurso pedagógico, pois são em grande parte constituídos e regulados por uma ordem que é introduzida por esse discurso.

Assim sendo, nossa proposta trabalha com um conceito de educação que tem como pilares o discurso e o conflito. O discurso na condição de construção de subjetividades e o conflito como elemento inerente às relações sociais. E se contrapõe à pedagogia tradicional hegemônica, que se baseia na tradição experimentalista segunda a qual deve haver necessariamente uma ligação entre o estímulo ambiental e a resposta dada. Tal associação seria suscetível de controle científico e, portanto, de uma quantificação fundamental para justificar didaticamente a sobreposição da educação ao sujeito. A tradição experimentalista em psicologia e pedagogia parte do pressuposto de que desvendada a intrincada trama de associações, é possível, intervindo de forma direta sobre os estímulos, controlar o comportamento.

Lajonquière (1994) afirma que o discurso pedagógico hegemônico repousa na ilusão de que saber é poder. Conhecendo as leis da aprendizagem, o pedagogo terá a capacidade de prever os

efeitos dos métodos que coloca em ação. A respeito desse tema, o autor lembra outras vertentes teóricas associadas à pedagogia que nutrem essa ilusão: a psicologia cognitivista, as leituras dos textos freudianos que apostam exacerbadamente na capacidade adaptativa do ego, bem como certas interpretações do *corpus* piagetiano que, focadas exclusivamente na descrição fenomenológica da conduta, investem seus esforços na possibilidade de fundação de uma pedagogia científica (com descrições de fases, previsão de comportamentos em idades específicas).

Contrapomos a essa pedagogia uma revisão do papel do sujeito diante dos seus espaços de atuação e da sociedade que os preenche, relendo suas narrações e argumentações como possibilidade de construir uma nova pedagogia. Neste primeiro diálogo nos atemos às questões metodológicas com que cada área de nossas pesquisas permite o início do processo de revisão, enquanto mantemos e aprofundamos no conflito nossas perspectivas para uma nova pedagogia.

A discussão sobre a orientação narrativa e argumentativa é a base desde a qual podemos repensar a pedagogia. Esse debate admite duas perspectivas. A primeira defende que em todo enunciado haveria uma orientação argumentativa e que a narração seria não mais que uma expansão descritiva necessária para preencher o cerne semântico dos argumentos. A segunda defende que todo enunciado é narrativo e a argumentação seria a própria descrição dos fatos. Segundo Charaudeau, em seu texto *L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit*, a argumentação e a narração são duas atitudes diferentes, mas complementares do sujeito falante. O autor ainda afirma que teríamos duas atitudes diferentes relacionadas à instância da “recepção”. Na narração teríamos uma atitude “projetiva” em que é permitido ao leitor se identificar com os personagens da narração. Em contrapartida, na argumentação, a atitude seria “impositiva”, uma vez que obriga o leitor a se incluir num esquema de verdade. Segundo Charaudeau (1998), “ambas as atitudes se misturam, se interpenetram nos atos de comunicação, mas podemos considerar que segundo as situações e os *enjeux* de comunicação cada uma será a seu turno dominante”¹ (CHARAUDEAU, 1998, p. 8).

A expansão entre as atitudes projetivas e impositivas da linguagem, entre a narrativa ficcional e a real, entre subjetividades e sociedade é o espaço instaurado de diálogo, convergências e fraturas que unem os pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Educação: Subjetividade e Sociedade. Assim como Foucault (2001, p.169), empreendemos a espacialidade da linguagem e dessa própria organização de textos como espaço da escrita, da leitura, da autoria, das heterogeneidades e dos dialogismos que atravessam cada uma

¹ Ces deux attitudes se melangent s'interpénètrent dans bien des actes de communication, mais on peut considérer que selon les situations et les enjeux de communication chacune sera à son tour dominante.

das pesquisas desenvolvidas no núcleo de pesquisa.

O espaço pensado à luz das ciências humanas considera o sujeito inserido e em interação com o próprio espaço, pois é nele que as relações discursivas efetivamente ocorrem, estabelecendo a todo instante a reflexão/refração e a ação do indivíduo em seu meio. Logo, consideramos o espaço como episteme e objeto motivador do actante imerso em seu espaço.

Se a linguagem é “uma folha em branco” (Foucault, 2001, p. 171), se a linguagem é uma espacialidade não fechada, não completada pelas normas gramaticais e culturais, ela pode ser considerada como um espaço que se abre para novas experiências, novas práticas discursivas, novas possibilidades de efetivação do interdiscurso, enunciativas e com relação à combinação das imagens e cores. Assim como a linguagem, nosso projeto “Espaços, subjetividades e sociedade: diálogos” assim se constituiu, buscando agregar as possibilidades de diálogo entre as diversas pesquisas desenvolvidas pelos membros do núcleo de pesquisa.

Estruturamos os textos em três seções. Na primeira seção, “Espaços urbanos”, Cláudio Guillarduci, no texto “O caipira nas peças de teatro de revista: São João del-Rei e o sertão mineiro”, faz uma reflexão sobre os personagens “caipiras” apresentados nas peças de teatro de revista “Terra ideal” (1915) de Tancredo Braga e “Número um” (1917) de Durval Lacerda, escritas e encenadas na cidade de São João del-Rei, interior de Minas Gerais. Seu objetivo é analisar se esses personagens-tipos representavam os cidadãos são-joanenses da época, levando em consideração que as referências teatrais da cidade mineira eram os palcos cariocas. “Sobre os formatos urbanos a se utilizar na assunção dos *banlieues*: práticas e estratégicas linguísticas” é o segundo texto da primeira seção, de Helder Rodrigues Pereira, discute que ao proporem construções urbanas, os homens estabelecem limites físicos e, a partir deles, inscrevem no concreto o que trazem no registro do imaginário em uma atitude primitiva de classificação entre aqueles que se assemelham. Essa mesma prática inaugura políticas de exclusões que atingem aos que não se conformam com a língua traduzida em leis e costumes. Percebecemos que nada nos é estanque, tudo parece estar de alguma forma relacionado. Assim os espaços criados pelos dois textos transitam da atitude projetiva à atitude impositiva, promovendo uma reflexão do espaço real por meio do espaço recriado. A primeira seção é encerrada pelo texto “Cortinas descerradas, a realidade em cena: análise enunciativa e polifônica da apresentação do livro ‘Nos porões da loucura’”, de Maria de Fátima Teixeira Gomes e Janaína de Assis Rufino. O objetivo é a análise enunciativa e polifônica da “apresentação” do livro “Nos porões da loucura” a fim de evidenciar como o autor Antonio Soares Simone organiza o seu discurso para, primeiramente, convencer o leitor a ler o livro e, conseqüentemente, conduzi-lo para as

mudanças que deseja para o Hospital Psiquiátrico de Barbacena.

Os sujeitos sempre apresentam o anseio de discutir sua existência no meio em que vivem e irão recriar continuamente seus espaços que dialogam com o espaço real e provoca um efeito de sentido no sujeito. A segunda seção, “Sujeitos e narrativas”, estruturou-se a partir da sensação que temos de que o espaço se configura como uma arena, onde a interação, a sobrevivência e as refrações constantes nos alimentam. Nesse jogo dialético social, procuraremos discutir o espaço que incide nas evasões subjetivas. Os espaços passam a ser ressignificados por uma atitude projetiva até finalmente o ficcional interferir nas próprias organizações espaciais da sociedade, revelando a atitude impositiva da linguagem. No primeiro texto da seção, Felipe Mansur, em “Delírio e realidade em Machado de Assis”, realiza uma leitura interpretativa de alguns de seus contos e também do seminal capítulo “O Delírio” das “Memórias póstumas de Brás Cubas” (1881). O autor apresenta um estudo que indica que a ficção machadiana é um universo vasto para interpretar e investigar a condição subjetiva do homem moderno, seja no século XIX, ou no XXI. Mauro Rocha Baptista, no segundo capítulo, com o texto “A literatura menor de Franz Kafka”, pretende avaliar a relação entre a subjetividade do autor, o impacto social de sua obra e a construção de subjetividades que esse impacto produz, utilizando conceito de literatura menor com o qual Deleuze e Guattari avaliam a produção kafkiana. Os dois textos projetivamente impõem os sujeitos autores como uma maneira de problematizar a subjetividade na sociedade. Já de forma complementar, Gustavo Ximenes Cunha discute o espaço do sujeito leitor no terceiro capítulo da seção, “O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político”, centrando o estudo na representação referencial que define o tipo narrativo, procura verificar o impacto dos aspectos contextuais na emergência dessa representação.

A sociedade com seus espaços criados e recriados pelas subjetividades que a atravessam se faz representar, reativando o fluxo contínuo das atitudes projetivas e impositivas da linguagem na constituição do sujeito, do espaço e da sociedade. Esse é o ponto de diálogo para terceira seção, “Sociedade e conflito”. Elizabeth Gonçalves de Souza, no primeiro capítulo da última seção, discute no texto “Para mim a alfabetização é...: vozes e saberes docentes acerca da alfabetização”, as concepções de alfabetização presentes no discurso de professores das séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal de educação de Barbacena. O texto pretende oferecer subsídios para o planejamento e a execução de ações direcionadas para políticas educacionais referentes à formação e à capacitação docente. No segundo capítulo da seção, temos a representação do sujeito/adolescente em conflito com a lei. No texto “Controle disciplinar e os modos de

subjetivação do adolescente em privação de liberdade”, Ângela Buciano do Rosário busca uma reflexão acerca dos modos de subjetivação do adolescente autor de ato infracional que cumpre medida socioeducativa privativa de liberdade. Finalmente, encerrando a última seção do livro, Fuad Kyrillos Neto, em seu texto “Foucault e a constituição do espaço institucional da loucura: um diálogo com a psicanálise”, auxiliado pelos escritos de Foucault, faz um percurso que procura investigar o nascimento da medicina social. Após abordar a entrada do médico no hospital, trata das relações de poder dentro dos hospitais psiquiátricos, mais especificamente, da visão médica da “loucura” e a reação da antipsiquiatria aos poderes estabelecidos em uma interlocução entre Foucault e Lacan.

Assim, os espaços ficcinonais (projetivos) e/ou reais (impositivos) habitados pelas diversas possibilidades de sujeitos e de subjetividades e seus modos de organizarem e perceberem a sociedade põem-se em diálogo no primeiro livro do Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade.

Referências

CHARAUDEAU, P. *L’argumentation n’est peut-être pas ce que l’on croit*. In: revue le français aujourd’ hui. n. 123, 1998, p. 7-15.

FOUCAULT, M. Linguagem e literatura. In: MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAJONQUIÈRE, L. *De Piaget a Freud*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Fuad Kyrillos Neto
Janaína de Assis Rufino
Mauro Rocha Baptista
(Organizadores)

Seção I

Espaços urbanos

O caipira nas peças de teatro de revista: São João del-Rei e o sertão mineiro

Cláudio Guilarduci

Esse texto faz uma reflexão sobre os personagens “caipiras” apresentados nas peças de teatro de revista “Terra ideal” (1915) de Tancredo Braga e “Número um” (1917) de Durval Lacerda, escritas e encenadas na cidade de São João del-Rei, interior de Minas Gerais. O objetivo é analisar se esses personagens-tipos representavam os cidadãos são-joanenses da época, levando em consideração que as referências teatrais da cidade mineira eram os palcos cariocas.

Em análises anteriores sobre a peça “Terra ideal” (GUILARDUCI, 2008), observou-se que o seu título, assim como todo o enredo da peça, traduzia a idealização de uma cidade que buscava se aproximar da Capital Federal tanto em relação aos aspectos culturais quanto aos políticos e econômicos. Dentre seus inúmeros atributos, é possível afirmar que São João del-Rei foi indicada pelos inconfindentes para ser a capital do Brasil e do estado de Minas Gerais, durante a disputa que ocorreu na escolha do local que iria sediar a capital do estado. Assim, o enredo de “Terra ideal” é construído a partir da visita do Dr. Conegundes à cidade e tem como propósito apresentar a bela e moderna São João del-Rei para o visitante carioca.

Já na peça “Número um”, o enredo se desenvolve a partir da visita do caipira Tibúrcio Militão à cidade durante uma tradicional festa religiosa que ocorre no bairro Matosinhos e é dedicada ao Divino Espírito Santo e ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Esse caipira especificamente é representado com cavanhaque, uso de botas e com trejeitos que identificam o roceiro do estado de Minas (GUILARDUCI, 2005, p.127).

É importante frisar que a aproximação com a cidade carioca a partir de diferentes comparações não é privilégio somente dessas duas peças de teatro. Em outras também é possível encontrar indícios dessas tentativas – “A mudança da capital” (1893) de Modesto de Paiva, “O gramophone” (1916) de Alberto Gomes e “O meu boi fugiu” (1918) de Ribeiro da Silva e Oscar Gambôa. Isso se deve não só por ser o Rio de Janeiro o pólo de produção desse modo de fazer teatral no final do século XIX e início do XX, mas também devido às relações

econômicas, comerciais e socioculturais estabelecidas entre essas cidades.

Os personagens caipiras apresentados nas peças são-joanenses acompanham a tipificação elaborada nos palcos cariocas desde a peça “Um sertanejo na corte” (1833) de Martins Pena e o memorável senhor Euzébio, personagem da peça “O tribofe” (1892) de Arthur Azevedo, com suas características fixas – roupa, físico, linguagem e trejeitos – que cativaram inúmeras plateias. Esse personagem-tipo representa a simplicidade rural a partir do espanto e das dificuldades em lidar com o progresso e com a modernidade. No entanto, sua aparência simples e inocente escondia certa sabedoria e esperteza (VENEZIANO, 1991, p. 131).

Os caipiras em São João del-Rei

Os personagens-tipos, como afirma Veneziano (1991), sempre estiveram presentes nas comédias. No teatro de revista, os tipos mais comuns foram o malandro, o português, a mulata e o caipira. Os dois últimos talvez tenham sido os personagens com maior longevidade no teatro brasileiro. O caipira, inclusive, saiu dos palcos do teatro e invadiu o rádio e o cinema a partir do clichê caboclo.

O teatro de revista sempre se apoiou em tipos populares que refletiam o panorama político-social do momento. Estes tipos, evidentemente, não eram envolvidos a ponto de chegarem à dimensão do ser humano, mas encarnavam o reflexo de toda a nossa humanidade cosmopolita e perplexa diante dos anseios progressistas (VENEZIANO, 1991, p. 122).

Os roceiros representados nas peças são-joanenses são mineiros, todavia oriundos de terras distantes do centro urbano de São João del-Rei. Na peça “Número um”, o roceiro Tiburcio Militão é um capiau de Catiara, região do sertão, próxima ao Triângulo Mineiro. Sua apresentação inicial é feita através de uma música (LACERDA, 1917, p. 3, cena 2, ato 1) que também narra os motivos de sua ida até à cidade são-joanense. Na peça “Terra ideal”, o personagem é Manoel Cangalha, morador de Cajuru, distrito de São João del-Rei. Nessa peça, a música também tem a função de apresentar o personagem e seu local de origem¹.

A tipificação do roceiro – com o seu modo de andar, falar e vestir – auxiliada pela criação de situações inusitadas, certamente, provocava aplausos como na cena em que Manoel Cangalha, em visita ao Rio de Janeiro, refere-se a um encontro político com Arthur Bernardes.

ROCEIRO – Sabe duma coisa, Seu Doto. Estive com a V. Exa. O nosso patrício Dr. Arthur Bernardes. Elles me fallaram que eu não conseguia fallá com elle. Pois foi num minuto.

¹ Cf. LACERDA, 1917, p. 16, cena 6, ato 1 e p. 41-2, cena 4, Ato 2.

DR. CONEGUNDES – Sim senhor que importância!

ROCEIRO – Cheguei lá no palácio, um mocetão fardado, me perguntou quem eu era. Respondi grosso: chefe político do Caju. O homem foi lá dentro, daí há pouquinho tava eu c'o presidente (sic)! Pedi a ele um destacamento lá pr'o Carujú. Já se viu um chefe político sem polícia? Ele me agarantiu que arranjava. Que eu posso ficar descansado, que mandava não só o destacamento (falando forte) como também madava p'ra lá um navio de guerra!

DR. CONEGUNDES – (rindo) Mas lá não tem mar, como é?

ROCEIRO – Ele manda fazer? Pois ele não é o presidente? (BRAGA, 1915, p. 56-7).

Na cena 8 do ato 2 da peça “Número um”, o “roceiro” busca afirmar a sabedoria e esperteza do homem do interior em um comentário feito a Cajuquinho: “esses sujeitinhos da cidade vê a gente assim com as roupas mais modesta, e sem os modos da capitã, pensa que nos embruia com facilidade, mas qual! Na Catiara já me apareceu um desse e eu fui dando os contra” (LACERDA, 1917, p. 25). O personagem ao qual Tibúrcio Militão se refere como sendo um sujeito que tenta enganar os roceiros é um funcionário público da cidade, mas a referência aos bons modos, vistos como modelo, são aqueles oriundos da Capital Federal. Nessa fala, como acontece também em outras cenas, é possível observar que todas as tentativas de enganar ou menosprezar o “roceiro” foram frustradas.

METIDIÇO - o senhor assim está me desgostando, não me disse que ia arriscar cinco paos, quem não arrisca não petisca. Vamos fazer então uma fezinha aqui na roda da fortuna. (...) (A parte) E eu que pensava que ele era uma paca mas não escapa aos submarinos, vai se ver bambo e tem que explicar (LACERDA, 1917, p. 6, cena 6, ato 1).

Mesmo com as dificuldades em relação ao progresso e às novas tecnologias da modernidade, os roceiros confirmavam que a vida na cidade transformava o sujeito para melhor. Na peça “Terra ideal”, o Doutor Conegundes fala sobre as transformações ocorridas com o filho de Manoel Cangalha, Caria, em decorrência dos dias que passou no Rio de Janeiro.

CARIA – Boa tarde doutor, como tem passado?

DR. CONEGUNDES – Mas que diferença! Este é o Caria! Não há nada como o Rio de Janeiro para civilizar os jecas. Que espantosa transformação!

CARIA – Papae, o dinheiro já está quase recebido. Já há ordem de pagamento. É questão de mais uma hora.

DR. CONEGUNDES – Sim senhor! Aprendeu até a fallar! (BRAGA, 1915, p. 59, cena 6, ato 3).

O “roceiro” – nesse caso o pai de Caria – está presente na cena, mas não comenta as ditas melhorias. Apesar disso, no decorrer da peça, fica clara a sua aceitação quanto às mudanças

do seu filho, mas sem deixar de afirmar que a cidade do Rio de Janeiro é violenta, tem muitos carros e multidões de pessoas, preferindo morar na tranquilidade de sua cidade mineira.

Da mesma forma, na peça “Número um”, os seus dois *compères* demonstram características que se assemelham às dos homens da cidade grande, possibilitando a elaboração de um jogo ao se relacionarem com os aspetos tipificados do caipira. O primeiro *compère*, Mettidoço, é um sujeito moderno com semelhanças em relação aos homens das cidades grandes e, ao mesmo tempo, sem carácter. Isso fica claro quando ele anuncia que tentará dar um golpe no “roceiro” que chegou do Sertão para a festa de Matosinhos. O segundo personagem, responsável por apresentar o centro da cidade ao homem do sertão, é o motorista do carro número um, Cajuquinho, que também se autointitula como um dos piores “mettidoços” da cidade, ou seja, intrometido, bisbilhoteiro, abelhudo etc.

Sou chamado Cajuquinho
Ca de São João
Encontro sempre em meu
Caminho a cavação. (...)
Mas se acaso sou forçado
Andar por certa zona
Eu sou cabra sarado
Eu levo tudo a tampona (LACERDA, 1917, p. 10, cena 1, ato 1).

Esses personagens, ao privilegiarem o moderno, demonstram as coisas boas de São João del-Rei. No entanto, sempre apontam os problemas causados pela modernidade, mais especificamente aqueles relacionados aos comportamentos, ressaltando sempre o antigo em detrimento do novo. Todavia, é importante ressaltar que as peças teatrais ao representarem o personagem-tipo “caipira” não estão fazendo referência aos são-joanenses. Por isso, se faz necessário entender as representações simbólicas do sertão, do sertanejo e suas possíveis relações com essa cidade do interior de Minas Gerais.

O distrito de Cajuru, onde reside o caipira da peça “Terra ideal”, fica, aproximadamente, a 39 quilômetros do centro da cidade de São João del-Rei. Surgiu por volta da segunda década do século XVIII, no antigo caminho de tropeiros paulistas. O arraial cresceu em torno da igreja de São Miguel. Possivelmente, o nome dado ao arraial, São Miguel de Cajuru, deve-se à igreja. Além disso,

o distrito já conheceu épocas de grande importância e, no Império, ligou seu nome ao dos Barões do Cajuru, João Gualberto de Carvalho e seu filho, Militão Honório de Carvalho que teve seu nome vinculado à Revolução de 1842. Na época colonial instalaram-se no local importantes fazendas, além de a área se integrar em conhecida região de lavras auríferas (SACRAMENTO, 2000, p. 84).

A palavra “cajuru” tem origem tupi-guarani e significa “boca” ou “entrada da mata” do sertão (SACRAMENTO, 2000, p. 81). Portanto, essa região próxima e que pertence à São João del-Rei já era considerada vinculada ao sertão mineiro. Dessa mesma forma, na peça “Número um”, o autor, ao mencionar a localidade de Catiara, próxima ao Triângulo Mineiro, está na realidade se referindo a um roceiro do mesmo sertão da peça “Terra ideal”, mas distante apenas seis léguas da rua Municipal, ou seja, do centro da cidade.

A concepção de sertão em São João del-Rei

No Brasil, desde o século XVI, viajantes estrangeiros com diferentes formações percorreram e descreveram diferentes aspectos do país com o objetivo de nomear, organizar, classificar e catalogar a vida social, os costumes, a flora, a fauna etc. A literatura de viagem – crônicas, relatos, correspondências, memórias, diários, álbuns de desenhos – a partir de olhares e impressões, narraram a vida brasileira em diferentes línguas, inglesa, alemã e portuguesa.

Joahnn Baptist Ritter Von Spix e Carl Friedrich Philip Von Martius, por exemplo, entre os anos de 1817 e 1820 viajaram pelo interior do Brasil percorrendo o rio São Francisco, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. As anotações realizadas durante essa viagem foram publicadas no Brasil no ano de 1938 com o título “Viagem pelo Brasil”. Outro viajante que percorreu o rio São Francisco no século XIX foi Richard Francis Burton. Em sua viagem, que durou cinco meses, também visitou o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Alagoas. No ano de 1941, seus relatos foram publicados no Brasil com o título “Viagens aos planaltos do Brasil” (GASPAR, 2009).

Essa literatura de viagem elaborada após relatos, do início do século XIX, de viajantes, cronistas e missionários que percorreram vilas, fazendas, áreas rurais e matas ainda não habitadas, somada aos discursos existentes na época, os quais qualificavam o civilizado e seu contrário, é que forjaram a ideia de “sertão”. Tais viajantes traziam, nos seus olhares, a concepção racionalista de uma Europa detentora de um processo de apropriação do conhecimento que lhes conferiam o *status* de pertencerem ao mundo civilizado. Comparações físicas, humanas, econômicas e de representações sociogeográficas entre os europeus e os brasileiros² possibilitaram a construção da identidade do homem nascido no Brasil como sendo exótica e inferior à noção de europeu civilizado (DUARTE, 2002, p. 268)³.

² Os brasileiros, de acordo com a Constituição de 1824, eram os nascidos no país. Brasileiros efetivos eram considerados apenas aqueles que tinham posses, excluindo, dessa forma, grande parte da população.

³ De acordo com Regina Duarte (nota de rodapé n.2), inúmeros relatos foram publicados na Europa com o objetivo de transmitir as riquezas e os problemas encontrados no novo mundo para aqueles que não puderam viajar.

O decorrer do século XIX parece ter assistido a um crescente otimismo dos europeus em relação a si próprios e à cultura da qual participavam. Evolução, progresso, produção e civilização são motivos de orgulho a ponto da incompreensão e intolerância de qualquer outra sociedade em que os homens pudessem viver diferentemente (DUARTE, 2002, p. 278).

Além disso, deve-se levar em consideração que o processo de colonização instituído pelos portugueses e a escravidão também interferiram nessa noção de civilidade e de progresso no Brasil.

Somadas às expedições dos viajantes, outras empreitadas pelo território mineiro foram realizadas em épocas e circunstâncias diferenciadas. Tanto é assim que:

em 1847, foi fundada uma companhia cujo objetivo principal era ligar o centro-oeste da província de Minas Gerais ao litoral. Isso deveria ser viabilizado por meio da navegação do rio Mucuri e da construção de estradas paralelas aos trechos não navegáveis. Dirigida por Teófilo Otoni e apoiada por fazendeiros do termo de Minas Novas, a atuação da **Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri** mudou a paisagem da região. Aproximando-se das populações indígenas de forma não-violenta, Otoni conseguiu penetrar nos territórios habitados pelos temidos botocudos, obteve deles a permissão para empreender a construção das estradas, a criação de fazendas e mesmo a fundação da freguesia de Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni (DUARTE, 2002, p. 269).

O encontro com os índios botocudos é exemplar na demonstração dos múltiplos olhares que foram constituídos para os habitantes dessas regiões. Existem vários relatos marcados pelo espanto, medo e repulsa por qualificarem esses índios como antropófagos. Possivelmente, a prática do canibalismo foi sendo elaborada ao longo dos encontros sangrentos com os visitantes que utilizavam carne indígena para que seus cães pudessem caçar os próprios índios. O canibalismo seria uma resposta à própria prática dos europeus (DUARTE, 2002, p. 271). Tanto é assim, que o nome botocudos identifica um grupo linguístico *macro-jê* que habitava Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, mas o que havia em comum entre esses povos era o uso de discos de madeiras no lóbulo das orelhas e no lábio inferior. O nome botocudo – pejorativo – foi dado pelos portugueses a partir das rolhas dos seus vinhos denominadas, na época, de botoques (DUARTE; PENA, 2008, p.1).

A violência contra esses índios para a conquista de suas regiões é mencionada desde 1808, quando o príncipe regente D. João assinou uma carta ordenando uma guerra contra os índios. Possivelmente, esse ato, vinculado à exploração aurífera do interior do país, buscava controlar as regiões das Minas Gerais.

Quanto à mata, os relatos também são ambíguos, ora produzem uma imagem de fome e escassez com os seus habitantes vivendo numa região insalubre, com doenças e falta de alimentos;

ora tem-se o oposto, anunciando os recursos encontrados no Brasil: montanhas com metais preciosos, rios com diamantes e extensões de terras propícias para o cultivo. Saint-Hilaire, por exemplo, além dos relatos, recolhia amostras de vegetais, animais e minerais e enviava para a Europa numa demonstração da diversidade natural do Brasil, aguçando assim os olhares utilitaristas dos Europeus (DUARTE, 2002, p. 279-80).

Esse olhar sobre as possibilidades da natureza também servia para criar representações do homem sertanejo. Era qualificado, geralmente, como rude e sem instrução por estar ainda num “estado de natureza”, ou seja, a solidão do sertão e o contato direto com o mundo natural faziam desse homem um sujeito menos civilizado em comparação aos demais mineiros. Esse modo de vida também flexibilizava as regras sociais e a própria moral no cotidiano. Um dos reflexos dessa falta de normas era a mestiçagem, que causou espanto aos viajantes. Para os estrangeiros a lei parecia não ter significado nessas paragens. Isso causava o sentimento de que o sertão mineiro estava muito longe das próprias Minas Gerais, assim como do litoral, porta de entrada da civilidade dos países europeus. Portanto, criavam-se duas comparações distintas para avaliar o sertão. Uma era feita entre os próprios mineiros e a outra, entre o interior e o litoral.

Para Jesus (2007), o sertão se transformou durante o século XVIII em um “reduto da ordem privada” devido ao surgimento de um movimento político que lutava para não se enquadrar ao sistema de captação de impostos da coroa portuguesa. A negação ao pagamento de tributos contou com a participação de grandes proprietários de terras que mobilizaram seus agregados e, também, populares (negros, mulatos e brancos) que declaravam, entre outros motivos, o “direito de conquista”, pois o processo de fixação naquelas terras produzia riscos (ANASTASIA, 2007, p. 581-82; FIGUEIREDO, 1999, p. 129; FIGUEIREDO, 2007, p. 257).

Nesse sentido, percebe-se ao longo do século XVIII uma dificuldade para estabelecer a ordem pública na região, mostrando um sertanejo fora das esferas de subordinação judicial. Afinal, os homens do sertão se identificavam através de uma dura obra de conquista, consumindo gerações que contaram pouco com o poder metropolitano, fato que legitimaria suas atitudes de resistência à Coroa (JESUS, 2007, p. 37).

Pode-se afirmar que o sertão sintetiza um complexo de imagens de um espaço que é, ao mesmo tempo, deserto e floresta. Um espaço de refúgio e de transgressão, caracterizado pelo mineiro como não-civilizado, pois as leis e as normas que vigoravam nas cidades do litoral e do resto das Minas Gerais não possuíam valor nessa região. As leis divinas, vividas intensamente pelas sociedades barrocas mineiras também não são respeitadas. Assim sendo, o sertão é a antítese de tudo aquilo que nos séculos XVIII e XIX representava o civilizado, logicamente, a partir da concepção eurocêntrica.

No entanto, ressalta-se, citando novamente Jesus (2004, p. 69), que não se pode negar a violência como elemento constitutivo dessa cultura, mas tratá-la como único recurso utilizado pelo sertanejo é simplificar suas relações cotidianas em um complexo universo onde conviviam escravos, libertos e homens livres. É desprezar as táticas e as estratégias que envolviam adaptações, solidariedades e negociações. A partir dessas considerações, pode-se definir o sertanejo como aquele homem que fez do “enfrentamento e da negociação uma forma de viver”.

O complexo de imagens para identificar o sertão também está relacionado à sua própria definição geográfica. Às vezes é definido como a mesorregião do norte do estado de Minas, outras, é definido como sendo a região banhada pelo rio São Francisco e seus afluentes – Verde Grande, Grande, Paraopeba e o rio das Velhas, os principais.

Na literatura o sertão se transformou em um rico espaço de histórias e de vida. Duas importantes obras narram, de certa forma, a vida do sertanejo. Euclides da Cunha com “Os sertões” (1902), a obra dividida em três partes – “A terra”, “O homem” e “A luta” – apresenta a Campanha de Canudos. O livro é iniciado com uma visão tradicional, a de um sertanejo como sub-raça e, aos poucos, conforme vai se envolvendo na vida cotidiana do sertão e nos próprios conflitos, passa a oscilar de sua visão negativa para o discurso de um sertanejo herói.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. (...)

É o homem permanentemente fatigado (CUNHA, 2000, p. 99).

Assim inicia a parte três do capítulo “O homem”, após descrever com todos os detalhes geográficos a região de Canudos, ratificando as discussões feitas tanto no capítulo “A terra” quanto nas partes anteriores do segundo capítulo, apresentando os problemas das sub-raças e da miscigenação. Apesar desse início, Euclides da Cunha no decorrer da obra passa a elogiar o homem do sertão.

Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendente do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar deassombrado e forte (CUNHA, 2000, p. 100).

A segunda obra, “Grande sertão: veredas” (1956) de Guimarães Rosa, apresenta um sertão bem mais delimitado, situando-se, especificamente, no norte de Minas, próximo à bacia hidrográfica do rio São Francisco e narra histórias desde as primeiras trocas de mercadorias entre o sertanejo e as cidades mineradoras. Essa troca estabeleceu-se de forma tênue, até que na segunda metade do século XIX e início do século XX, novos contatos foram estabelecidos após a decadência do ouro e o surgimento das ideias positivistas e racionalistas dentro do espírito republicano.

Algumas comparações já foram realizadas entre essas duas obras. Monteiro sintetiza, de certa forma, essas discussões.

Há quem considere o *Grande sertão: veredas* uma reescrita de *O sertão* [...]. Uma coisa é um engenheiro, estranho à região, imbuído de altos conhecimentos científicos (da época) “denunciar” para a nação a iniquidade do massacre de adeptos de um movimento messiânico, por ignorância da realidade natural e social do sertão baiano, e outra é uma elaboração estética, altamente poética, de um romance no qual um vero sertanejo, no seu saber obscuro, “desvela” o seu problema pessoal como parte da realidade natural e sociopolítica do sertão mineiro. Um libelo, uma explicação “científica”, uma denúncia, uma “revelação erudita de um lado”. Um “desvelamento” literário, artístico, um poema encantatório, de outro (MONTEIRO, 2006, p. 49).

As considerações acima foram feitas, mais especificamente, ao trabalho desenvolvido por Bolle no livro “Grandesertão.br” (2004) que associa essas duas obras partindo do pressuposto de que elas são discursos de réus e de testemunhas diante de um julgamento de determinados momentos da história do Brasil. Bolle utiliza como instrumental teórico “analisar a ‘mitologia’ no espaço da história”. Como observa o próprio autor, essa é a chave teórica de Benjamin que busca a “dissolução da ‘mitologia’ no espaço da história” (BENJAMIN, 2006, p. 500, [N 1, 9]). No entanto, mesmo utilizando a chave benjaminiana ao analisar a obra rosiana, Bolle (2004) esclarece que seu intuito é “analisar” e não “dissolver” a mitologia para não eliminar o seu poder questionador da razão.

No enfoque de considerar *Grande sertão: veredas* uma reescrita de *O sertão*, pode-se dizer, com uma formulação extrema, que esse romance, narrado por um *jagunço* letrado, coloca em debate a maneira tendenciosa e arbitrária com que o *letrado* Euclides da Cunha apresenta o jagunço. O romancista move, por assim dizer, um processo contra o ensaísta-historiográfico, em nome da autenticidade da língua e da verdade dos fatos. A história é narrada de forma que o leitor compartilhe com o protagonista a iniciação ao mundo jagunço, que é como a aprendizagem de uma língua, em que se trata de aprender e reaprender o significado da palavra “jagunço” no contexto político, social e econômico do Brasil

(BOLLE, 2004, p. 92).

Esse narrador mapeia o sertão de tal forma que inúmeros lugares e pessoas citadas na obra podem ser localizados e comprovados. A geografia do sertão e a própria identidade do homem que habita essas terras são construídas de forma labiríntica numa obra que, em virtude da narrativa oral e do fluxo da memória, tem um desenvolvimento não-linear. No entanto, ressalta-se que, mesmo com uma narrativa atrelada a lugares e pessoas do sertão, Guimarães Rosa não perde liberdade na construção desse universo ficcional a partir das técnicas de “fragmentação, desmontagem, deslocamento, condensação e remontagem” (BOLLE, 2004, p. 71), retirando pedaços do sertão real para elaboração de uma rede narrativa labiríntica.

Após essa viagem pelos sertões de Minas e entendimento das divisões sociogeográficas do estado, é possível analisar com maior propriedade o “real” significado de cidade/campo, litoral/sertão e urbano/rural para São João del-Rei.

A dicotomia litoral/sertão, independentemente do período histórico analisado, será vista a partir da imaginação social sobre o Brasil que vigora em cada época, e, portanto, poderá ter múltiplos significados de acordo com o tempo e o espaço. Disso, poderão surgir desdobramentos quanto aos termos que se opõem, tais como cidade/campo e norte/sul. O próprio Euclides da Cunha trata o sertão através dos pólos atraso e resistência. Outras definições podem ser consideradas, por exemplo, o sertão visto como nacionalidade brasileira enquanto o litoral representaria o “inautêntico”, por ser a porta de entrada dos estrangeiros e de todas as suas interferências. Ou ainda, o litoral representando o processo civilizador e o sertão como o espaço de barbárie (PEIXOTO, 2006, p. 180). Portanto, o sertão será sempre reinventado, pois ele é um lugar “real” ou imaginário que abre possibilidades para movimentos de exclusão e inclusão, dependendo do que estiver em jogo.

Além disso, firma-se que as imagens elaboradas para essas dicotomias ou para as cidades estão relacionadas aos discursos simbólicos e às realidades concretas que cada cidade possui. Segundo Peixoto (2006) as cidades são inseparáveis dos discursos que as idealizam e pelos quais são concebidas, embora as duas dimensões não se misturem, as cidades dependem das representações que as constroem.

Ao representar o caipira, o teatro de revista são-joanense está referindo-se ao mineiro, mas não àquele que reside em sua cidade ou na região mineradora. Na realidade, está fazendo menção ao homem do sertão. A relação espacial parece ocorrer a partir das seguintes dicotomias: Rio de Janeiro/São João del-Rei e São João del-Rei/Sertão, ou seja, tais personagens representam

⁴ A entrada do “roceiro” na cena de forma “perigosa e original” foi relatada no jornal “Acção Social” (1917, p. 1).

o interior do interior. Por isso, a peça “Número um” inicia com o “roceiro” chegando ao bairro Matosinhos, montado em um burro⁴. Esse caipira só conhece um automóvel quando vai para o centro da cidade são-joanense, levado pelo motorista do número um.

TIBÚRCIO – Uai, sô, que baruiu é esse, que diabo zimbido é esse, inté parece que a gente tá chamando cachorro, o qui é essa atrapaída, essa zueira.

METTIDIÇO – (chegando ate o fundo) Ah isso é o fonfonar do Numero Um, o primeiro automóvel que veio a São João, e que devido ao calçamento da cidade anda todo escangalhado.

TIBÚRCIO – (Chegando ao fundo) Chi... carro de boi, não é que eu conheço, oia os rodero d’elle, e o bruto não tem anima. Uai, gente, oia só esse negocio de astromovi como é que é.

METTIDIÇO – É um carro tocado a gazolina.

TIBÚRCIO – Carro de vazelina?

METTIDIÇO – (...) Não senhor, funciona com gazolina (LACERDA, 1917, p. 7, cena 7, ato 1).

Essa relação espacial talvez faça sentido ao observar duas questões relativas à cidade de São João del-Rei: (i) a cidade buscou se aproximar das concepções de modernização e civilização difundidas, principalmente, pelo Rio de Janeiro, comprovando possuir determinados atributos naturais, sociais, econômicos e culturais; (ii) pleiteou se tornar a sede administrativa e política do estado de Minas, indicando suas qualificações para negociar as novas formatações políticas e geográficas do estado e as condições necessárias para agregar os municípios mineiros. O próprio engenheiro responsável pela elaboração de construção da nova capital do estado, Aarão Reis, defendia a região de São João del-Rei como sede da “Cidade de Minas”.

É nesse sentido que a cidade são-joanense imaginada é vista como entrada para o interior. Posicionar-se como fronteira entre o litoral e o interior traz disparidades entre os espaços que a cidade divide, mas, ao mesmo tempo, pode demonstrar semelhanças entre os estilos de vida e as práticas culturais tanto do litoral quanto do interior. Portanto, São João del-Rei é uma “porta giratória” do litoral carioca e do sertão mineiro. É uma cidade situada justamente em um espaço limiar, podendo fazer as interações simbólicas. Essa porta de passagem permite evitar as discussões sobre as polaridades, acolhendo as diferenças e as semelhanças em um hibridismo cultural.

A polaridade entre o sertão e o litoral ao designar distâncias espaciais reforça as diferenças temporais e sociais que, às vezes, não estão em conformidade com o tempo presente. O “tempo do agora” para Benjamin é visto como um instante monádico com um tempo homogêneo, apenas definido pelos dominadores. Esse pequeno fragmento histórico só pode ser percebido, como esclarece o próprio autor berlinense, quando se opera uma imersão no objeto de tal forma que é capaz de entender as trocas realizadas por ele, pois “o dominado também fixou seus olhos no

tigre no momento do salto”. Outro aspecto desse fragmento é a sua capacidade de reconciliação e de reunião.

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja arte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Portanto, a dicotomia clássica de cidade/interior pode ser relativizada, levando em consideração os vários entrelaçamentos existentes entre o sertão e São João. O roceiro da peça “Terra ideal” é morador de um distrito da cidade e esse local está na “boca” do sertão, ou seja, ele pertence a dois espaços distintos que se polarizam. Um é civilizado e o outro representa o atraso. Esse roceiro é quem recebe o Dr. Conegundes, morador do Rio de Janeiro, que veio passear na cidade de São João del-Rei. O roceiro apresenta a cidade ao doutor. Ao ser premiado em um sorteio de loteria, o roceiro vai até o Rio de Janeiro para receber o seu prêmio. Na Capital Federal, o Dr. Conegundes faz o papel de *compère*.

Conclusões

Essa delimitação “real” ou imaginária de espaços tão distintos não pode ter um caráter determinista, pois isso eliminaria vários processos constituintes do lugar qualificado como sertão. A cidade de São João del-Rei também não pode ser pensada única e, exclusivamente, pelas representações que tendem caracterizá-la como sinônimo de modernidade. Além disso, deve-se levar em consideração que o espaço urbano com o decorrer do tempo se alastra em direção ao interior.

São João del-Rei, ao mesmo tempo, não pode ser comparada a uma cidade de perfil industrial que tem o seu desenvolvimento pautado especificamente na produção de mercadorias em larga escala, proporcionando as mudanças no espaço urbano a partir das demandas das fábricas e indústrias. Apesar dos jornais das primeiras décadas do século XX mencionarem as fábricas de cigarros, gelo, estanho, laticínios, manilhas, telhas, cervejarias, fogos de artifícios, carpintaria, entre outros (GAIO SOBRINHO, 1997), a maior alteração no cenário urbano da cidade ocorreu com a Fábrica de Tecidos São Joanense, por isso, o destaque e a repercussão em toda a cidade e região com a sua inauguração. São João del-Rei se desenvolveu como um entreposto comercial desde o período colonial. Assim, também, permanecerá na passagem do

século XIX para o XX. A rua Municipal e a rua Direita têm o devido destaque nas peças teatrais por concentrar a rede comercial estabelecida na cidade.

A ideia de ser um entreposto quer significar que ela unia o litoral e o interior. São João del-Rei é imaginada como uma cidade capaz de unir dois espaços distintos, ela é uma “porta giratória”, por isso representa, no imaginário, mais do que uma simples cidade do interior de Minas. Esse discurso torna-se mais vigoroso com a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas - EFOM - (1891), que foi criada por um grupo de comerciantes são-joanenses com a mesma função que a cidade vinha desempenhando desde sempre: um entreposto comercial.

O comércio local era referência para as cidades e regiões vizinhas pela diversidade de mercadorias, além de se manter como exportadora dos chamados “gêneros do sertão oeste”. A cidade atendia a dois fluxos distintos de comércio: o intrarregional, que abastecia a cidade e as regiões de Minas Gerais e o entreposto, que organizava o comércio de gêneros das outras regiões mineiras para exportação, principalmente, para o Rio de Janeiro, mas também mantinha relações com Goiás e São Paulo. Além disso, São João del-Rei ainda contava com uma das primeiras casas bancárias fundadas em Minas Gerais (GAIO SOBRINHO, 1997, p. 52; GRAÇA FILHO, 2002, p. 66).

Na prática o que se observa nas peças teatrais é uma seleção de bens que potencialmente correspondem às expectativas de uma representação de cidade em conformidade com os discursos e as práticas oriundas da capital e do sertão. Pode-se estetizar o espaço urbano a partir das caricaturas do homem do interior criadas na Capital Federal, pois isso assegura as diferenças entre os são-joanenses e os sertanejos.

Referências

- ANASTASIA, C. M. J. Um exercício de auto-subversão: rebeldes e facinorosos na Sedição de 1736. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 567-84, v.1. (História de Minas Gerais).
- BENJAMIN, W. *Passeagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOLLE, W. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.
- BRAGA, T. *Terra ideal*. São João del-Rei, 1915.
- CUNHA, E. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 39. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2000.
- DUARTE, R. H. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288, 2002.
- DUARTE, R. H.; PENA, S. D. 200 anos da guerra contra os botocudos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2008. Opinião.
- FIGUEIREDO, L. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais - 1736. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 40, out./dez. 1999, p. 128-44.
- _____. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 253-69, v.1. (História de Minas Gerais).
- GAIO SOBRINHO, A. *História do comércio em São João del-Rei*. São João del-Rei: [s.n.], 1997.

GASPAR, L. Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). *Pesquisa Escolar On-Line*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2009.

GRAÇA FILHO, A.de A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GUILARDUCI, C. A cidade de São João del-Rei nas entrelinhas do teatro de revista. In: LIMA, E. F. W. (Org.). *Espaço e teatro*: do edifício à cidade como palco. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 229-46.

GUILARDUCI, C. A cidade imaginada: uma análise da peça teatral Número Um e dos jornais da época. *Vertentes*, São João del-Rei, n.26, jul./dez., 2005, p.123-135.

JESUS, A. L. F. de. Dossiê as múltiplas faces da violência – poder público x poder privado: violência no sertão norte-mineiro – séculos XVIII e XIX. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v.6, n.2, jul./dez. 2004, p. 61-69.

_____. *Nos sertões das Minas*: escravidão violência e liberdade (1830-1888). São Paulo: Annablume, 2007.

JORNAL ACÇÃO SOCIAL, São João del-Rei, n. 115, ano III, 27 maio, 1917.

LACERDA, D. *Número um*. São João del-Rei, 1917.

MONTEIRO, C. A. de F. O espaço iluminado no tempo volteador (Grande sertão: veredas). *Estudos Avançados*. [online]. v. 20, n. 58, 2006, p. 47-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/04.pdf>>. Acesso em: fev. de 2009.

PEIXOTO, F. A. As cidades nas narrativas sobre o Brasil. In: FRÍGOLI JÚNIOR, H.; ANDRADE, L. T. de; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *As cidades e seus agentes*: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas; EDUSP, 2006, p.177-197.

ROSA, G. *Grande sertão*: veredas. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1965.

Cláudio Guillarduci

SACRAMENTO, J. A. de Á. Estudos barroquizantes (ou Estrondoso Brado) acerca do antigo arraial de São Miguel do Cajuru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, v. 9, 2000, p. 76-111.

VENEZIANO, N. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1991.

Sobre os formatos urbanos a se utilizar na assunção dos *banlieues*: práticas e estratégicas linguísticas

Helder Rodrigues Pereira

As palavras e as cidades

As diversas páginas dos processos criminais descrevem as ações criminosas dos indivíduos que vivem nas cidades. Motivados pela poderosa ação de Thanatos¹, os homens romperam os limites do cotidiano e introduziram marcas do seu mal-estar no seio da civilização. Portanto, ser civilizado não é apenas partilhar os ideais que limitam a participação na *urbis*, mas é também trazer em si mesmo a constante ameaça do outro que se coloca como agente ameaçador da ordem interna do eu, imaginada, fantasiada, mas organizada em torno de limites.

E assim é: para haver cidade, é preciso que se estabeleçam desde sempre os limites, aquelas marcas, margens, que vão delimitar e configurar os que participam da polis e os estranhos a ela. O Ocidente tem obsessão por limites, por margens, por muralhas. A cidade antiga fechava-se dentro de muralhas. Também a cidade medieval erguia suas pontes levadiças para que o alheio à ordem se conservasse além das muralhas. Posteriormente, as muralhas ficaram mais porosas, mas não deixaram de existir.

Atualmente, parece que a lei cumpre este papel de muralha porosa. Parece que a nova muralha de discursos permite uma maior movimentação de entrada no universo organizado (urbano), mas também, com a mesma agilidade, promoverá o afastamento dos marginais suburbanos. Na tentativa de compreendermos melhor os conceitos, estabelecemos, pois, que o marginal é o que se encontra para além das margens do escrito na letra da lei, daquele que é capturado pela letra da lei para ser, gradativamente, colocado na margem inferior, suburbano, abaixo da linha esperada da civilização. É justamente por portar em si o próprio mal-estar que a civilização cria limites, a fim de marginalizar sob tal barra todos os que possam demonstrar em falas ou

¹ Segundo a mitologia grega, Thanatos é a morte, o sono definitivo, a imobilidade total. Após ser apropriado por Freud, o conceito passou a referir-se às pulsões destrutivas do homem que, ao lado de Eros (pulsão de vida), configura as ações humanas no cotidiano, demonstrando o quanto o homem é capaz de construir e de destruir.

ações a temível visualização da pulsão de morte. Portanto, as margens capturam para recalcar atitudes e falas detestáveis.

Também foi assim no início mítico, no qual todas as coisas aconteciam e funcionavam como exemplo e espelho para as gerações posteriores. Os homens quiseram erguer uma torre pela qual pudessem se colocar em comunicação com o divino. A torre, uma coluna vertical, que pudesse significar a união simbólica (*σύμβολον*) entre o humano e o divino, sagrado e profano, cosmo e caos. Uma empreitada fabulosa, a Torre de Babel.

O Eterno desceu para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificaram. E ele disse: “eis um mesmo povo e uma mesma língua para todos eles: foi isto que os fez começar a fazer. E, agora, nada os impedirá fazer tudo quanto intentarem fazer? Vinde, desçamos e confundamos ali sua língua, para que não entenda cada um a linguagem de seu companheiro” (BÍBLIA HEBRAICA, *Gênesis* 11:5-7).

Dessa forma e desde o início, a intervenção do outro, tido aqui como o divino, foi de confusão de línguas, de sentidos. Desde então, há uma ruptura do projeto inicial, há uma quebra do desejo primordial de reunir homem e Deus, menino e mãe. Em princípio, parece que a entrada de Deus no projeto ambicioso dos homens foi mesmo uma quebra, ruptura, mas foi justamente uma interrupção do gozo, compreendido como antevisão da realização do desejo impossível.

Esse gozo extático deve mesmo ser rompido, quebrado, estilhaçado, a fim de que o sujeito-menino inicie um percurso simbólico, emerja de uma situação de gozo puro a fim de constituir-se como sujeito. No mito, os homens tinham a plenitude da união Eros-Thanatos, até que uma outra lei, que não a deles – a lei paterna – interveio com seu não, o Não-do-Pai - *Non-du-Père*, *Nom-du-Père*, Nome-do-Pai -, ou seja, a metáfora paterna na abordagem lacaniana. É justamente essa entrada do pai como o *diabolon* (avesso do *simbolon*) que interrompeu a união perfeita. Assim, o homem se viu confundido e disperso pela Terra, precisou criar mecanismos simbólicos que pudessem significar uma união fantasmática com o objeto perdido. A saber, a união fantástica entre Terra e céu, menino e mãe, homem e Deus.

A mesma união fantástica se demonstra também no aspecto mais próximo da cidade, na sua tentativa mítica de unir urbano e suburbano, ignorando as margens, como se elas fossem apenas meras consignações acessórias do complexo urbano. Todavia, há que se considerar que se o Ocidente foi propício em criar limites, ele também criou pontes. Portanto, a palavra assume ação pontifícia ao buscar uma relação entre o de dentro e o de fora. No entanto, essa ação não se faz sem refração. Não é linearmente que a palavra atravessa as muralhas porosas das margens para significar ambos os lados. A ação pontifícia é sempre simbólica como o próprio discurso que interpenetra corpos e sentidos a fim de continuamente firmar o papel polissêmico da cidade.

Babel jaz no inconsciente mítico da humanidade. Como objeto recalcado, ela continuamente envia seus sinais ao consciente controlável das autoridades municipais. Portanto, não é fortuito que irrompam os bandidos – as velhas hostes hostis à organização.

Partamos de um breve exemplo. No ano de 1876, na cidade de São João del Rei (MG), corria um processo-crime contra João Antônio de Paulo (chamado João Escravo), por ser o principal suspeito de assassinar Francisco Silvério Ladeira com um tiro de espingarda. O processo aqui analisado é a solicitação de *habeas corpus*, emitida pelo advogado João Batista Pimentel Lustosa, curador do escravo.

Há que se considerar que àquela época (o século XIX), a cidade de São João del Rei era a sede da Comarca do Rio das Mortes. Isso garantia à cidade um *topos* privilegiado de realização do ideal humano de civilização. As contendas eram resolvidas naquela cidade. Nela erguia-se um importante aparato jurídico para a concretização das leis do Império do Brasil.

Também naquele século, as ciências positivas estavam ganhando força no Ocidente o que evidenciava sempre mais a participação do Direito como instância bastante para a concretização da lei que, aos poucos, ia se libertando do padroado. Constitui-se, assim, o contexto no qual um discurso sobre o suburbano passava a ser formado: a cidade, o século, as ciências, a lei, o marginal. “Estas representações, sejam figurativas, sejam do domínio do léxico o do discurso, trazem, em si, significados de um outro tempo, que deram coerência a lugares [...]” (PESAVENTO, 2001, p. 99).

É assim que São João del Rei se torna representativa. Ela emerge como um lugar que não é apenas uma cidade para constituir-se como lugar semântico, onde as ações passam a fazer sentido no instante em que se tornam objetos de análise, na qual um assassinato não é um crime, mas uma ação construtora da cidade. Então, doravante, o ato de João Escravo passa a ser visto como um ato a ser capturado pela linguagem, uma erupção no solo orgânico da polis de uma ação dramática que dado seu caráter antagônico, precisava ser significada a fim de ser consumida pelos habitantes. Dessa maneira, o transgressor da ordem não precisava mais ser sumariamente executado com a pena capital. Sua ação se tornaria consumível pelo discurso jurídico que, gradativamente, envolvia o sujeito e lhe delimitava um outro lugar no ambiente urbano.

É o que ocorrera com Édipo na Grécia Antiga. Uma ação emergiu na cidade de Tebas que não poderia deixar os deuses da cidade em paz. Um indivíduo foi de encontro à organização tebana e, ainda assim, queria se fazer rei. Os deuses, como uma alternativa para a busca da verdade, inventaram a maldição a fim de que as pessoas percebessem que o caos se instalara e que deveria ser prontamente eliminado. Édipo é justamente a figura mítica da realização do desejo da união sem limites, da realização sem barreiras, do incestuoso desejo de coparticipação. A lei eterna não

poderia tolerar isso. A lei temporal também não. Segundo Foucault, “a história de Édipo, tal como é representada na tragédia de Sófocles, obedece a este (σύμβολον): não uma forma retórica mas religiosa, política, quase mágica do exercício do poder” (FOUCAULT, 2005, p.38).

Portanto, se o discurso jurídico quer se configurar como possibilidade de exercício do poder, João Escravo se apresenta como um novo Édipo – o que desafia a lei paterna, enfrenta o Pai com a arrogância dos heróis gregos, mas será punido com a cegueira e o banimento (de volta às margens, fora da cidade).

Ao buscarmos uma interlocução com o processo ora apresentado, estamos justamente estabelecendo uma troca de palavras entre os dois tempos do discurso jurídico, em cujo processo nos diferenciamos do ouvinte (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006), pois este não tem o direito à palavra. Assim, façamos uma interlocução com os representantes das leis e da cidade do século XIX, ao dizerem, eles nos deram a palavra a significar, a demonstrar o quanto o espaço urbano procurou destituir o agressor da organização legal na ordem do Direito.

Consideramos que a palavra não está presa nos processos, os séculos não a prenderam, senão para que sejam dadas ao nosso tempo como uma possibilidade de adentrar uma cidade e compreender seus mecanismos de demarcação. A este mesmo respeito, Bakhtin questiona:

como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? Encontramos justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua (BAKHTIN, 2006, p. 154).

Sendo a língua essa relação, o aparato jurídico nos revela o sentido trazido desde aquele tempo. Em princípio, aproximemo-nos da solicitação de *habeas corpus* em favor do réu. Eis o que diz seu curador:

o abaixo assinado curador nomeado do escravo João preso como indiciado autor do assassinato perpetrado, a 2 do corrente mês, na freguesia de Prados, na pessoa de Francisco Silvério Ladeira, entendendo que seu curatelado está sofrendo uma prisão ilegal, vem pedir a V. S^a. em favor do mesmo uma ordem de *habeas corpus*.²

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 13^a Superintendência Regional. Escritório Técnico II de São João del Rei. Processo crime nº 38-10 de 1876.

Eis o fato, segundo o curador:

assassinado Francisco Silvério Ladeira, um homem habitualmente ébrio e inimigo de Manoel Teixeira Malta, senhor do escravo João Antônio de Paulo, aproveitando-se da inimizade que sabia existir entre o assassinado e a mulher de Malta, e de ter sido, nesse dia do assassinato, o escravo João encontrado armado de uma espingarda, levantou a idéia de ter sido João o assassino por mandado de sua senhora. Com esse simples dito baseado em uma suposição aérea, o Capitão Delegado de Polícia do Termo de São José del Rei – representou ao Dr. Juiz Municipal do mesmo termo acerca da conveniência da prisão do João que de fato foi preso por mandado do Dr. Juiz Municipal, e preso ainda se acha, tendo sido o inquérito remetido ao Dr. Promotor Público do Comarca.

Ora, é de lei que a prisão antes da culpa formada e à exceção do flagrante delito só pode ter lugar nos crimes inafiançáveis, precedendo ao mandado declaração de duas testemunhas que jurem de ciência própria, ou prova documental de que resulta veementes indícios contra o culpado, ou declaração deste confessando o crime. (Lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871; art. 13 § 2º).

No caso vertente não há o depoimento nem ao menos de uma testemunha, não há prova alguma documental, e nem o acusado confessou crime algum, é pois e manifestamente ilegal a prisão preventiva que está sofrendo meu curatelado. Além disso do inquérito resultou evidentemente que era materialmente impossível ter sido o acusado o autor do assassinato, porquanto:

O acusado foi visto pela testemunha José Gonzaga, em casa de Martimiano Tito, onde também se achava o assassinado; dali o acusado seguia o mesmo caminho que o assassinado, mas muito posteriormente a este, e passou em casa da testemunha Joaquim Hilário que desencravou e carregou-lhe uma espingarda; aí foi encontrado por João, filho do assassinado, em companhia do qual seguiu até o morro do Atalaia onde foram ambos encontrados pelo escravo José Caetano que já vinha noticiando o assassinato que acabava de dar-se na pessoa de seu senhor. Assim o acusado foi sempre visto e acompanhado desde a casa de Martimiano Tito onde também estava Ladeira ainda vivo, até o ato em que se soube do assassinato de Ladeira; e pois a menos que não possuisse o dom da ubiquidade não poderia por forma alguma ter sido o assassino. A inimizade que havia entre o senhor do acusado e o assassinado não é e nem pode ser indício de criminalidade por parte do mesmo. Deus nos livre que prevaleça doutrina contrária pois que então quem tiver a infelicidade de ter um inimigo estará sujeito de um momento para outro, a ser inocente, arrastado aos tribunais e sujeito a processos infamantes. O cidadão não teria mais garantia, e a presunção seria em favor do crime e contra a inocência. No nosso caso, a suposição contra o acusado, além de gratuita é até absurda. Quem é que tendo a alma bastante corrompida por querer livrar-se de um inimigo por meio do assassinato, vai confiar empresa de tanta monta a um vil escravo?

Não é o escravo o inimigo doméstico que espreita a ocasião [exata?] para

nos fazer o mal que pode?

O suplicante, jurando a verdade de tudo quanto alega, espera que V. S. se dignará mandar expedir da pedida ordem em favor do escravo João. Pede a V. S. deferimento. E R M [e receberá mercê]. O curador do escravo. João Batista Pimentel Lustosa.⁵

O discurso jurídico sob a alegação da pena não exclui o indivíduo. Pelo contrário, ele o inclui dentro de uma certa ordem estabelecida (FOUCAULT, 2005). João Escravo não poderia ser o assassino, pois uma ação tão premeditada não poderia ser confiada a um vil escravo, inimigo doméstico, espreitador das fraquezas, pronto a fazer o mal na ocasião exata. Portanto, sua inocência está baseada em uma outra forma de acusá-lo mais profundamente: o escravo é o inimigo do *domus*, da casa, do lugar de segurança. A presente solicitação de *habeas corpus* insere o escravo num lugar bem abaixo do assassino, um lugar do homem desprezível. Ora, tal enunciação “tem seu fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada” (BAKHTIN, 2006, p. 152). Não há uma hesitação subjetivo-psicológica: o que é falado faz parte de uma estabilização de sentidos devidamente interiorizados pela comunidade de falantes. O enunciado também alude a uma presunção do crime contra a inocência, o que abomina pela presumida ação do escravo.

Para que se formem as cidades, é indispensável que a inocência seja acreditada, e não o crime. É preciso, na forma da lei, que o indivíduo seja considerado, *a priori*, inocente, e que essa inocência prevaleça em prol da cidade. Esses sentidos estabilizados pelos falantes possibilitaram tal defesa ao advogado e sugerem que por si só a existência de inimigos não deveria significar uma ação criminosa. Continua Bakhtin: “Aquele que apreende a enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 2006, p. 153).

O próximo enunciado alude à interpretação da língua que se faz em prejuízo do réu e continua usando, para a defesa, os adjetivos que qualificam o réu como “pobre escravo”, chamando a atenção para a apreensão da língua em sua ordem gramatical.

Com o devido respeito volta o abaixo assinado à presença de V. S. para ponderar o seguinte:

O Art. 341 § 2º do Código Criminal exige que a petição designe “o conteúdo da ordem por que foi o peticionário metido na prisão”.

Parece que esse requisito está devidamente satisfeito, porquanto o suplicante declara muito positivamente que seu curatelado foi metido em prisão por mandado do Dr. Juiz Municipal do Termo de São José

⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 13ª Superintendência Regional. Escritório Técnico II de São João del Rei. Processo crime nº 38-10 de 1876.

d'El Rei como indiciado autor da morte de Francisco Silvério Ladeira. O Código não exige que se junte certidão alguma, tanto que no § 4º manda firmar com juramento a verdade do alegado, o que seria supérfluo se tudo devesse ser provado documentalmente.

Se o Código quisesse que se juntasse certidão ou cópia do mando de prisão, não se serviria da expressão – conteúdo – que significa simplesmente o que está contido nessa certidão ou cópia do mandado, e não a própria certidão ou mandado de prisão.

Esta interpretação não só é agramatical do Artigo do Código preferível a qualquer outra, como ainda é mais favorável a interpretação do recurso que deve ser facilitado e não dificultado, máxime tratando-se do recurso de habeas corpus para cuja concessão basta a simples ameaça de constrangimento corporal (Lei nº 2033 de 1871, Art. 18, § 1º), caso em que pode nem haver mandado ou ordem alguma de prisão.

Entretanto, para satisfazer a exigência de V. S^a. dirá o suplicante que não junto o 2º mandado de que fala o Art. 13 da citada Lei de 1871 por que o escrivão do inquérito, por engano, em vez de entregá-lo ao suplicante como devia, juntou-o aos autos como V. S^a. poderá verificar em visto dos autos que se acham em poder do Dr. Promotor Público. Entanto é preciso requerer o abaixo assinado que V. S^a. se digne mandar que o escrivão de V. S^a. extraia dos autos em poder do Dr. Promotor o respectivo mandado para que por um fato tão insignificante não fique um pobre escravo ilegalmente conservado em prisão sem culpa formada.

Pede a V. S^a. Deferimento. E R M [e receberá mercê]. - O Curador - J. Lustosa [João Batista Pimentel Lustosa]⁴

Esse enunciado exprime, na apreensão do discurso de outrem, o sentido dogmático da palavra. Ainda segundo Bakhtin (2006), quanto mais dogmática for a palavra, menos a apreensão se permitirá transitar com liberdade entre o verdadeiro e o falso, entre o certo e o errado. O advogado Lustosa, ao centrar sua fala em torno do Código Criminal, concentra sua apreensão na letra dos artigos que cita. O Código Criminal exigia que se inserisse o conteúdo (cuja palavra será definida pelo mesmo Lustosa) e não a própria certidão – ao dar esse sentido dogmático à palavra, o curador justifica sua ação e insiste na apreensão de seu discurso. A essa tendência, Bakhtin (2006) descreve como sentido linear, o qual cria contornos exteriores nítidos ao discurso citado. Criar contornos discursivos é justamente demarcar lugares para isolar as margens de outras penetrações duvidosas e prejudiciais ao sentido. Lustosa estabeleceu esses contornos, mas quer que dentro deles se encaixe o acusado, seu curatelado. É uma tentativa (bem sucedida, pois logrou êxito na petição do *habeas corpus*) de configurar outras margens pelo discurso, diferentes daquelas já anunciadas que colocavam

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 13ª Superintendência Regional. Escritório Técnico II de São João del Rei. Processo crime nº 38-10 de 1876.

João no lugar de assassino. Uma nova configuração assim confirmada forjava um novo lugar para o escravo-vil: a de um inocente injustiçado pela lei.

Todavia, o discurso citado é sempre o discurso de outrem e ele vem com seus contornos atenuados pela tentativa de fazê-lo compreensível. Pode-se dizer: ele vem com suas bordas retratadas, porosas, permitindo uma correlação entre os séculos e seus dizeres. Isso a fim de ressignificar algo talvez não pensado pelo advogado do XIX, mas que, pelo instrumental analítico, revela uma cidade recalcada pela barra da lei – temida, mas necessária para a constituição do cidadão no espaço urbano.

Portanto, a cidade deixa de pertencer a si mesma e passa a pertencer à linguagem. Dada esta função intrínseca dos significados, a cidade, apropriada pela língua, designa a si mesma uma outra compreensão passível de ser articulada, principalmente em seus elementos forcluídos. De acordo com Bakhtin, “o narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo” (BAKHTIN, 2006, p. 157). Não é outra a nossa função quando, aqui, procuramos pelos ditos elementos forcluídos, capazes de sinalizar para um novo significado do espaço urbano.

Inicialmente, o termo forclusão aparece na teoria psicanalítica como um repúdio inconsciente de uma representação intolerável. Ele vem atrelado ao conceito de castração que, nas neuroses, vem organizada como a substituição de uma representação insuportável por outra mais aceitável. “O eu repudia a representação insuportável, ao mesmo tempo que seu afeto e se comporta como se a representação nunca tivesse chegado até o eu” (NASIO, 1996, p. 152). Esse é o sentido do repúdio da representação que o “eu” não pode suportar.

Portanto, estando a forclusão associada ao repúdio, é preciso compreender essa operação em termos de metáfora ou, conforme afirmara Lacan, do Nome-do-Pai⁵, da metáfora paterna: no princípio havia a mãe. A mãe era o filho e o filho estava indissociavelmente inserido na mãe. A mãe era tudo para o filho e este era (seu falo) tudo para a mãe. Então, o pai interveio como elemento diabólico, como aquele que opera a cisão necessária entre mãe e filho, como aquele que rompe a plenitude primordial, ameaçando a relação paradisíaca do sujeito com seu outro. A

⁵ “O Nome do Pai, expressão de origem religiosa, não é o equivalente ao nome patronímico de um pai em particular, mas designa a função paterna tal como é internalizada e assumida pela própria criança. [...] o Nome do Pai não é simplesmente o lugar simbólico que pode ou não ser ocupado pela pessoa de um pai, mas é qualquer expressão simbólica produzida pela mãe ou produzida pelo filho, representando a instância terceira, paterna, da lei da proibição do incesto. Se quisermos, portanto, situar o significante do Nome do Pai, será preciso, antes de mais nada, procurá-lo na maneira como uma mãe, na condição de mulher desejante, situa-se em relação à lei simbólica da proibição, ou na maneira como um filho, na condição de sujeito desejante, integrou em si a proibição e torna-se então capaz de praticar um ato ou de instituir seu próprio limite” (NASIO, 1996, p. 158).

intervenção do pai, portanto, ameaça a integridade do filho, ameaça como punição por desejar o indesejável (a mãe), por uma castração, uma perda do símbolo de seu poder.

Esse Não-do-Pai, desestabilizador das certezas, pode ser ressignificado a partir do narcisismo: ou seja, a fim de se proteger e ao falo, há que se renunciar à mãe, partindo-se para o universo simbólico de outras significações, produzindo uma vivência subjetiva. Vivência que só é possível com o advento (e devida assimilação) da lei paterna, metáfora formadora do indivíduo e direcionadora de seus desejos.

Na cidade também há a lei. De alguma forma, é ela que inaugura uma barra no gozo do sujeito ao demonstrá-lo que seus desejos são irrealizáveis. Essa não é marca da própria civilização, é borda, limite, proibição. Contra limites não pode o sujeito se aventurar, haja vista a lenda da criação de Roma, em cujo momento Remo é morto por seu irmão ao colocar-se em posição de desrespeito aos limites traçados por Rômulo, que serviriam de bordas para a cidade. Desrespeitar o limite é desrespeitar a própria cidade. Quebrada a harmonia com o natural, a busca pela civilização aparece como trajetória possível para a realização da própria humanidade.

De fato, a construção de cidades é *mutatis mutandis* a criação do sujeito organizador. Todavia, a cidade não se firma sem o impedimento, o Não-do-Pai representado pela lei. Se há infratores, imediatamente se manifesta o agente da ordem que, a seu tempo e modo, reconduzirá o desordeiro para uma nova significação: o recalcitrante, o vil, o inimigo doméstico como argumentara o advogado Lustosa em 1876. O discurso do curador é demonstrativo desse limite urbano, pois o curador é o que cura, o que cuida da *restitutio ad integrum*, o que adapta o curatelado à deficiência, o que o mantém à margem. Portanto, não se trata de conceder um lugar de cidadania ao escravo transgressor, mas de adaptá-lo à vileza, da monta que seria indigno de executar um ato de tamanha periculosidade e responsabilidade.

Não estamos diante de uma representação insuportável que deve, a seu modo, ser rejeitada como defesa? A recusa dos limites, das leis da cidade, institui, por si mesma, um sujeito que só se significa pelo crime. “[...] rejeitando a representação, o eu se separa, logo, também, de uma parte da realidade. Essa dinâmica é, aliás, coerente, no sentido de que, se a representação é inaceitável, isso é porque a realidade que lhe está ligada é ela própria inadmissível” (DOR, 1991, p. 94).

Portanto, as margens discursivas apresentam uma forma de abordagem que assegure a compreensão do que foi rejeitado pelo discurso, não simplesmente silenciado, mas forcluído por se tratar de uma representação insuportável: a perda do falo, a castração.

Referências

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Título original: *Marksizm i filosofija jazyka*.

BÍBLIA HEBRAICA por David Gorovits e Jairo Fridlin, Baseada no Hebraico e à luz do Talmud e das Fontes Judaicas, São Paulo: Séfer, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. Título original: *Dictionnaire d'analyse du discours*.

DOR, J. *O pai e sua função em psicanálise*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. Título original: *Le père et sa fonction en psychanalyse*.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. Título original: *La vérité et les formes juridiques*.

NASIO, J. D. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PESAVENTO, S. J. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, M. S. (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 97-120.

Cortinas descerradas, a realidade em cena: análise enunciativa e polifônica da apresentação do livro “Nos porões da loucura”

**Maria de Fátima Teixeira Gomes
Janaína de Assis Rufino**

1 - Introdução

O palco, os atores, a cena e os personagens representados. Esses são os elementos necessários para que se descerrem as cortinas e o espetáculo inicie. Em um palco, é possível perceber no ato teatral, através dos sentidos, o discurso proferido, as críticas advindas desse discurso, o contexto histórico e o conhecimento da técnica e da estética, mas para tanto os atores precisam de domínio e habilidade para encenar.

O grande palco: o Hospital Psiquiátrico de Barbacena, a marcação de cena: os porões onde eram colocados os personagens, os atores: um médico psiquiatra e um jornalista, a cena: os horrores sofridos por uma multidão de pessoas, os personagens: as muitas Marias e Josés que estiveram internadas no hospício e todos aqueles que de alguma forma participaram da história.

No começo do século passado, a cidade pleiteava se tornar a capital de Minas Gerais. Perdeu para Belo Horizonte, mas, como costuma ocorrer em nosso país, os políticos trataram de providenciar algum tipo de compensação para os barbacenenses... Era a fase do alienismo: a psiquiatria não tinha muito a fazer pelos pacientes e, por causa disso, os internava em instituições gigantescas. Barbacena ganhou, então, o seu hospício (SCLIAR, 2007).

Assim, Barbacena foi contemplada com o Hospital-Colônia. Pesou na decisão o fato de a cidade possuir políticos influentes de famílias como Andradas e Bias Fortes.

No final do século XIX, os doentes mentais em Minas eram recolhidos às cadeias públicas ou, em menor número, transferidos para o Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, o primeiro do país. Em Diamantina e São João Del Rei, os pacientes eram tratados e hospedados nos

“anexos psiquiátricos” das Santas Casas. Na verdade, eram jogados em porões. Daí a necessidade de criar um ambiente próprio para o acolhimento e tratamento dos alienados. E a criação do hospital psiquiátrico em Barbacena foi de grande importância para o desenvolvimento do município, tanto que o primeiro telefone da cidade foi instalado no manicômio.

Até a década de 1930, o “Azylo Central de Barbacena”, seu primeiro nome, funcionou em “boas” condições. Havia um número controlado de internos, entre 150 e 200. Na década de 1950, a situação do manicômio começa a mudar. O asilo psiquiátrico de Barbacena tinha se popularizado em Minas Gerais e por todo o país. Recebia não só doentes vindos de cidades mineiras, mas também de estados como Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Além desses, havia a triagem de pacientes dos hospitais Raul Soares e Galba Veloso. Quem completava 11 dias de internação e não voltava para casa, era encaminhado e assim, rapidamente, o manicômio ficou superlotado.

Ainda na década de 1950, o Hospital-Colônia abrigava quase cinco mil alienados, vivendo em condições subumanas, jogados pelos pátios e sem nenhum tipo de atenção. A condição era tão degradante que nem todos tinham onde dormir, passavam as noites no chão ou dormiam sobre pilhas de capim que eram improvisadas como cama. A maioria ficava sem roupas, o que era crucial para o desenvolvimento de outros males e causa de várias mortes.

Os mortos de Barbacena tornaram-se mais conhecidos do que os internos. O ano de 1966 foi um dos que contabilizaram maior número de mortes, 1.253. Média de quase quatro por dia. Naquele ano, morreram 800 homens e 453 mulheres.

Uma prática macabra e comum no Hospital-Colônia era o comércio de cadáveres, vendidos para universidades de todo o Brasil. Segundo os registros oficiais, eram corpos de internos indigentes, abandonados pelas famílias. Após a morte, esses corpos encontravam a utilidade de tornarem-se peças para aulas de anatomia, alguns eram cozidos em caldeirões, muitas vezes na frente de outros internos, para o aproveitamento dos ossos.

Diante de um quadro tão aterrorizante, surge em cena Franco Basaglia, um médico psiquiatra, italiano, cuja presença iria mudar significativamente o palco dos horrores. Como precursor do movimento de reforma psiquiátrica, iniciou mudanças no tratamento dos doentes e queria transformar o hospital psiquiátrico em comunidade terapêutica. Sua visita suscitou uma série de reportagens publicadas no jornal O Estado de Minas e posteriormente transformadas em um livro.

O livro “Nos porões da loucura” retrata o drama vivido pelos personagens-internos. Foi escrito pelo jornalista Hiram Firmino e composto por dez capítulos, os quatro primeiros de reportagens de hospitais psiquiátricos de Belo Horizonte. Outros quatro referem-se ao hospital

psiquiátrico de Barbacena. O 5º capítulo, com o título “Barbacena: a face política da loucura” mostra como o jornalista chegou à cidade e a entrevista concedida a ele pelo então diretor do Hospital Colônia, o psiquiatra José Theobaldo Tollendal do Hospital-Colônia. A partir do 6º capítulo, as reportagens falam sobre o ambiente dentro dos pavilhões.

Em outros capítulos, são publicadas cartas dos doentes entregues a ele para serem levadas aos familiares, recortes do jornal Cidade de Barbacena com publicações acerca do que acontecia no hospital e reportagens políticas. Entre estas, algumas que destacam, por exemplo, como Jânio Quadros, então presidente da República (maio – 1961), sensibilizado com a situação, determinou que o Ministério da Saúde ajudasse o governo de Minas Gerais no sentido de melhorar os serviços do hospício. Além disso, o livro publica as reportagens do próprio autor que denunciavam o comércio de corpos para as faculdades de medicina de todo o país. Tais reportagens concederam ao jornalista o prêmio Esso de Jornalismo em 1982.

A “apresentação” desse livro é assinada pelo médico psiquiatra Antonio Soares Simone, membro da Associação Mineira de Saúde Mental. A apresentação de um livro se faz necessária pela condução da intimidade entre autor e leitor e pela antecipação que cria ao trazer para o leitor o conteúdo do livro. Sendo assim, nosso objetivo é analisar enunciativa e polifonicamente a “apresentação” do livro “Nos porões da loucura”, a partir do Modelo de Análise Modular (MAM) e evidenciar como o autor Antonio Soares Simone organiza o seu discurso para, primeiramente, convencer o leitor para a leitura do livro e consequentemente conduzi-lo para as mudanças que deseja para o Hospital Psiquiátrico de Barbacena.

Para analisar a organização do discurso produzido e representado, iremos utilizar a “apresentação” que se encontra nas páginas 7 e 8 do livro “Nos porões da loucura”. Será feita uma análise enunciativa e polifônica da “apresentação” a partir do MAM¹ afim de evidenciar como Antonio Simone organiza o seu discurso para convencer o leitor a ler o livro e conduzi-lo às mudanças que deseja para o Hospital Psiquiátrico de Barbacena.

2 - Considerações teóricas

Em Genebra, Roulet e seus colaboradores propuseram um quadro de análise do discurso. Segundo Rufino, “o Modelo de Análise Modular (MAM) nasceu da interseção de diversas pesquisas e trabalhos com o objetivo de conciliar as três dimensões do discurso (lingüística, textual e situacional) em uma perspectiva sócio-cognitivo-interacionista” (RUFINO, 2006).

Roulet concebe a análise do discurso por módulos, uma vez que o discurso pode ser decomposto

¹ Modelo genebrino que concebe a análise do discurso por módulos.

em sistemas de informações que, por sua vez, podem ser descritos independentemente. Além disso, as informações obtidas em cada módulo podem ser relacionadas. Marinho (2004) pensa no MAM como um interessante instrumento de análise, por oferecer um quadro teórico e metodológico que permite a compreensão da complexidade e da heterogeneidade das atividades discursivas.

A análise do discurso, sob a perspectiva do MAM, é proposta em duas etapas:

- a) decomposição: fase que consiste na descrição das dimensões do discurso que intervêm no fenômeno analisado a partir de sistemas de informações simples reunidos em torno dos componentes linguístico, textual e situacional;
- b) composição: fase que consiste no exame da forma na qual os sistemas de informação combinam discursivamente.

A organização do discurso é descrita passando-se sucessivamente da “descrição das dimensões modulares à descrição das formas de organização elementares, seguindo-se à descrição das formas de organização complexas, antes de abordar o estudo das inter-relações significativas que se podem observar entre as formas de organização complexas” (ROULET, 1999, p. 148).

Com a análise da “apresentação” do livro “Nos porões da loucura”, busca-se entender de que maneira Antonio Simone constrói o seu discurso. Para isso, o módulo interacional e as formas de organização enunciativa e polifônica irão orientar o estudo.

O módulo interacional mostra a materialidade da interação do discurso através do canal escrito, oral, visual ou ainda pluricanal, da copresença espaço-temporal e da reciprocidade ou não do processo de comunicação. Unindo esses elementos, é possível compor o enquadre interacional. É importante observar que a posição na interação não é rígida, pois é possível a partir do olhar do pesquisador, organizar os níveis de acordo com o interesse de sua pesquisa.

A função do módulo interacional é delimitar os níveis de interação e especificar suas características, assim é possível observar a relação que existe entre os interactantes, o tipo de interação que se dá entre eles, o modo de comunicação e o tipo de elo de comunicação.

A forma de organização enunciativa é elementar e resulta da acoplagem de informações de ordem linguística, interacional e referencial, permitindo distinguir os discursos produzidos dos representados.

A organização polifônica conduz à análise do discurso representado dentro do produzido. Ela introduz outras formas de organização do discurso e além das dimensões linguísticas e interacionais, leva em conta a organização enunciativa, em particular as dimensões e formas de organização hierárquica, relacional, tópica e composicional.

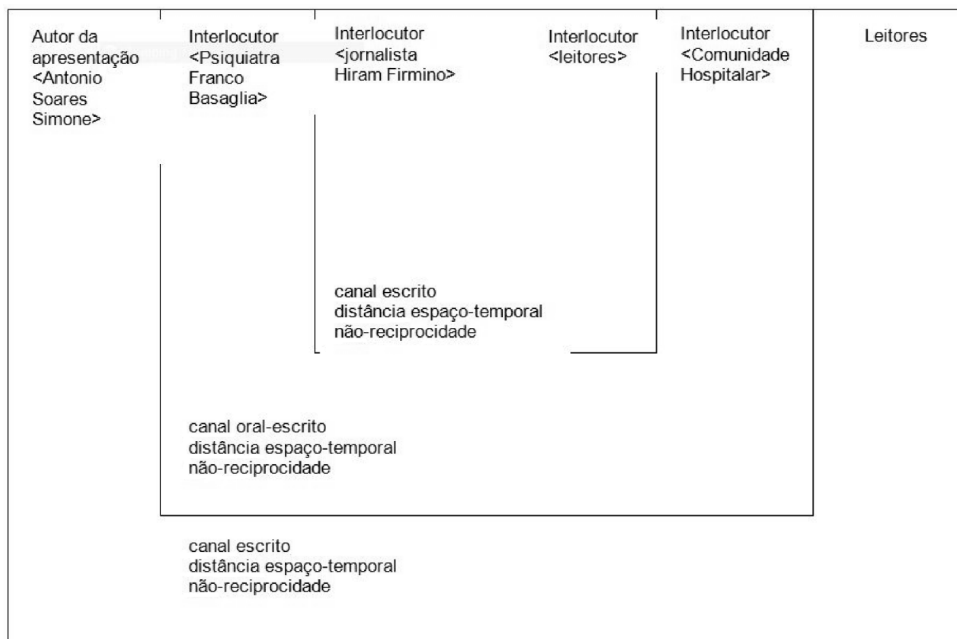
2.1 - O percurso da análise

Para proceder à análise da “apresentação” que está no livro “Nos porões da Loucura”, busca-se traçar um caminho a partir do MAM. O percurso traçado será: o módulo interacional, a forma de organização elementar enunciativa e a forma de organização complexa polifônica.

Sabe-se que a articulação entre as construções polifônicas e outros aspectos da organização do discurso, como o enquadre interacional, utilizam informações da estrutura hierárquica, da organização tópica ou periódica. Considera-se como polifonia a retomada de outras vozes pelo autor da “apresentação”, sem deter-se a uma explicação profunda da teoria, porque a proposta do estudo é aplicá-la. Para encontrar mais detalhadamente todos os conceitos teóricos, vide Roulet, Marinho, Brunetti, Rufino.

Tendo como base a teoria do modelo, nas informações que são fornecidas pelo módulo interacional é possível fazer o enquadre interacional e apresentar a interação comunicativa que se aplica à análise da “apresentação”. Para compreender de que forma Simone encaminha o texto para os diversos leitores, a análise inicia-se pelo módulo interacional, que abarca a materialidade de uma situação de interação. A análise admite o seguinte enquadre:

QUADRO 1



O enquadre interacional da “apresentação” do livro “Nos porões da loucura” é complexo porque apresenta três níveis de interação e seis posições de interação (o autor da “apresentação” e os leitores diversos, o psiquiatra e a comunidade terapêutica, o jornalista e os leitores das reportagens) que constituem o discurso.

No enquadre, observa-se no nível mais externo, o autor da “apresentação”, o psiquiatra Antonio Soares Simone, que pertencia à Associação Mineira de Saúde Mental. Nessa interação, especificamente, chama-se os leitores, de modo mais amplo, aqueles que não pertencem somente à comunidade terapêutica, mas à sociedade em geral. O canal é escrito com distância espaço-temporal, não há reciprocidade.

No encaixamento intermediário, está o psiquiatra Franco Basaglia, que ao visitar o Brasil, especialmente a cidade de Barbacena, provocou mudanças profundas no sistema hospitalar psiquiátrico; e os leitores. Entre esses ouvintes possivelmente estão médicos especialistas em saúde mental, administradores do hospital, enfermeiros e até políticos poderosos. Em sua materialidade, nesse nível não há copresença espaço-temporal, não há reciprocidade e canal oral-escrito.

No encaixe mais interno, tem-se o jornalista Hiram Firmino, responsável por uma série de reportagens sobre o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, as quais resultaram no livro “Nos porões da Loucura” e também em um filme; e os leitores das reportagens e do livro. O canal é escrito, há distância espaço-temporal e não há reciprocidade.

Ao analisar a “apresentação” sob a forma de organização enunciativa, o objetivo é desvelar as vozes que provêm dela. As informações da organização enunciativa serão aliadas às informações polifônicas.

As marcas utilizadas serão as mesmas do MAM: [...] colchete preenchido para discurso representado formulado; direto, indireto e indireto-livre e iniciais de cada nome para identificá-los. Assim: **AS** - para Antonio Soares Simone; **FB** - Franco Basaglia; **HF** para Hiram Firmino e **VL** - para voz dos leitores.

2.2 - “Apresentação” do livro “Nos porões da Loucura” – Hiram Firmino

AS [**FB** [“Sou como o corifeu medieval que percorre as aldeias e vai embora. É necessário que quando eu partir, o palco não fique vazio.”] **AS** [Assim falou Franco Basaglia] [quando esteve conosco, em Julho de 1979]. [O palco não ficou vazio. Imediatamente organizou-se nova cena onde apareceram novos atores. Hiram Firmino, que já havia então acompanhado a via-crúcis

de Maria pelos hospitais psiquiátricos e achava-se sensibilizado pelo drama de Maria, também torna-se um dos atores deste novo processo. Jornalista consciente do seu papel e sensível,] passa a contar **HF** [a via-crúcis de tantas Marias e Josés,] **AS** [na série de reportagens “NOS PORÕES DA LOUCURA”. **AS** [Penetra nos hospitais, descreve o visto, penetra nos homens internados, escreve sua perplexidade, sua angústia e seu medo]. Seu relato [...] comove a cidade.

AS [Com a maestria de um cirurgião, Hiram diseca a opressão, a miséria e a tortura que o hospício esconde atrás de seus muros. O internamento não tem a intenção de recuperar, mas de esconder a degradação a que o louco é submetido nos quase 150 anos da instituição psiquiátrica.

Sem ser sensacionalista], Hiram fala **HF** [dos porões da loucura de Minas Gerais,] **AS** [mas eles difundem-se pelo Brasil inteiro. Basaglia] chamava **FB** [esses porões, esses hospícios de campos de concentração, e o que acontece neles, de crimes em tempo de paz]. **AS** [Basaglia deixou o palco definitivamente, em setembro de 1980.

Frente à reportagem/depoimento [...] de Hiram Firmino, cabe-nos duas questões: **AS** [qual a parcela de responsabilidade que temos frente à situação em que nós, da sociedade, técnicos e autoridades legalizamos? Qual é o caminho a ser seguido para recolocar nestes homens a dimensão do humano que destruímos neles?]

AS [As denúncias [...] feitas por Hiram Firmino inserem-se dentro de um amplo movimento mundial que busca a conscientização social e exige a urgente humanização da psiquiatria. Hiram, responsavelmente, fez o seu papel. Agora resta que os políticos, os membros da Igreja, os responsáveis pelos Direitos Humanos, técnicos em saúde mental e toda a sociedade cumpram o seu...]]

3 - Organização enunciativa e polifônica da “apresentação” do livro “Nos porões da Loucura”

No discurso produzido, o autor inicia o texto com a voz do psiquiatra Franco Basaglia em discurso direto, “Sou como o corifeu medieval que percorre as aldeias e vai embora. É necessário que quando eu partir, o palco não fique vazio”. Nas antigas comédias e tragédias do teatro grego, corifeu era um membro destacado do povo, aquele que podia dialogar com os atores. Franco Basaglia pede para que o palco não fique vazio. Realmente, o palco não ficou vazio, organizou-se nova cena e apareceram novos atores.

Na impossibilidade de explicar o que seus olhos veem, Simone se utiliza da metáfora do teatro e de uma linguagem artística, talvez porque na realidade dura, áspera, seja difícil encontrar palavras que a demonstrem claramente.

Se há uma relação intrínseca entre o espaço cênico e o espaço urbano, o teatro, como arte, representa o espaço urbano. Isso possivelmente explicita a escolha lexical de palavras relacionadas ao universo teatral tais como as que se encontram no texto da “apresentação”: palco, cenário, atores, personagens.

Usando a metáfora do teatro e ainda com respaldo científico, Antonio Simone substitui Franco Basaglia, um psiquiatra com uma postura assumidamente crítica para com a psiquiatria clássica e hospitalar; colocando em cena o ator Hiram Firmino, um jornalista que denuncia em suas reportagens o sofrimento dos personagens-pacientes internados e as condições em que vivem. É o discurso da autoridade. Agora, além do médico, tem-se um jornalista também conhecedor de seu ofício e de sua responsabilidade, aquele que, acredita-se, levar a notícia pautada na verdade e na ética.

Ao falar sobre a via-crúcis de tantas Marias² e Josés, Simone evoca um discurso religioso católico. Junto com a imagem de Nossa Senhora e de São José vem o sofrimento relacionado ao suplício e à presença firme da morte. Maria, a personagem do livro, “heroicamente” suicida-se, livrando-se do calvário em que transformara sua vida. As outras tantas Marias e Josés protagonizam, ainda, as diversas histórias que compõem o espetáculo no Centro Hospitalar.

Simone, médico, em discurso direto, agora pragmático, diz que Hiram Firmino, com a maestria de um cirurgião, disseca a opressão, a miséria e a tortura que o hospício esconde atrás de seus muros. O cirurgião necessita da mesma precisão de um maestro que não pode errar ao reger uma orquestra, pois precisa ter exatidão, firmeza dos movimentos nas mãos. É possível perceber que há um sistema falido, morto, daí a palavra “disseca”. Disseca a opressão da mesma forma que as partes de cada paciente morto eram contabilizadas como peças, vendidas e dissecadas para aulas de anatomia em muitas universidades do país que as compravam.

O autor defende o jornalista, dizendo que ele não é sensacionalista ao falar dos “porões da loucura” em Minas Gerais e diz que esses “porões” se difundem por todo o Brasil, não é uma exclusividade de Minas Gerais. Esse trecho é considerado como discurso indireto livre, pois percebe-se que a voz do autor mistura-se com a do ator.

Ao retomar a voz de Franco Basaglia, o qual chamava os “porões” de campos de concentração, o autor mostra a imagem presente da guerra, de doentes condenados à morte como os judeus condenados aos campos de concentração nazistas, tamanhos eram os horrores vividos pelos pacientes. No parágrafo seguinte, ele busca um questionamento: “qual a parcela de responsabilidade que temos frente à situação em que nós, da sociedade, técnicos e autoridades

² “A via-crúcis de Maria” é a história real de uma professora primária, de 37 anos, tida como esquizofrênica incurável pela medicina. Essa história tornou-se uma série de reportagens.

legalizamos? Qual é o caminho a ser seguido para recolocar nestes homens a dimensão do humano que destruímos neles?” O pronome em primeira pessoa do plural (nós) permite inferir que ele se inclui nessa sociedade que precisa buscar mudança para tornar o tratamento psiquiátrico mais humano.

No último parágrafo, no discurso formulado, Simone encerra a “apresentação” dizendo que as denúncias feitas por Firmino “inserir-se dentro de um amplo movimento mundial que busca a conscientização social e exige a urgente humanização da psiquiatria. Hiram, responsavelmente, fez o seu papel. Agora resta que os políticos, os membros da Igreja, os responsáveis pelos Direitos Humanos, técnicos em saúde mental e toda a sociedade cumpram o seu...”

Ao dizer que cada um precisa cumprir seu papel, há a polifonia quando retoma a voz do leitor pedindo para as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no processo de humanização dos hospitais se sensibilizarem, se conscientizarem da importância do problema e efetivamente tomarem medidas sérias na concretização das transformações iniciadas pelo psiquiatra italiano Basaglia.

Atualmente, em 2009, é possível perceber que os muros não foram derrubados em vão, que as medidas tomadas pelo psiquiatra repercutiram positivamente em Barbacena, “Cidade dos loucos e das rosas”. O palco não ficou vazio, a mensagem foi ouvida e cada um com a sua força interior e política está tentando construir cidadãos de direito e de fato. Para isso, foi criada uma nova maneira de lidar com o sofrimento mental e em consequência construir um novo lugar para a diversidade, a diferença, conforme as palavras do médico e psicólogo Eduardo Torre, mestre em Saúde Pública.

A tragédia, que é uma forma de drama, caracteriza-se pela seriedade e dignidade. Envolve o conflito entre personagens, aqui as Marias e os Josés, e algum poder de instância maior como a lei, quem sabe os deuses e a sociedade. Isso pode justificar o fato do autor deixar o texto em aberto através das reticências. Simone faz um convite, imputando a cada um dos leitores (comunidade hospitalar e sociedade) a responsabilidade pelas cenas dos próximos capítulos no palco do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, especialmente.

4 - Considerações finais

A análise da “apresentação” do livro “Nos porões da Loucura”, escrito pelo jornalista Hiram Firmino, possibilitou a identificação da maneira como autor Antonio Soares Simone construiu o seu discurso.

Ao analisar o quadro interacional, verifica-se a complexidade da interação que se estabeleceu

entre os interactantes. Ao trazer outras vozes para o texto, o autor respalda-se em um discurso de autoridade; primeiro, o de um médico psiquiatra e segundo, o de um jornalista que substitui o médico quando este sai de cena.

As informações obtidas através da análise de organização elementar enunciativa e da organização complexa polifônica revelam que a escolha de campos lexicais que remetem ao universo do teatro (palco, cena, ator, personagens) e também de vocábulos como maestro, cirurgião e dissecar são uma maneira de convencer o leitor e mostrar o sofrimento causado pelos problemas mentais.

Ao utilizar o recurso de um sinal de pontuação como reticências, percebe-se que ele espera uma resposta positiva, concreta e efetiva da sociedade aos apelos feitos em seu texto, como num pacto entre escritor e leitor.

Referências

- BRUNETTI, R. C. V. As estratégias discursivas do presidente Lula numa abordagem modular: histórias contadas a caminho da cova dos leões. In: MARINHO, J.H.C; PIRES, M. S. O; VILLELA, A.M.N. (orgs.). *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007. p. 117-137.
- FIRMINO, H. *Nos porões da loucura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MARINHO, J. H. C. *O funcionamento discursivo do item “onde”, uma abordagem modular*. 2002. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- _____. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista Anpol* 16, São Paulo, p.75-100, 2004.
- _____. Um estudo das manobras discursivas realizadas por participantes de um reality show. In: ENCONTRO MINEIRO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 1., 2005, Belo Horizonte. *Mesa redonda...* Belo Horizonte: 2005
- ROULET, E.; FILLIETAZ, L.; GROBET, A. (colab. De BURGER, Marcel). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation Du discours*. Berene: Lang, 2001.
- RUFINO, J. A. A Rita – Documento histórico de um tempo. In: MARINHO, J.H.C; PIRES, M. S. O; VILELA, A.M.N.(orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte; CEFET-MG, 2007, p. 87-101.
- _____. *As mulheres de Chico Buarque: análise da complexidade discursiva de canções produzidas no período da Ditadura Militar*. 2006. Tese (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- RUFINO, J.A.; BRUNETTI, R.V. A organização enunciativa/polifônica em “Uma História Distraída”, de Cida Chaves. In: MELLO, R. *Análise do Discurso e Literatura*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFGM. 2005. p. 309-20.

Maria de Fátima Teixeira Gomes e Janaína de Assis Rufino

VILLELA, A. N. L. A forma de organização complexa periódica. In: MARINHO, J.H.C; PIRES, M. S. O; VILELA, A.M.N.(orgs.) *Análise do discurso*: ensaios sobre a complexidade discursiva. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 51-66.

SCLIAR, M. *Jornal Zero Hora*, p. 2, mar. 2007

Seção II

Sujeitos e narrativas

Delírio e realidade em Machado de Assis

Felipe Mansur

“As ciências nada descobrem: inventam”

Wittgenstein

I

Num belíssimo texto publicado em 2001, o escritor mexicano Carlos Fuentes revela a importância e o talento de Machado de Assis como o herdeiro da tradição de Cervantes em todo o território ibero-americano. “*Machado de la mancha*” começa com a seguinte inscrição: “Machado é um milagre e os milagres, diz Don Quixote a Sancho, são coisas que raras vezes acontecem. No entanto, milagre dado, nem Deus tira” (FUENTES, 2001, tradução nossa)¹

O tal milagre a que Fuentes se refere é justamente Machado ter compreendido a lição de Miguel de Cervantes, o que ele chama de tradição de *La mancha*. Essa tradição se opõe aos princípios e regras que a prosa ocidental vai transformar em modelo para o romance moderno, o modelo realista. Nesse caso, o local de nascimento é outro, é a tradição de Waterloo, defensora do progresso, do racionalismo, enfim, do mundo moderno:

historicamente, a tradição de La Mancha, é inaugurada por Cervantes como um contraposto à modernidade triunfante, um romance excêntrico da Espanha contrarreformista, obrigada a fundar outra realidade mediante a imaginação e a linguagem, a zombaria e a mescla de gêneros. [...] A tradição de La Mancha é interrompida pela tradição de Waterloo, isto é, pela resposta realista da saga e da Revolução Francesa e o império de Bonaparte. O movimento social e a afirmação individual inspiraram Stendhal, cujo Sorel lê em segredo a biografia de Napoleão; a Balzac, cujo Rastignac é um Bonaparte dos salões parisienses; e a Dostoievsky, cujo Raskolnikov tem um retrato do grande corsário como única decoração de seu sótão peterburguês (FUENTES, 2001, tradução nossa)².

¹ Machado es un milagro y los milagros, le dice Don Quijote a Sancho, son cosas que rara vez suceden. No obstante, milagro dado, ni Dios lo quita.

² Históricamente, la tradición de La Mancha la inaugura Cervantes como un contratiempo a la modernidad triunfadora, una novela excéntrica de la España contrarreformista, obligada a fundar otra realidad mediante la imaginación y el lenguaje, la burla y la mezcla de géneros. [...] La tradición de La Mancha es interrumpida por la tradición de Waterloo, es decir, por la respuesta realista a la saga de la Revolución Francesa y el imperio de Bonaparte. El movimiento social y la afirmación individual inspiran a Stendhal, cuyo Sorel lee en secreto la biografía de Napoleón; a Balzac, cuyo Rastignac es un Bonaparte de los salones parisinos; y a Dostoievsky, cuyo Raskolnikov tiene un retrato del gran corso como único decorado de su buhardilla peterburguesa.

Dessa forma, a modernidade triunfante ergue-se no campo da estética com o realismo, e a tradição de *Waterloo* torna-se regra de concepção da forma romanesca. E o “milagre” de Machado de Assis foi rever esses princípios oriundos das revoluções burguesas do século XVIII naquilo que Candido (1995) já nos indicou, há mais de quatro décadas, como o “esquema” do autor. O texto machadiano traz duas grandes questões que se complementam: a identidade e os limites da razão e da loucura. O que de certa forma elucida a forte influência de Shakespeare em sua obra.

Essas duas questões se complementam, porque toda reflexão sobre a identidade acaba sendo também um questionamento sobre a razão ou uma dúvida colocada sobre seu poder de compreensão totalizante. Influenciado por Erasmo, Machado de Assis trará a loucura para a prosa do século XIX não apenas como tema para narrativas, mas justamente como um personagem, um ator presente no palco das relações humanas.

Dentre as obras mais conhecidas que tratam desse tema estão o conto/novela “O Alienista”, publicado em “Papéis avulsos” (1882) e “Memórias póstumas de Brás Cubas”, romance de 1881, especialmente o capítulo “O delírio”. Começemos pelo conto.

O texto é travestido de prosa realista, cujo narrador em terceira pessoa, a todo momento, invoca “os cronistas” de Itaguaí, autores de documentos que confirmariam a veracidade da história. A narrativa trata de discutir as fronteiras da razão através da ótica de seu protagonista, Simão Bacamarte, “filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (ASSIS, 2001). Todavia, se bem observado, tal narrativa não se propõe a elucidar a questão do embate da razão com a loucura, mas serve como um ensaio (satírico) contra o racionalismo científico que afirma poder delimitar o racional e o seu oposto. Portanto, é um ensaio contra a presunção do racionalismo, que tem no realismo a sua porção estética.

Em “A desumanização da arte” (1925), Gasset nos afirma o seguinte sobre a arte do século XIX:

durante o século XIX, os artistas procederam demasiado impuramente. Reduziam ao mínimo os elementos estritamente estéticos e faziam a obra consistir, quase inteiramente, na ficção de realidades humanas. Nesse sentido é preciso dizer que, em um ou outro aspecto, toda a arte normal da centúria passa foi realista. Realistas foram Beethoven e Wagner. Realistas Chateaubriand como Zola. Romantismo e naturalismo, vistos da altura de hoje, aproximam-se e descobrem a sua comum raiz realista (GASSET, 1991).

Reduzir ao mínimo os elementos estéticos para que a obra torne-se “realidade humana”, em outras palavras, fazer do objeto (realidade) a causa para o efeito (obra de arte). O grande problema é que definir o objeto é sempre incorrer numa escolha arbitrária, particular, jamais universal. O realismo define como realidade o universo burguês, tentando separar aquilo que

seria condenável, os seus valores de classe, do que seria louvável, os valores do progresso e da ciência, não percebendo que o moralismo burguês e o idealismo progressista caminham de mãos dadas na aventura da modernidade. O realismo é um idealismo: define seu objeto, o qualifica e direciona para comprovar sua tese, isto é, define o que é a realidade, a qualifica e direciona através de um romance para comprovar a hipótese do que seria a realidade.

Esse procedimento cíclico é muito bem explicado por Bernardo em “A ficção cética”:

em consequência, realismo e idealismo são manifestações equivalentes de ogmatismo, embora em posições trocadas: no realismo, o objeto é a causa, o sujeito é seu efeito; no idealismo, o sujeito é a causa, o objeto é seu efeito. Ora, como nem a versão realista, nem a versão idealista podem ser demonstradas, abre-se espaço para o nominalismo cético (BERNARDO, 2004).

Dogmatismo, a presunção catalogada, esse é o grande inimigo da prosa de Machado de Assis. Em “O alienista”, Simão Bacamarte é sua personificação, e o narrador, o grande ironista dessa sátira. Aquele que “sabe”, o cientista, é que pode decidir quem é são e quem é louco. Simão é uma caricatura do homem das ciências que faz uso da razão e da investigação científica para decidir cada questão da vida, chegando até a escolha da esposa: Simão decide se casar com D. Evarista pelos dotes que ela aparenta possuir de boa reprodutora, finalidade única e maior de uma mulher. Ao ser questionado, por um tio, pela escolha, já que a noiva não era mais uma moça e nem mesmo bonita, o alienista é categórico em afirmar

que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes. Se além dessas prendas – únicas dignas da preocupação de um sábio, D. Evarista era mal composta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-a a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte (ASSIS, 2001).

E esse tão criterioso homem das ciências consegue de Itaguaí, o direito de criar um hospício, a Casa Verde como é chamado. Nesse lugar, ele pretende extrair da concha que são os homens a pérola da razão, já que é preciso demarcar os limites da razão e da loucura, sendo a primeira “o perfeito equilíbrio de todas as faculdades”, pois do contrário só há “insânia, insânia, e só insânia” (ASSIS, 2001). Nesse momento, Bacamarte já acredita que a loucura, que pensava ser uma ilha perdida no oceano da razão, “é um continente” (ASSIS, 2001).

Pouco a poucos, a narrativa relatada por um “distante” narrador vai demonstrando o absurdo da lógica de Simão Bacamarte que chega a colocar quase a cidade inteira na Casa Verde. E a

população, ainda que indignada, curiosamente, não consegue reverter o processo desencadeado pelo cientificismo exagerado do alienista. Itaguaí, o universo de Simão, vai se encolhendo frente às decisões unilaterais do médico.

A constatação de que quase toda a cidade encontra-se na Casa Verde faz com que o grande cientista reavalie seus pressupostos. Num ato inesperado, Simão liberta todos aqueles que lá se encontravam para, em seguida, colocar todos que ainda não haviam sido levados à clínica. A lógica é simples: se os que lá estiveram não eram insanos, é possível que os outros, os que pareciam sãos, fossem os loucos na verdade. Todos os mais equilibrados passaram a ser anormais e o tratamento era também deveras simples: a cada equilíbrio excessivo, deve-se provocar o desequilíbrio. Os exclusivamente sinceros deviam mentir, os modestos se gabar etc. E assim a paz e a normalidade retornam a Itaguaí, graças ao gênio e ao escrúpulo de Simão Bacamarte.

A virada genial da narrativa acontece após a compreensão do alienista que apenas um sujeito permanece em posse de todo o equilíbrio de sua psique. Somente um homem na cidade não apresenta imperfeições, excessos, idiossincrasias: ele mesmo. “Ato contínuo, recolheu-se à Casa Verde” e afirmou “com os olhos acesos da convicção científica” aos que rogavam ser impossível semelhante fenômeno: “trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática” (ASSIS, 2001).

No ensaio sobre “O alienista”, de Augusto Meyer, o crítico levanta uma interessante questão e não dá seguimento. Afirma ele:

o “Alienista” é a própria atividade mental, é o pensamento como *intellectus ipse* que entra em cena e, descobrindo o círculo vicioso da sua loucura de ser e de parecer, suicida-se logicamente. Simão Bacamarte recolhido por sua própria vontade à Casa Verde parece o suicídio da razão que partiu de teoria em teoria à caça da verdade, e por fim acabou reconhecendo em si mesma a fatalidade do erro. A atividade sistemática do pensamento pressupõe um princípio de contradição necessária, um paradoxo razoável. O intelecto deseja uma identificação com o objeto, que nunca poderá ser perfeita, pois a própria fatalidade do seu dinamismo exige o contato com a diversidade para poder avançar, e o elemento racional só pode afirmar-se em contato com o irracional. O pensamento caminha porque não chega nunca. A razão é andarela por natureza.

Mas, para aceitar esse vício original do pensamento, **é preciso ser como as crianças, para as quais o brinquedo é ao mesmo tempo ficção e realidade** (MEYER, 2008, grifos nossos).

Meyer dá sequência a seu texto sem voltar a esta proposição, a da similitude entre a ficção e a realidade. Façamos nós, então, esta investigação. Hamlet, ao fingir-se de louco, tem uma ideia brilhante, encenar a morte de seu pai frente o rei, seu tio, para descobrir através da

ficção a realidade do crime. Pois não são somente as crianças que não diferenciam a realidade e a ficção, mas os loucos também. E fingindo-se de louco, Hamlet “torna-se” louco, sua ficção torna-se realidade, e a tragédia da peça toma a sua forma. Porém, atentemos, o príncipe da Dinamarca não é o único insano, isto é, não é ele a ilha perdida da loucura no oceano da razão. A insânia toma a todos e compõe o desenlace da trama shakespeariana. Contudo, Hamlet é o “único louco consciente” na peça, e Shakespeare é a loucura consciente criadora que “sabe” da semelhança da ficção com a realidade.

Simão Bacamarte não se faz de louco. Para ele a ficção e a realidade estão claramente separadas no universo, sendo a ciência e a razão os instrumentos de definição dessa diferença fundamental. Todavia, ao tomar o seu conhecimento e procedimentos científicos como a única via de regra para a explicação da humanidade, a coisa foge de seu controle. Se todos não podem ser insanos, isto é, se a loucura é a regra, o seu avesso, a sanidade plena, passa a ser a contradição, a anormalidade. Dessa forma, Simão Bacamarte conclui que o louco é ele. De fato é, mas não sozinho, pois a loucura é a norma, e ficção e realidade não se separam³. Porém, o alienista é como Hamlet, o sujeito que, ao contrário do resto do mundo, é consciente de sua loucura.

A fé cega na razão e na ciência levou Simão Bacamarte a um único diagnóstico preciso: de que ele era louco, já que ao tentar com tanta dedicação eliminar a loucura, tornou-se o único que não viveu a realidade como ficção. Separou o inseparável. Fez de sua razão o seu delírio: “Teoria e prática” da loucura do racionalismo reunidas num só.

E onde mais se encontra a loucura em “O alienista”? No narrador, um falso leitor de crônicas que finge uma objetividade, confunde datas, faz da loucura a personagem onipresente da encenação da vida daqueles homens e mulheres de Itaguaí. Como Hamlet, o narrador recria a realidade, não a imitando, mas dando a ela a dimensão ambígua e irônica que lhe é inerente, revelando nela a sua ficção. A loucura, condição *sine qua non* para a vida moderna, como dolorosamente constata Bacamarte é confrontada com a ficção da ciência, que no mundo e na época de Machado confiava-se ser a realidade.

“O alienista” é, antes de tudo, uma tragédia. Simão Bacamarte é Hamlet ao concluir ser ele um louco, e, pior, um louco consciente que reúne a teoria e a prática em si mesmo. Mas ele também é Édipo⁴, aquele que sabe o que é o homem, mas não sabe quem é. Como o mito da Tragédia Clássica, Simão não desiste de “saber”, sua grande ambição e obsessão. Por mais que o mundo suplique para que os dois desistam de sua perscrutação incessante, ambos se negam

³ Verificar o ensaio “Do espelho”, de Vilem Flusser, publicado no jornal O Diário de Ribeirão Preto, São Paulo, em 26 de agosto de 1966 e republicado no site Dubito Ergo Sum: <http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/arquivo02.htm>, texto que elucida muito bem essa questão.

⁴ SÓFOCLES. Édipo rei. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

a fazê-lo, afirmando ser impossível viver sem “saber”. Enquanto a voz do bom senso (que não é necessariamente a da razão) avisa-os para não separarem ficção e realidade, os dois homens trágicos insistem em descobrir o que todos já desconfiavam: que a “realidade” irá destruí-los.

“de que vale ser aqui
onde a vida é de sonhar
liberdade?”

Marcelo Camelo

II

“O delírio”, capítulo VII das “Memórias póstumas de Brás Cubas”, é de fundamental importância para a compreensão dessa visão dupla da existência da ficção de Machado de Assis. Tanto pelo que este capítulo apresenta na construção da consciência de Brás, narrador do romance, mas também pela posição que ele se encontra nas “Memórias”. Ao colocar esse trecho como o seu último acontecimento em vida, sua última experiência, e logo em seguida na trama apresentar seu nascimento e infância, Brás Cubas nos dá a exata medida de que valeu o delírio para o seu entendimento sobre a vida e a natureza humanas. É nesse sentido que desejamos compreender este capítulo como “chave” para a interpretação da relação ficção e realidade na obra machadiana, travestida de razão contra sandice.

O capítulo do delírio, que Eça de Queiroz sabia de cor, foi e continuará a ser revisitado e reinterpretado de diversos modos devido a sua riqueza e complexidade. É ele que dá o tom e a perspectiva do autor das “Memórias”, Brás Cubas. É o seu passo final na transformação de personagem a narrador, já que depois vem a morte e a condição de defunto-autor. E o encontro de Brás Cubas com a Natureza ou Pandora é a constatação de que ele já desconfiava, em vida, da insignificância humana frente o tempo. Todos os projetos, sonhos, desejos, ambições pessoais são irrisórias frente ao fato último, a morte. Caminhar para o fim, esse é o único projeto humano que Brás Cubas vai aprendendo ao longo de sua vida, ao perder pais, noivas e cargos políticos; ao rever a ex-amante outrora deslumbrante, depois carcomida pelo tempo; e ao presenciar a iniquidade e mediocridade de uma sociedade marcada pelas aparências.

Voltando a Meyer, encontramos sua leitura de que por detrás da máscara de Brás Cubas, existe um Machado de Assis “inquieto”, “insatisfeito”, caracterização que impediria a imagem de um Machado cético para o crítico. Todavia, Brás Cubas é tal qual Simão Bacamarte, uma representação do delírio ficcional de Machado. Ou seja, a máscara de um é o rosto do outro,

portanto, seriam “ambos” inconformados ou “ambos” céticos. E por que não os dois? O ceticismo de Machado visto durante muito tempo como algo a ser justificado, não impede que ele seja ao mesmo tempo um inconformado, pois ser cético é, invariavelmente, “jamais” concordar. A afeição desse tipo de filosofia é pura e simplesmente pela “dúvida”, isto é, deve-se a todo momento “duvidar” de “toda e qualquer” verdade estabelecida. Há melhor definição de inconformismo? Vejamos, pois, a passagem de Meyer sobre o delírio de Brás Cubas.

“Sim verme, tu vives... agora mesmo que ensandeceste, vives; e se a tua consciência reouver um instante de sagacidade, tu dirás que queres viver”. O homem essencial que há em nós, além deste saco de vísceras condenado ao apodrecimento, é o ser que deseja ser, o ser que é uma ansiedade infinita de ser. Stefan George resume num verso feliz esse impulso misterioso que brota do mais íntimo da vida e é a própria vida: *Ich bin Beginn will alles fur allzeit*.⁵ “Eu sou o começo e quero tudo por todo o sempre” - todos os sofismas deste mundo, as palavras de vaidade e mentira, se resumem na fome humana de ser. Por isso mesmo nos comovem tanto os inquietos, os que procuram a verdade com angústia sincera e se enredam nas interrogações: neles a fome de ser se revela com a violência do desespero, desespero paradoxal que espera ainda e sempre, fazendo de cada tombo um novo pulo. Na falta de uma crença, inventam para seu uso a “mística da inquietação”, e a inquietação acaba tendo para a pulsação insaciável do seu espírito o mesmo valor que a fé religiosa tem para o crente. O inquieto, o insatisfeito estão sempre além do simples ceticismo. Não se compreende o ceticismo sem uma certa indiferença que é pobreza de temperamento e preguiça de aprofundar as coisas. O cético é um animal de sangue frio, conformado com a superfície das idéias, facilmente desinteressado de tudo por frieza temperamental ou por comodismo de diletante. Repoltrado em sua fleuma, cultiva a arte de pontificar com a dúvida. E o que eu vejo naquele “riso descompassado e idiota” é justamente o desespero que ainda espera e a inquietação vertical do espírito; a verticalidade do caniço pensante (MEYER, 2008).

A primeira coisa a fazermos aqui é relevarmos a consideração de Meyer sobre o ceticismo. Sua definição sobre a doutrina filosófica é muito preconceituosa, ele faz justamente aquilo que o cético se recusa a fazer: o julgamento de valor. Vinculado a uma ideia comum, o ceticismo visto dessa forma é o inimigo do idealismo e dos valores sociais mais proclamados no século XX. Assim, confunde-se o cético muitas vezes como o alienado, o burguês satisfeito. Escrever em 1935 que Machado de Assis (e sua máscara Brás Cubas) não é cético é defendê-lo de ataques e ideias que o colocavam à direita do debate político. Negar seu ceticismo seria, nessa lógica, negar-lhe uma imagem conservadora.

Mas o ceticismo não é nada disso. Verdan nos ajuda a compreender melhor:

⁵ *Der Stern des Bundes* [A estrela do pacto]

enquanto os dogmatistas (ou seja, a maioria dos filósofos) pretendem ter descoberto a verdade e os neo-acadêmicos a declaram com franqueza inapreensível, os céticos se contentam em dizer que não a encontraram e que ela lhes *parece* inencontrável, sem, no entanto, excluir, pelo menos em princípio, a eventualidade da descoberta. [...] O cético é, pois, um homem que se abstém de adotar e de formular opiniões dogmáticas: diante de questões “obscuras”, as quais os filósofos se esforçam em resolver, ele renuncia igualmente a toda afirmação e a toda negação. Sua posição – afasia ou recusa em se pronunciar – não é, portanto, essencialmente negativa (o ateísmo, por exemplo, é contrário ao espírito cético); ela é dubitativa (ou aporética), ou seja, ela se situa a igual distância da afirmação e da negação (VERDAN, 1998).

E essa posição cética que nega qualquer afirmação ou negação é a posição do Brás Cubas narrador, isto é, do defunto autor e não necessariamente a do Brás Cubas personagem. Basta lembrarmos a teoria da errata pensante: “Cada edição da vida é uma edição que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes” (ASSIS, 1997). No caso de Brás não apenas “dá de graça” como também dedica-lhe “estas memórias póstumas”. O que aparentemente escapou à consideração de Meyer é que a máscara Brás Cubas não é apenas uma, mas vai se transformando a medida que as memórias são contadas e sempre coexistindo ao menos duas: a do personagem e a do narrador, os dois Brás Cubas. A trajetória de Brás pode ser vista como o caminho do cético pirrônico, que vai da Zétesis (busca pela verdade) à Adiaphoria (indiferença), passando pela Diaphonía (conflito de teorias que buscam a verdade), Isostenia (equivalência de tais teorias), Epoché (suspensão do juízo), Afasia (recusa a se pronunciar) e pela Ataraxia (tranquilidade intelectual) (MAIA NETO, 2007)⁶.

O cético não é um conformado, mas um sujeito que recusa o estabelecimento ou a predominância de qualquer verdade. Todavia, essa condição é quase desumana, isto é, viver em sociedade é fazer escolhas, optar por alguma teoria, tomar partido. Brás Cubas aprende do pai que precisa vencer, ser importante, recusar a obscuridade. É aconselhado por Quincas Borba a “ser homem! ser forte! lutar! vencer! brilhar! influir! dominar!” (ASSIS, 1997). E antes de rir frente à morte, quando reconhece sua insignificância frente a natureza, ele se recusa a acreditar que ela lhe pode ser má, “Natureza, tu? a Natureza que eu conheço é só mãe e não inimiga; não faz da vida um flagelo, nem, como tu, traz esse rosto indiferente, como o sepulcro” (ASSIS, 1997); lhe pede mais algum tempo, “Então encarei-a com olhos súplices, e pedi mais alguns anos” (ASSIS, 1997). Enfim, mostra-se humano e fraco frente o que não pode compreender. Dessa forma, Brás Cubas reflete todo o processo da formação cética, indo de errata em errata

⁶ Essa obra é a que melhor compreende, delinea e analisa a importância do ceticismo na ficção de Machado.

até a Adiaphoria de defunto: “Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados” (ASSIS, 1997).

“Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa”

Machado de Assis

III

Machado de Assis duvidou através da ficção. Duvidou da realidade de seu tempo: do cientificismo; do naturalismo; das revoluções; do conservadorismo; da burguesia; dos intelectuais; enfim, recusou o progresso e a razão como qualquer tipo de salvação, sem, no entanto, ser reacionário. Sua ficção é a crença na dúvida, é a sandice contra a razão. No capítulo que dá sequência ao do delírio, Machado reflete sobre a relação da sanidade com a loucura, acreditando ser uma união indissociável:

houve quase um distúrbio à porta do meu cérebro, porque a adventícia não queria entregar a casa, e a dona não cedia da intenção de tomar o que era seu. Afinal, já a Sandice se contentava com um cantinho no sótão.

- Não, senhora, replicou a Razão, estou cansada de lhe ceder sótãos, cansada e experimentada, o que você quer é passar mansamente do sótão à sala de jantar, daí à de visitas e ao resto.

- Está bem, deixei-me ficar algum tempo mais, estou na pista de um mistério...

- Que mistério?

- De dous, emendou a Sandice; o da vida e o da morte; peço-lhe só uns dez minutos.

A razão pôs-se a rir.

- Hás de ser sempre a mesma coisa... sempre a mesma coisa... sempre a mesma coisa... (ASSIS, 1997).

Como a Sandice de Brás Cubas, a prosa machadiana quer descobrir o mistério da vida e da morte, tal qual Hamlet desejava descobrir a verdade através da encenação do assassinato do pai. Para isso, Machado precisa, no meio da razão científica e dogmática, fazer valer da ambiguidade natural da arte, do caráter duplo da ficção para levar ao leitor a loucura salutar da literatura.

Referências

ASSIS M. de. O alienista. In: *Contos: uma antologia*, 2. v. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

BERNARDO, G. *A ficção cética*. São Paulo: Annablume, 2004.

CANDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FUENTES, C. *Machado de la mancha*. Fondo de Cultura Economica: Cidade del Mexico: 2001.

MAIA NETO, J. R. *O ceticismo em Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2007.

MEYER, A. *Ensaíos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

GASSET, J. O. *A desumanização da arte*. São Paulo: Cortez, 1991.

SHEAKESPEARE, W. *Hamlet*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SÓFOCLES. *Édipo rei*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VERDAN, A. *O ceticismo filosófico*. Tradução de Jaimir Conte. Florianópolis: UFSC, 1998.

A literatura menor de Franz Kafka

Mauro Rocha Baptista

Nascido em Praga em 1883, enquanto a cidade ainda era uma das principais do império austro-húngaro, Franz Kafka passou pela Primeira Guerra Mundial sem fazer em sua obra referências diretas ao impacto do conflito naquela que seria uma das novas capitais europeias. Era judeu, mas escapou dos horrores do holocausto, pois morreu ainda em 1924, poucos dias antes de fazer 41 anos. Apesar de sua morte preceder à ascensão nazista, muitos críticos o consideram como um dos autores que melhor conseguiu descrever o sentimento de completo desamparo sofrido pelo sujeito diante da barbárie da Segunda Guerra Mundial.

Em suas narrativas, o homem se vê lançado em “processos” dos quais desconhece tanto as causas que os motivam quanto as leis que os regem e não tem nenhuma indicação lógica que o leve a respeitar as autoridades que o condena. Da mesma forma, Kafka não precisou viver a apoteose do *american way of life*, principalmente quando esse estilo de vida consumista foi generalizado em países que nem sempre queriam “comprar” a proposta, para descrever o símbolo da “América”, a Estátua da Liberdade, portando uma espada no lugar da tocha. E assim também podemos concluir que ele não jejuou até a morte para compreender o sentimento profundo de um “artista” que faz da ausência de ação a sua mais sublime arte.

Nem tudo o que se lê em Kafka pode ser assumido como metáfora, nem tampouco como fruto puro e simples da retransmissão de experiências pessoais. Kafka não se limita a denúncia do abuso de poder, seja por parte da autoridade paterna ou do mundo. Não pretendemos com essa afirmação compactuar com as leituras que transformam o escritor de Praga em um profeta que ora prenuncia a ascensão dos variados totalitarismos, ora a decadência existencial gerada pela crise dos paradigmas. Contudo, não podemos impor à produção kafkiana um limite físico tão preciso quanto o pretendem fazer aqueles que declaram que as obras de Kafka são fruto de uma mente afetada pelo rigor da criação paterna. Nesta leitura a riqueza do universo de personagens de Kafka é substituída por um único drama envolvendo pai e filho. Mesmo quando o autor retrata uma autoridade qualquer, esta estaria investida com os poderes patriarcais. Sendo assim, o complexo de Édipo passaria a ser o motor das ações mais variadas.

Mas não é apenas o complexo de Édipo que marca o autor, uma série de outros limites físicos se lhe impõem pelas várias perseguições sofridas, uma vez que ele era sempre membro da minoria: por ser judeu era discriminado pelos germanos e por ter formação germânica, pelos tchecos; pelo sonho de ser artista era discriminado pela burguesia, principalmente a judaica. Pela maioria cristã de Praga, ele era visto apenas como judeu, independentemente de sua devoção pessoal ou não. Entre os judeus era condenado por não tomar uma postura direta ante o assimilacionismo, uma vez que ele escrevia somente em alemão e sonhava em viver em Berlim ou Viena, ou o sionismo, já que queria aprender hebraico e também sonhava em viver na Palestina.

O isolamento sofrido por Kafka se reflete em sua obra, produzindo o efeito inverso, ou seja, transforma o que é essencialmente particular em uma vivência de caráter universal. Em suas narrativas, Kafka ultrapassa seus guetos e as particularidades de sua (de)formação, conseguindo traduzir por esse meio o conturbado universo do fragmentado homem moderno. Essa estrutura da narrativa kafkiana é descrita por Deleuze e Guattari como uma literatura menor, significando que quanto à sua formulação ela é independente do processo cosmopolita. Enquanto as grandes literaturas tentam defender o pensamento de um grupo como uma ordem universal, tentando minimizar as diferenças e valorizar o discurso globalizante, a literatura menor é entendida como produção de gueto. Através da discussão desse conceito, analisado em função de Kafka e não da teoria de Deleuze e Guattari, pretendemos apresentar a relação entre a subjetividade do autor e a força social de sua narração.

1 - A escrita impossível da literatura menor de Kafka

Ao iniciarem sua discussão sobre Kafka, Deleuze e Guattari distinguem literatura menor de língua menor: língua menor seria a representação de um escritor que vivendo em meio a uma comunidade dominante resgata a língua própria de seu povo oprimido para promover uma crítica da ordem dominante (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25). Nessa estrutura literária persiste a prisão da escrita ao tempo e ao espaço. Se as grandes literaturas não podem alcançar sucesso entre os oprimidos, porque não lhes diz respeito, o uso da língua menor não pode se realizar entre os opressores pelo mesmo motivo.

Kafka repele os dois casos anteriores. Ele não refunda a língua menor, escreve em alemão, língua maior do império austro-húngaro. Contudo, em sua forma de escrever, não se assume como parte das grandes literaturas. Esse judeu tcheco vai além da simples denúncia gerada pelo resgate da língua menor. Em suas narrativas, ele recia a língua maior ao prazer de uma

literatura que, ao ser a de um perfeito estrangeiro, lhe pertence tanto quanto aos opressores e oprimidos. O mais impressionante é que nessa pertença particular e fragmentada à subjetividade de um autor, a literatura menor transforma-se em denúncia ainda mais eficaz que a feita em uma língua menor, pois rompe com particularismos danosos da segmentação confessa para manter a tensão entre semelhança e diferença que rege a realidade. A literatura menor consegue chegar a esse ponto porque não se pretende universal.

Podemos observar, em um dos aforismos de Kafka, o sentimento de isolamento que constitui a sua literatura menor e que se contrapõe ao de universalização. Segundo ele existem “duas incumbências no limiar da vida: estreitar seu círculo cada vez mais, e procurar certificar-se constantemente de que você não se ocultou em algum lugar no exterior dele” (KAFKA [197-] b, p. 139). Ora, a literatura menor não pretende privilegiar aqueles que se encontram dentro do círculo como acontece com as grandes literaturas, igualmente, não pretende usar o discurso de quem está de fora para criticar aqueles que estão dentro como o faz os usuários da língua menor. A literatura menor de Kafka versa sobre o sujeito que está à margem, mas que vive em função do círculo. Sua narrativa não se transforma em uma revalorização cosmopolita do círculo, ela não é conformista. Tampouco é revolucionária, pois não se nega a um grau de reconhecimento e desejo de pertença ao círculo. É uma narração negativa que apresenta os limites e as impossibilidades do homem.

Essa forma de narração respeita aquela que deve ser a postura reflexiva do homem que compreende a tensão da realidade.

O homem, enquanto ser que reflete, também é um ser que nega: não permite que aquilo que sobre ele incide o atravesse. O homem pensa para negar. O ser humano é o espelho do mundo ao lhe atribuir sentido, mas também se poderia dizer que o ser humano é a negação do mundo, ao não aceitar o que vê (KRAUSE, 2004, p. 12).

Kafka reflete sobre o seu mundo e o apresenta através de uma narrativa ambígua que, em sua singularidade, consegue espelhar o sentimento mais geral de pertença e de marginalidade. Os contemporâneos de Kafka em Praga não conseguiram esse mesmo impacto, pois muitos optaram por não serem escritores menores em uma língua maior, preferiram se fundir às grandes literaturas. Reforçar o sentido de mundo que é imposto pelas normas de identificação social. Manter o padrão estilístico com que a elite se reconhece. Enquanto outros, presos ao papel heróico de salvadores do mundo, não conseguiam agir de outra forma que não pela negação do reflexo que observavam. É mantendo a ambiguidade na relação com o círculo que ele deseja e teme ao mesmo tempo, que Kafka possibilita o sucesso no fracasso de sua literatura menor.

Em junho de 1921, em uma carta ao seu amigo Max Brod, Kafka detecta o fardo que recai sobre os literatos de seu tempo, manifestando três impossibilidades: é impossível resistir ao apelo

do mundo para que seja refletido e narrado pelo escritor, portanto existe uma impossibilidade de não escrever (*der Unmöglichkeiten, nicht zu schreiben*); é impossível usar um idioma em que o próprio escritor não se reconhece, logo, para o judeu-tcheco Kafka, há uma impossibilidade em escrever em alemão (*der Unmöglichkeiten, deutsch zu schreiben*); e é impossível abrir mão da experiência de não-reconhecimento na própria língua para fazer política com outro idioma. Sendo assim a terceira restrição é manifesta pela impossibilidade de escrever de outra forma que não o alemão (*der Unmöglichkeiten, anders zu schreiben*). Dessa análise Kafka conclui, paradoxalmente à primeira restrição, pela impossibilidade de escrever (*der Unmöglichkeiten zu schreiben*) (KAFKA, 1951, p. 211).

Kafka entende como seu empreendimento literário deve ser fracassado, pois reconhece de uma só vez toda a impossibilidade na interação direta entre o autor e o leitor. Porém, esse fracasso é revertido em sucesso quando o escritor o transforma em lembrança viva durante o processo de confecção de sua obra. Ciente desse alerta, Kafka desenvolve a sua narração em conformidade com a pedagogia cética proposta por Krause na qual “se as idéias debatem entre si, adiando o máximo possível a conclusão, o leitor desse tipo de texto se sente parte do diálogo, e não um sujeito intimado a concordar com ou discordar de determinada opinião” (KRAUSE, 2004, p. 28).

É por ser uma escrita impossível, que a literatura menor de Kafka se permite compreender como um provisório (*provisorium*), única forma das impossibilidades não se concluírem em um fracasso pleno (KAFKA, 1951, p. 211). É por não se concluir plenamente que tais narrativas podem permanecer sendo impossível. É por permanecer impossível que elas impactam em diferentes tempos e diferentes espaços.

2 - Desterritorização da língua

O singular da literatura menor é expresso por Deleuze e Guattari através de três características fundamentais das quais a primeira é: “que a língua aí é modificada por um forte coeficiente de desterritorização” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25). Essa desterritorização reflete o ambiente no qual Kafka se encontra ao se deparar com tantos guetos e nenhuma acolhida verdadeira. A desterritorização é a expressão máxima da fragmentação moderna pela qual passa o homem, nela não existe um território seguro onde aportar, o círculo se fecha e nos encontramos fora dele. O efeito de tal desterritorização na estrutura da narração kafkiana é a forma geral com que os leitores, mesmo não querendo acreditar no fabuloso universo criado por Kafka, sentem-se levados, por meio da trama, a realidades não

tão fantásticas e irreais quanto acreditavam encontrar pela frente.

Quando, por exemplo, Gregor Samsa se transforma em um inseto monstruoso, o leitor pode se distanciar da veracidade do texto com uma tranquilidade apaziguadora. Mas, ao observar de perto as reações da família Samsa diante da perda de seu arrimo, algo daquele mundo ficcional se desvela de forma mais monstruosa que o metamorfoseado Gregor. Ainda que, em sua monstruosidade, a realidade seja mais próxima ao mundo real. A literatura menor não precisa se centrar na família Samsa como a cosmopolita acreditaria ser a forma adequada de falar por uma linguagem universal. É no desterritorizado Gregor que a literatura menor foca a sua atenção, e, ao focar esse ser estranho, ela produz no leitor o sentimento de pertença ao universo kafkianamente metamorfoseado em que o fabuloso revela a realidade mais dolorosa.

Ao comparar a estrutura dos romances de Julio Verne com os famosos versos de Fernando Pessoa, Krause conclui pela genérica revisão da realidade promovida pela ficção.

Já que (Verne) não pode saber como ela (a realidade) de fato é, então conclui que ela pode ser “assim” e não “assado”, como no trocadilho. O poeta, de seu lado, resolve os dilemas do solipsismo e da dor, própria e alheia, entendendo-se tão fingidor que chega a fingir que é dor a dor que deveras sentira, representando melhor a sua dor real se e somente se o fizer através de uma simulação que passa a ser vivida como mais real, isto é, mais intensa, do que o real ele mesmo (KRAUSE, 2004, p. 38).

A dor fingida acaba sendo mais forte que a dor real. A metamorfose fictícia é mais forte do que a representação literal da desterritorização do sujeito moderno. Na diferença, a semelhança salta aos olhos com mais vitalidade.

Quando Kafka adota o impossível alemão como forma de burlar a impossibilidade de escrever, ele reconhece que “o alemão de Praga é uma língua desterritorizada, própria para usos menores (cf., em outro contexto atual, o que os negros podem fazer com o inglês)” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25). Assume que o seu alemão não é o mesmo que o dos burocratas, neste o sentido já está configurado de acordo com o uso, naquele a compreensão é fruto da construção uniforme. Na perda de seu território originário, a língua de Kafka precisa reconhecer-se como desterritorizada e nesse reconhecimento alçar o estatuto de língua poética.

É, de facto, uma experiência da língua que pressupõe desde sempre palavras – com as quais falamos, como se tivéssemos desde sempre palavras para a palavra, como se tivéssemos uma língua mesmo antes de a ter (a língua que falamos então já não é única, mas sempre dupla, tripla, presa na série infinita das metalinguagens); e há uma outra experiência na qual o homem, ao contrário, está absolutamente sem palavras perante a linguagem. A língua para a qual não temos palavras, que não finge, como língua gramatical, ser mesmo antes de ser, mas que “é única e primeira em toda a mente”, é a nossa língua, ou seja a língua da poesia (AGAMBEN,

1999, p. 40).

O alemão da burocracia, do cotidiano, é uma língua das formalidades estipuladas, de infinitas metalinguagens, que impossibilita a vivência poética de um sentimento. Nesse alemão a palavra só se desvela para os iniciados. O alemão de Kafka, em sua desterritorialização resgata o valor poético dos velamentos que revelam a realidade a partir da diferença. Pela ausência de um território, ele se torna pertencente a todos.

A questão da língua afeta diretamente o universo dos judeus do império austro-húngaro. Nesse ambiente, ela perpassa quatro pontos fundamentais de desterritorialização.

A língua vernácula, materna ou territorial, de comunidade rural ou de origem rural; a língua veicular, urbana, estatal ou mesmo mundial, língua de sociedade, de troca comercial, de transmissão burocrática, etc., língua de primeira desterritorialização; a língua referencial, língua do sentido e da cultura, operando uma reterritorialização cultural; a língua mítica, no horizonte das culturas e de reterritorialização espiritual ou religiosa (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 36).

Kafka lamenta não pertencer mais à língua vernácula, convivendo em uma comunidade rural harmônica. Seu pai Herrmann venceu na vida e conseguiu sair dos campos e tornar-se um grande comerciante em Praga, abandonou por isso aquela velha comunidade de base onde se tinha uma identidade melhor formada. No campo, os judeus se desenvolveram e mantiveram suas tradições, mas o campo não foi suficiente para suas ambições. Quando eles migraram em massa para as cidades, muitas de suas tradições culturais se perdem no percurso e a linguagem precisou se adequar ao novo momento vivido. A língua vernácula de caráter poético é substituída pela língua veicular que possui tão somente a característica de transporte de informações e troca de mercadorias. O sentimento de identidade não pode ser o mesmo em uma língua que é assimilada como fórmula obrigatória para se conviver bem em uma cidade. Assim como o alemão era imposto aos judeus do império. O racionalismo urbano se sobrepõe às relações mais afetivas do campo.

A relação entre a língua vernácula e a veicular pode ser pensada a partir de um dos aforismos de Kafka:

a expulsão do Paraíso é eterna em seu significado essencial. Consequentemente ela é uma coisa final e a vida neste mundo é irrevogável, mas o caráter perpétuo do incidente (ou expresso efemeramente, a recapitulação perpétua do incidente) torna contudo possível não apenas que possamos viver continuamente no Paraíso, mas na realidade, que nele permaneçamos ininterruptamente, não importando que saibamos ou ignoremos (KAFKA, [197-]b, p. 135).

Tal como o “paraíso”, a língua vernácula foi, irrevogavelmente, perdida. Não é possível voltar atrás das decisões tomadas por outrem. Não depende mais dos contemporâneos. O caminho já foi traçado pelo pecado original de se mesclar à sociedade urbana. Diante da perda da língua vernácula, que só pode ser resgatada como língua menor, Kafka entende que não pode usar a língua veicular como um mero veículo, ele precisa transformá-la na possibilidade de, sendo um estrangeiro, sentir-se no mundo. Não se trata, pois, de agir com a língua veicular, visando a reterritorialização, mas da compreensão de que a situação humana é a de estrangeiro, não importa onde o sujeito esteja.

Uma terceira língua se oferece como nova possibilidade de reterritorialização para esse judeu, o tcheco, língua própria dos habitantes da região, não tão morta como o alemão burocrático, mas tão distante dos impulsos próprios dos judeus quanto ele. Ora, se o objetivo de Kafka não é tratar a língua nem com o respeito de ser vernácula, ela está irremediavelmente perdida, nem com o desprezo de ser só um veículo, isso representaria a aceitação de que o paraíso não pode mais ser vivido, a língua referencial seria, aparentemente, uma possibilidade de atuação mais fortemente política.

Contudo, Kafka entende que essa língua referencial não pode ser uma referência para ele: se incluir no mundo tcheco é se esquecer de sua situação de estrangeiro. Não basta adaptar o sobrenome¹, falar o idioma alheio, nem negociar e viver no meio do povo, isso não faria de Kafka um tcheco. O paraíso perdido não pode ser substituído por um novo. A língua referencial significa uma segunda possibilidade de se resgatar a paz do paraíso, mas assim como a língua veicular, ela cria um espaço novo que acaba distanciando, mais do que aproximando. Ambas são línguas institucionais e não vivenciais.

Por fim, resta ainda uma língua mítica como o hebreu usado nos rituais. Porém essa, assim como as anteriores, não pode ultrapassar seus limites ritualísticos. Mais uma vez apelamos para os aforismos de Kafka com o objetivo de compreender os limites dessas línguas reterritORIZANTES, segundo ele: “Os leopardos penetram no templo e bebem os cálices sacrificiais secos; isto ocorre muitas vezes e repetidamente: e por fim pode-se neles confiar antecipadamente tornando-se uma parte da cerimônia” (KAFKA, [197-]b, p. 130). O alemão veicular, o tcheco referencial e o hebraico mítico são apenas leopardos que frequentam o templo, mesmo que sejam assumidos como parte da cerimônia, eles não passam de representações da vida social.

Diante das quatro possibilidades, Kafka se encontra em uma Torre de Babel falsamente organizada pela burocracia para hierarquizar a sociedade. Os múltiplos idiomas e as variações internas de cada língua impossibilitam a comunicação em nome de uma harmonia social. Uma

¹ kavka significa gralha em tcheco

ordenação permitida pela divindade e aceita socialmente. Segundo Kafka: “se tivesse sido possível construir a Torre de Babel sem elevá-la (*erklettern*), o trabalho teria sido permitido” (KAFKA, [197-]b, p. 130). Logo, nada impede de pensar que a desterritorialização da língua seja uma Torre de Babel horizontalizada, e, portanto, permitida. Com ela o paraíso continua perdido, mas, ilusoriamente, acreditamos estar subindo² ao seu encontro. Ao passo em que nos perdemos pelos seus descaminhos.

3 - A língua e a narração kafkiana

Diante das quatro opções que lhe são apresentadas, Kafka investe na produção de sua própria língua, intraduzível para as demais:

Kafka não se orienta em direção a uma reterritorialização pelo tcheco. Nem em direção a um uso hipercultural do alemão, com sobrelances oníricos, simbólicos e míticos, mesmo hebraizantes, tal como se encontra na escola de Praga. Nem em direção a um iídiche oral e popular; no entanto, esse caminho que o iídiche indica, ele o toma de modo totalmente diferente, para convertê-lo em uma escritura única e solitária. Já que o alemão de Praga é desterritorializado por várias razões, sempre se irá mais longe, em intensidade, mas no sentido de uma nova sobriedade, de uma nova correção inaudita, de uma retificação implacável, erguer a cabeça (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 40).

O alemão de Kafka não pode ser compreendido integralmente pelos burocratas de Praga, mas também não ultrapassa os limites da cultura germânica como pretendeu o círculo literário de seus contemporâneos. Trata-se de um alemão simples, mas que em sua simplicidade revela uma série de aspectos ricos em crítica social os quais nem sempre serão compreendidos pela leitura formalista de um burocrata.

Segundo Deleuze e Guattari, Kafka opta:

pela língua alemã de Praga, tal como ela é, em sua própria pobreza. Ir sempre mais longe na desterritorialização[...] por força de sobriedade. Já que o vocabulário está dissecado, fazê-lo vibrar em intensidade. Opor um uso puramente intensivo da língua a todo uso simbólico, ou mesmo significativo, ou simplesmente significante. Chegar a uma expressão perfeita e não formada, uma expressão material intensa (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 29).

Kafka trata o seu alemão como a perdida língua da poesia. Uma língua capaz de unir na manutenção da diferença. Entre todas aquelas impossibilidades, a única forma que ele consegue para satisfazer a ânsia de escrever é “estar *em* sua própria língua como estrangeiro”; logo, essa

² *Erklettern* pode ser melhor traduzido por subir à torre ou escalá-la, ao invés de elevá-la.

“é a situação do narrador de Kafka” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 40).

Em uma passagem do “Diário” que descreve a sua convivência familiar, Kafka revela singelamente sua relação com o alemão:

ontem tive a sensação de que se nem sempre amei minha mãe na medida em que ela merecia, e como era capaz, foi porque a língua alemã mo impediu. A mãe judia não é uma *Mutter*. [...] *Mutter* é uma palavra alemã especialmente para o judeu. Contém tanta frieza como esplendor cristão, de tal maneira que a mulher judia chamada *Mutter* acha-se inteiramente expatriada. (...) Acredito que somente as lembranças do gueto conservam ainda a família judaica, pois a palavra alemã *Vater*, nem de relance pode definir o pai judeu (24 de Outubro de 1911) (KAFKA, [197-]a, p. 95).

O alemão puro não pode servir para a escrita dele, pois não traduz seu sentimento de judeu expatriado. Portanto, a língua alemã precisa ser usada com cautela, e, em Kafka, o leitor deve lê-la com igual cautela. O alemão de Kafka escreve *Mutter* e lê “mãe judia” ou tão somente “mãe”. É nesse sentido que o leitor de Kafka pode ler uma história limitada a um contexto histórico e compreendê-la ilimitadamente em qualquer tempo.

Se os judeus de Praga estão desterritorializados, Kafka assume essa situação e não busca uma reterritorialização artificial. Ele não sente a necessidade de um discurso que revalorize as normas institucionais e busque uma reterritorialização forçada pelo desejo de aceitação universal, não se inclui na Babel horizontal da burocracia cotidiana. Em sua literatura menor, a desterritorialização se mantém como uma ferida aberta que anuncia a necessidade de cuidados na leitura e interpretação de seus textos. Conforme a análise feita por Benjamin, devemos evitar a comparação da narrativa kafkiana com uma simples parábola. Nesta ocorre a garantia de sentido ao mundo pela associação de um código de compreensões, naquela o processo é tomado como aberto.

Não são parábolas e não podem ser lidas no sentido literal. São constituídas de tal modo que podemos cita-las e narra-las com fins didáticos. Porém conhecemos a doutrina contida nas parábolas kafkianas? Essa doutrina não existe; podemos dizer no máximo que um ou outro trecho alude a ela (BENJAMIN, 1994, p. 148).

Kafka não oferece a chave de interpretação para as suas narrativas, optando pela manutenção da abertura e da aporia, ele opta por velar a doutrina por trás da parábola o que permite que seu pensamento seja tão universal quanto hermético. A inconclusão de seus textos indica uma junção das duas características da aporia apresentada por Krause. Segundo ele, a aporia indica “ou a dificuldade insuperável de um raciocínio, ou o conflito resultante da igualdade de raciocínios opostos entre si” (KRAUSE, 2004, p. 27), em Kafka ela representa a impossibilidade de explicar

o inexplicável da situação humana. Tanto porque existem várias explicações opostas quanto porque nenhuma é necessária. Sua narrativa é o cumprimento da impossibilidade de não escrever na manutenção da impossibilidade de escrever. “A única maneira de explicar que não há nada a explicar – este o seu argumento - é dar explicações disso. Qualquer outra atitude – incluindo o silêncio agarra o inexplicável com mãos demasiado desajeitadas: só explicações o deixam intacto” (AGAMBEN, 1999, p. 135). Só narrando, Kafka pode assumir a impossibilidade de explicar o inexplicável. Só narrando em uma literatura menor, aporética e aberta, ele consegue manter a tensão entre a semelhança e a diferença que permite ao inexplicável sair intacto das explicações.

A realidade é tomada como elemento de desenvolvimento para seus textos, pois essa é a realidade do mundo externo, ou em outras palavras, do interior do círculo. Porém, mesmo quando se permite que esse discurso apresente-se como o discurso basilar de seus textos, ele está limitado pela crítica do estrangeiro que observa tudo isso com o distanciamento necessário a qualquer análise objetiva. “Se dominarmos a língua, então dominamos a realidade: as palavras de fato dizem as coisas. Se de algum modo, ao contrário, a língua nos domina, então não dominamos e não conhecemos a realidade” (KRAUSE, 2004, p. 22). Kafka não domina a língua, portanto se abre para uma realidade desconhecida que deve ser narrada mantendo esta tensão original. O que se apresenta como um fatalista limite humano é revisto como a nossa maior glória. “Verdadeiramente desconsolador seria o conhecimento último ter ainda a forma da objectualidade. É precisamente a ausência de um objecto último do conhecimento que nos salva da tristeza sem remédio das coisas” (AGAMBEN, 1994, p. 47).

4 - Subjetividade e sociedade nas narrativas kafkianas

À guisa de conclusão, resta-nos observar a relação de Kafka com as outras duas características da literatura menor conforme ela é pensada por Deleuze e Guattari:

a segunda característica das literaturas menores é que nelas tudo é político [...] seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentando ao microscópio, na medida em que outra história se agita nele (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 26).

As grandes literaturas visam à construção de uma harmonia social através das histórias individuais. Funcionam como um processo de legitimação dos valores sociais que se contrapõem aos objetivos do sujeito. Sendo assim, as histórias particulares usadas no seu enredo representam apenas o meio para alcançar a almejada estrutura ordenada. Seu objetivo não é o de se perder no particular, mas o de valorizar o contexto geral. Dessa forma, a desmedida dos heróis deve

ser exemplarmente punida, e as virtudes morais elevada à sua maior glória. Por seu turno, na literatura menor, é o caso individual que assume a importância política de revisar a realidade. Nessa forma de narração, não se trata somente de apresentar um drama psicológico para sustentar a ordenação política, demonstrando pela exceção um reforço da regra. É a exceção se tornando um aporte para que a regra seja questionada.

As narrativas de Kafka se centram no drama microscópico do herói que se contrapõe à realidade macroscópica da sociedade burocratizada. Ela não atua como uma reafirmação do macro sobre o micro, mas como a possibilidade política de que o micro represente o revigoramento do macro. Mesmo as questões particulares desenvolvidas em seus textos - como os problemas enfrentados na relação entre Georg Bendemann e seu pai em "O veredicto" ou as reações do explorador estrangeiro frente ao maquinário de tortura de "Na colônia penal" - não estão fechadas à subjetividade desses personagens. Essas representações do micro, da subjetividade de um herói, apresentam internamente a estrutura do macro com todos os dramas que a sociedade procura velar. Segundo Deleuze e Guattari o limite puro da história relatada, pela característica implícita às literaturas menores, é apenas ilusório. Aquilo que é narrado como um fato específico da vivência de um sujeito, necessariamente, precisa ter a sua estrutura particular rompida para se realizar plenamente e politicamente como denúncia das limitações impostas pela sociedade à subjetividade.

Sob o microscópio, o micro da subjetividade apresenta toda a agitação que em seu interior reflete a agitação velada do regrado macro. A construção das grandes literaturas visava ao ordenamento uniforme do macro e ao sentimento de integração do micro a esse macro. A literatura menor inverte essa meta, apresentando a dessemelhança microscópica como ponto de partida para a compreensão da multiplicidade macroscópica. Pela apresentação fingida da dor que deveras sente, o escritor consegue tornar a sua dor verdadeira, compreensível para todos que sofrem do mesmo mal, ainda que só a compreendam a partir do fingimento. A narração adquire um poder transformador, partindo da subjetividade do autor, refletindo na subjetividade do herói e espelhando o drama social como um todo.

Logo, a literatura menor é aquela que em seus estreitos limites retrata e revisa o universal. Dessa segunda característica segue-se que: "A terceira característica é que tudo adquire um valor coletivo [...] o que o escritor sozinho diz, já constitui uma ação comum, e o que ele diz ou faz, é necessariamente político, ainda que outros não estejam de acordo" (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 27).

O sofrimento de Georg ou o espanto do explorador são coletivos no sentido em que são aberturas para realidades veladas que constituem o universo humano. Nem todo homem teve

a experiência dramática que Kafka teve com seu pai. Nem todo homem observa seu adoecido pai e conclui que ele ainda é um gigante como o personagem de “O veredicto” (KAFKA, 1993, p. 16). Mas todo ser humano compreende a fingida dor de Kafka ao ser sentenciado à morte por quem se adora à própria morte. Não é preciso trabalhar em uma empresa de seguros do início do século XX e ver uma dezena de mutilações por dia, nem explorar uma colônia penal com formas *sui generis* de punir o condenado para compreender que o mundo burocrático da modernidade nos mutila e nos condena a cada minuto. A dor fingida nos afeta coletivamente, nos trazendo de volta para nós mesmos.

Com sua literatura menor, Kafka permite ao mesmo tempo: que reconheçamos a diferença que nos marca enquanto subjetividades e a semelhança que nos une em uma coletividade, e que a legitimação das semelhanças como forma de ordenar a sociedade a partir do velamento das diferenças seja questionada. O processo de legitimação desejado pelas grandes literaturas é pervertido ao ser cumprido na literatura menor. A literatura menor não apenas nos lança em nossa subjetividade, mas nos obriga a compreender a coletividade humana da qual fazemos parte. Como tal, ela revigora o humanismo não mais pensado como embasamento moralista e legitimador da construção da sociedade moderna, mas como uma pertença a um mesmo e doloroso corpo social. Um corpo que sente a dor dos seus limites e de suas impossibilidades. Mas ainda assim, um corpo que ao fingir essa dor, consegue transformá-la em hipótese de sua própria redenção.

Referências

AGAMBEN, G. *Idéia de prosa*. Lisboa: Cotovia, 1999.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

KAFKA, F. *O veredicto; na colônia penal*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Diários*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, [197-]a.

_____. *A muralha da China*. São Paulo: Nova Época, [197-]b.

_____. *Das Kafka Buch*. Seleção e comentários de Heinz Politzer. Frankfurt: Fischer Verlag, 1951.

KRAUSE, G. B. *A ficção cética*. São Paulo: Annablume, 2004.

O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político

Gustavo Ximenes Cunha

Introdução

Uma etapa fundamental dos estudos sobre a heterogeneidade composicional diz respeito à definição precisa dos tipos que entram na composição dos discursos. As tipologias elaboradas em diferentes áreas das ciências humanas: linguística textual (Adam, 1992), psicologia da linguagem (Bronckart, 1997), sociolinguística (Labov, 1972), análise do discurso (Charaudeau, 1992; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001) apresentam algumas divergências quanto às categorias propostas, mas todas atribuem um estatuto tipológico forte à narração. Apesar das escolhas teóricas que os diferenciam, os modelos que se ocupam da definição de tipologias textuais se aproximam ao caracterizarem o tipo narrativo, basicamente, como uma configuração discursiva complexa que atualiza uma representação de natureza referencial, a história (FILLIETTAZ, 2001).

Entretanto, o principal mérito dos estudos sobre a heterogeneidade composicional, conduzidos no quadro desses diferentes modelos, reside menos na elaboração de tipologias textuais do que na tentativa de ultrapassar uma análise centrada exclusivamente nos aspectos formais e estruturais das narrativas. Para isso, esses estudos se preocupam em verificar o papel que elas exercem nos diferentes contextos onde emergem, o que significa explicitar o que Filliettaz (2001, p. 14) chama de “uma articulação de segundo grau” entre as operações linguageiras e as atividades sociais nas quais as narrativas ocorrem. Nesses estudos, os aspectos formais são analisados à luz das funções que desempenham em situações específicas de discurso, uma vez que não é possível dissociá-los do ambiente interacional e social em que são empregados (FILLIETTAZ; GROBET, 1999).

Partindo desse princípio, propõe-se neste capítulo verificar o impacto do contexto sobre a construção de narrativas. Especificamente, este estudo investiga as relações existentes entre o contexto de uma reportagem do jornalismo político e a forma como o jornalista constrói sequências narrativas e as emprega na elaboração da reportagem. Realizar esse trabalho implica lidar com questões complexas, uma vez que é preciso definir não apenas o que é uma narrativa, mas também o que se entende por contexto e por atividade social. Assim, para o estudo, adota-se os postulados do Modelo de Análise Modular (MAM), para o qual o discurso consiste em uma forma de organização complexa, cuja produção e interpretação mobilizam informações não só de ordem linguística, mas também de ordem textual e situacional (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007). Com o amparo das concepções teóricas desse modelo, o trabalho traz a definição da noção de contexto e especifica os parâmetros do contexto construído nas reportagens do jornalismo político. Em seguida, apresenta-se a definição proposta no modelo para o tipo narrativo. Por fim, com base nas noções de contexto e de tipo narrativo, procede-se à análise de duas sequências narrativas pertencentes a uma mesma reportagem, a fim de articular suas propriedades estruturais com o ambiente contextual em que emergem.

O contexto como situação de ação

Levando em conta a dimensão sociohistórica de todo processo de comunicação, a abordagem modular postula que comunicar não se limita a codificar e decodificar mensagens, nem a enunciar e interpretar proposições. Ao contrário, comunicar consiste em agir, uma vez que, por meio dos mecanismos de comunicação, opera-se transformações no ambiente. Essa perspectiva praxeológica ou acional da comunicação incide diretamente sobre a forma de se conceber a noção de contexto.

Opondo-se a abordagens pragmáticas, para as quais “os contextos são vistos como abstrações mentais que os indivíduos constroem para tratar a informação” (FILLIETTAZ, 2006, p. 74)¹, o MAM se insere na corrente interacionista dos estudos do discurso e concebe o contexto como situação de ação. Nesse sentido, o contexto diz respeito ao conjunto dos parâmetros situacionais que definem a interação de que participam agentes específicos. Desses parâmetros, fazem parte, basicamente, os papéis ou identidades que os indivíduos assumem na produção e na interpretação do discurso, bem como as ações languageiras ou não languageiras que executam.

¹ A crítica de Fillietaz (2006) recai particularmente sobre a noção de contexto elaborada no quadro da Teoria da Relevância. Segundo a teoria, o contexto é “um subconjunto de suposições velhas do indivíduo, com o qual, novas suposições se combinam para produzir uma variedade de efeitos contextuais” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 132).

Longe de constituir um cenário estático, em cujo interior os agentes atuariam conforme um roteiro predeterminado, o contexto, tal como o concebe a abordagem modular, é coconstruído pelos interactantes e por isso, assume uma configuração dinâmica, cujos parâmetros podem ser e, frequentemente, são remodelados (FILLIETTAZ, 2006). Essa noção de contexto como algo que se constrói e reconstrói decorre da percepção de que, em situações específicas de discurso, as condições em que os interactantes interpretam e tornam interpretáveis as atividades de que participam resultam de processos constantes de negociação.

Adotar uma noção de contexto que leve em conta a complexidade da dimensão social permite à abordagem modular um tratamento unificado tanto das interações face a face quanto das interações mediadas por texto escrito. Isso porque os parâmetros situacionais que compõem o contexto dizem respeito às informações extralinguísticas que regulam o desenvolvimento do “diálogo”, o qual, seguindo a proposta de Bakhtin, não implica necessariamente indivíduos colocados um diante do outro, mas define o conjunto das práticas discursivas.

Nas práticas discursivas mediadas pelas reportagens do jornalismo político, os parâmetros situacionais que formam o contexto parecem funcionar como um quadro de restrições as quais terão um forte impacto sobre a escrita do jornalista (SIMUNIC, 2004). Essas restrições podem ser vistas como expectativas que são compartilhadas pelos parceiros da interação e dizem respeito, principalmente, ao papel que desempenham e às ações que cada um realiza. Na reportagem, autor e leitor parecem assumir, respectivamente, o papel de “mediador” entre os acontecimentos do mundo e o público e o papel de cidadão interessado nos acontecimentos do mundo político. Quanto às ações que realizam, o autor procura informar o cidadão, enquanto o leitor procura se inteirar dos acontecimentos que ocorrem na esfera pública.

Entretanto, o suporte que veicula a reportagem constitui o produto de uma empresa de comunicação, que precisa levar em conta o impacto das informações junto ao leitor, tendo em vista seus interesses políticos e econômicos e a concorrência comercial. Por esse motivo, o papel do jornalista e as ações que realiza se tornam mais complexos. Não deixando de lado a função de mediador ou intermediário entre o mundo e o público, o jornalista assume ainda a atribuição de um profissional que produz um objeto de consumo. A ação de informar o cidadão coexiste com a ação de captar o maior número possível de leitores/consumidores e de conquistar sua adesão (HERNANDEZ, 2006). Essa ambiguidade do papel assumido pelo jornalista leva Burger a afirmar que as mídias obedecem a uma lógica complexa, porque consideram seus interlocutores “sob um duplo aspecto de cidadãos e de clientes consumidores de informação” (BURGER, 2004, p. 185).

Nas reportagens do jornalismo político, o papel duplo que assume o jornalista e as ações

que realiza são parâmetros da situação de ação que o levam a empregar recursos linguageiros especializados em fazer com que um acontecimento comentado a partir do sistema de valores de um jornal, por exemplo, possa ser apreendido como a própria expressão da realidade. Esses recursos são empregados, portanto, com a função de fazer parecer que os objetos (seres, lugares, situações) apresentados nas reportagens estão em seu estado de “acontecimento bruto”, camuflando a sua condição de “acontecimento interpretado” (SIMUNIC, 2004, p. 80). Fazendo parecer que um acontecimento apresenta-se em seu estado bruto, um jornalista tenta, ao mesmo tempo, mostrar um compromisso de informar a instância cidadã de modo objetivo e imparcial – compromisso ligado à produção de um objeto de saber – e ocultar o recorte ideológico implicado em toda apreensão da realidade por meio da linguagem – recorte ligado à produção de um objeto de consumo.

Os recursos empregados nos textos das mídias têm merecido a atenção de vários estudiosos (Kerbrat-Orecchioni, 1997; Simunic, 2004; Charaudeau, 2006; Hernandez, 2006; Moiullaud, 2002; Tétu, 2002). De modo geral, subjaz ao trabalho desses estudiosos a ideia de que “a visão de mundo do jornal paira sobre seu produto e é indissociável de qualquer um dos seus recursos expressivos e de seus conteúdos” (HERNANDES, 2006, p. 29). É essa ideia que leva Kerbrat-Orecchioni a dizer que “o discurso jornalístico se caracteriza precisamente pelo fato de que, mesmo quando ele não recorre a procedimentos tão visíveis, carrega claramente a marca do lugar ideológico de onde fala o emite” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 131).

Se o discurso jornalístico é marcado pelo lugar ideológico de onde o jornalista fala, é porque os parâmetros do contexto, concebido como situação de ação, regulam o seu trabalho de escrita e estabelecem relações estreitas com os mecanismos discursivos empregados. Com base nesse pressuposto, este trabalho investiga a influência desses parâmetros na construção da narrativa de uma reportagem do jornalismo político, a fim de defender que a narração de acontecimentos do mundo político constitui um dos recursos com os quais o jornalista tenta se apresentar como “mediador” entre o leitor e o mundo político, camuflando a construção de um objeto de consumo. Para isso, apresenta-se, no próximo item, a noção de tipo narrativo tal como proposta pelo modelo modular para, em seguida, proceder-se à análise da reportagem.

A noção de tipo narrativo

Na abordagem modular, o tipo narrativo constitui uma noção complexa cuja definição envolve informações de ordem referencial e textual. Se, por um lado, esse tipo de discurso representa uma cadeia de acontecimentos temporal e causalmente relacionados, por outro

lado ele se diferencia de outras formas semióticas da narratividade (balé, pintura) por se ancorar em configurações textuais. Entretanto, tendo em vista os objetivos específicos deste trabalho, este item será dedicado à definição dos elementos referenciais que entram na composição do tipo narrativo ².

Ainda que se observe apenas o seu componente referencial, a narração exibe um grau considerável de complexidade, na medida em que se define com a ajuda de duas noções referenciais distintas: a de cadeia culminativa de acontecimentos e a de disjunção de mundos.

Explorando a convergência dos resultados alcançados no campo da semiótica (Bremond, Barthes), da sociolinguística (Labov), da psicolinguística (Fayol) e da linguística textual (Adam), Filliettaz (1999) considera que as diferentes formas de expressão da narratividade representam acontecimentos que se articulam em uma cadeia culminativa. A hipótese dessa cadeia repousa sobre a ideia de que toda história pressupõe uma tensão entre acontecimentos desencadeadores e conclusivos. Isso resulta na transformação dos personagens e da situação em que eles se encontram inicialmente implicados. É nesse sentido que as narrações se distinguem das listas de ações como, por exemplo, receitas culinárias. Como bem o observa Adam (1992), as listas de ações se organizam de forma linear, obedecendo a uma lógica simplesmente cronológica. Nas narrações, ao contrário, os acontecimentos, ainda que estejam cronologicamente ordenados, obedecem a uma lógica causal em que acontecimentos anteriores funcionam como a causa de acontecimentos posteriores. No modelo modular, essa cadeia culminativa de acontecimentos se representa da seguinte forma:

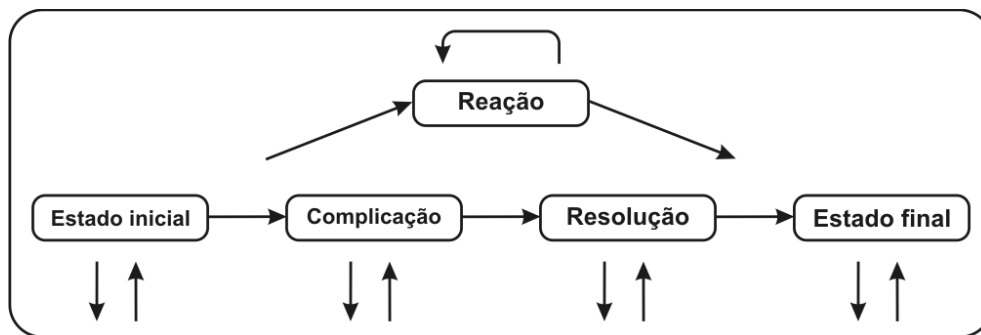


FIGURA 1 - Cadeia culminativa de acontecimentos

² Para uma definição ampla dos elementos referenciais e textuais que caracterizam o tipo narrativo no Modelo de Análise Modular, ver Filliettaz (1999) e Roulet, Filliettaz, Grobet (2001, cap.11).

É importante que se compreenda essa cadeia de acontecimentos como a representação referencial que subjaz a todas as sequências narrativas e não como a estrutura de uma sequência narrativa específica. De fato, esse organograma articula de forma esquemática os acontecimentos ou os episódios que são típicos de uma representação de história. Em produções linguageiras particulares, a organização dos acontecimentos de uma narração tanto pode assumir uma configuração típica, muito próxima da representação referencial de história, como pode assumir uma configuração atípica em que nem todos os acontecimentos estão explicitamente verbalizados ou em que se observam diferentes níveis hierárquicos ⁵.

O que garante a variação no grau de tipicidade das produções linguageiras particulares são as regras de recursividade próprias do organograma acima. Nele, um número restrito de componentes é capaz de gerar a imensa diversidade das formas narrativas o que é representado pelas setas. A noção de cadeia culminativa de acontecimentos constitui, portanto, um instrumento teórico flexível que não apresenta um caráter normativo, porque não corresponde a um padrão com que uma dada sequência discursiva deve se identificar para ser considerada uma sequência narrativa (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

A forma como uma sequência narrativa específica atualiza a cadeia culminativa de acontecimentos, aproximando-se ou afastando-se da representação típica, está intimamente ligada à segunda noção referencial com que se define o tipo narrativo: a noção de disjunção de mundos.

Seguindo as proposições de Bronckart (1997), Fillietaz considera que “toda produção linguageira conduz necessariamente à criação de um **mundo discursivo** que se distingue teoricamente das coordenadas do **mundo comum** das atividades humanas” (FILLIETTAZ, 1999, p. 281). Embora esses mundos sejam distintos, suas coordenadas espaciais e temporais podem estabelecer entre si relações de conjunção ou disjunção. Assim, se nas sequências deliberativas, por exemplo, esses mundos se identificam e por isso são conjuntos, as sequências narrativas, ao contrário, conduzem à criação de um mundo discursivo que é diverso daquele em que se desenvolve o processo interacional. Em outras palavras, as sequências narrativas operam uma disjunção entre o mundo no qual o discurso é produzido e o mundo que o discurso representa.

A noção de disjunção de mundos é importante para o estudo da narração, porque permite ultrapassar uma análise centrada exclusivamente na organização do mundo representado, ou

⁵ Em configurações atípicas, um dos episódios pode ser representado não por um acontecimento único, mas por uma cadeia completa de acontecimentos ou por uma sequência pertencente a outra categoria tipológica: descrição ou deliberação.

seja, do conteúdo referencial. Com essa noção, a análise das sequências narrativas abre-se para a investigação das relações que se tecem entre as características estruturais dessas sequências e a situação de ação (ou o contexto) da interação em curso. Porque a narração implica necessariamente a criação de um mundo representado, é preciso que a análise leve em conta a atividade interacional de recapitulação desse mundo.

O emprego de uma sequência narrativa, bem como a configuração que os acontecimentos narrados assumem e os mecanismos linguísticos utilizados se relacionam profundamente com o contexto, isto é, com os parâmetros situacionais da interação: os papéis assumidos pelos interactantes e as ações que executam. Isso explica porque uma mesma história é narrada de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que ocorre a ação de narrar. Basta pensar, por exemplo, no tratamento que recebe um assalto ao ser narrado pela vítima a um policial e no tratamento que o mesmo fato recebe ao ser narrado por uma testemunha a um amigo. Os tratamentos se diferenciam devido ao fato de que os papéis e os objetivos comunicativos dos interlocutores se alteram de forma radical.

No próximo item, o alcance dessas reflexões será verificado com base no estudo de duas sequências narrativas extraídas de uma reportagem do jornalismo político. Procede-se a análise das relações existentes entre as configurações estruturais das sequências narrativas e os parâmetros situacionais que definem o contexto da reportagem, parâmetros que foram apresentados no item anterior.

Análise de duas sequências narrativas

A noção de tipo narrativo constitui um instrumento de análise com o qual é possível identificar sequências narrativas em produções languageiras particulares. Assim, essa noção permite extrair sequências discursivas em que se manifesta uma configuração específica da cadeia culminativa de acontecimentos, os quais representam um mundo disjuncto daquele em que acontece a interação. Nesse sentido, as análises propostas neste item procuram caracterizar sequências discursivas extraídas de uma reportagem do jornalismo político como realizações particulares do tipo narrativo, investigando as relações existentes entre o mundo dos interactantes (o contexto) e o mundo representado (as narrativas).

Portanto, para estudar as relações que se tecem entre texto e contexto, a análise terá por objeto duas sequências pertencentes à reportagem “A casa do presidente”, que foi veiculada na revista *Veja* (REVISTA VEJA, 2005)⁴ e que aborda a polêmica causada pelas férias que um

⁴ Essa reportagem também faz parte do corpus da pesquisa desenvolvida por Cunha (2008).

dos filhos de Lula e amigos passaram em Brasília. A primeira sequência estudada constitui a parte inicial dessa reportagem.

(01) Em julho do ano passado, (02) Luís Cláudio, filho do presidente Lula, e um grupo de catorze amigos paulistas passaram as férias em Brasília. (03) Hospedaram-se no Palácio da Alvorada, (04) fizeram churrasco na Granja do Torto, (05) passearam de lancha no Lago Paranoá (06) e conheceram os principais gabinetes do Palácio do Planalto. (07) O episódio veio à tona na semana passada, em fotos divulgadas na internet pelos próprios garotos, (08) e causou polêmica. (09) A oposição prometeu abrir uma investigação (10) e pedir a devolução de todo o dinheiro oficial gasto na estada brasiliense dos jovens.⁵

Nessa sequência, os acontecimentos se organizam de forma cronológica, mas obedecem a uma lógica causal. Inicialmente, apresenta-se o lugar onde transcorre a ação, bem como os agentes nela envolvidos. Estado inicial: um dos filhos do presidente e seus amigos passaram as férias em Brasília e passearam por residências e lugares oficiais (atos 01-06). Em seguida, a fase inicial dá origem à “complicação”, em que se diz que “o episódio veio à tona” (ato 07). Com a expressão “o episódio”, o autor sumariza⁶ toda a informação ativada no “estado inicial”, para dizer que a estadia do filho de Lula e de seus amigos se tornou conhecida na semana que antecedeu a publicação da reportagem.

O conhecimento do fato causou polêmica, “reação” (ato 08). A informação sobre a polêmica é dada na “resolução” e diz respeito à atitude indignada da oposição (atos 09-10). Essa cadeia de acontecimentos desencadeadores e acontecimentos conclusivos pode ser representada com o auxílio da seguinte estrutura referencial:

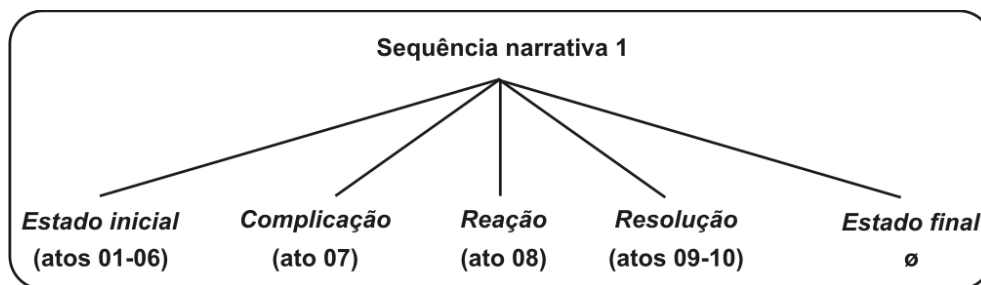


FIGURA 2 - Estrutura da sequência formada pelos atos 01 a 10

⁵ A numeração indica que o trecho foi segmentado em atos. O ato é a unidade mínima de análise adotada pelo modelo modular e pode ser definido como o menor segmento textual dotado de autonomia pragmática (MARINHO, 2007).

⁶ A categorização de porções textuais por meio de expressões anafóricas recebe variadas denominações: sumarização, encapsulamento, rotulação, e acontece sempre que “um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”, porção que “pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença)” (CONTE, 2003, p. 178).

Como se observa, a estrutura emergente é bastante semelhante à representação referencial de história, uma vez que apenas o “estado final” não foi atualizado. Essa sequência não apresenta “estado final”, porque o autor não informa qual o resultado da promessa feita pela oposição de investigar o caso. Em outros termos, ele informa que a oposição prometeu tomar atitudes, mas não informa se as atitudes foram tomadas, deixando em aberto o desfecho da história. Essa informação não foi verbalizada pela jornalista, provavelmente porque, quando a reportagem foi escrita, o desfecho da cadeia de acontecimentos ainda não havia se realizado.

A ausência de “estado final” na estrutura da sequência permite duas observações importantes. A primeira delas é que a representação referencial de história (FIG. 1) é uma representação típica, e, por isso, uma sequência específica não tem necessariamente que atualizar todas as suas fases para ser considerada uma narrativa. Essa representação, portanto, subjaz a todas as sequências narrativas, as quais exibem configurações específicas. A segunda observação diz respeito à influência dos acontecimentos do mundo político sobre a estrutura da sequência. Porque o desfecho dos acontecimentos representados não havia se concretizado, o “estado final” da sequência permanece implícito. Essa influência constitui um sinal de que fatores extralinguísticos têm impacto sobre a construção das sequências narrativas e sobre a forma como os seus episódios se organizam.

Os fatores extralinguísticos, aqueles ligados ao contexto da interação, são os que, neste estudo, merecem uma atenção particular, porque condicionam mais fortemente o tratamento que receberá o conteúdo referencial. Na sequência em análise, o jornalista não apresenta de forma explícita um posicionamento em relação aos acontecimentos que narra, evitando atacar as atitudes do filho de Lula e de seus amigos. Nos planos textual e linguístico, essa postura se manifesta na sequência narrativa pela não inserção de sequências deliberativas e pela ausência de mecanismos argumentativos tais como apostos explicativos, conectores argumentativos e contra-argumentativos, advérbios modalizadores etc.

A ausência de recursos como esses, responsável em grande medida pelo efeito de neutralidade da sequência, pode ser explicada da seguinte forma: em outros trechos da reportagem, esclarece o autor que: “durante o mandato, o Palácio da Alvorada é a casa do presidente. É seu lar, para usar uma palavra de conotações mais fortes” (REVISTA VEJA, 2005). Por isso, “não existem impedimentos legais para ele receber as visitas que desejar ali, ainda que sejam amigos do filho” (REVISTA VEJA, 2005). Desse modo, o jornalista não poderia condenar o que sabe não ser contra a lei. Se assim o fizesse, leitores poderiam se manifestar, por meio de cartas, por exemplo, apontando o “erro” do jornalista e acusando-o de não ter sido imparcial.

Como o jornalista é um profissional que precisa se mostrar merecedor de credibilidade para satisfazer seu leitor (CHARAUDEAU, 2006), o autor de “A casa do presidente” assume o papel

de mediador entre os acontecimentos do mundo político e o leitor ao optar por começar sua reportagem com uma sequência narrativa em que predomina a visada de informação.

Mas além dessa explicação para o efeito de neutralidade da sequência, é possível pensar nesse efeito como uma estratégia argumentativa. Iniciar uma reportagem explicitando um posicionamento político é eliminar, logo de saída, uma parcela do conjunto de possíveis leitores do texto, justamente aqueles que se opõem a um tal posicionamento. E é preciso lembrar que os leitores de reportagens do jornalismo político não assumem apenas o papel de cidadãos, mas também o de consumidores de um produto de informação. Por isso, o jornalista precisa valer-se de estratégias (como o efeito de neutralidade) para manter o maior número possível de leitores. A análise que será realizada da segunda sequência narrativa parece constituir uma evidência a favor dessa explicação.

A segunda sequência narrativa é formada pelos atos finais da reportagem “A casa do presidente”. Entretanto, só é possível estudar a função que a segunda sequência exerce, levando-se em conta o ambiente cotextual em que ela ocorre. No trecho abaixo, a seta indica o início da sequência que recobre a parte do texto que vai do ato 38 ao 43.

(30) Se as reclamações sobre a farra juvenil em Brasília têm onde se apoiar, (31) é no uso de um avião e de uma lancha com bandeira oficial. (32) Esses veículos circulam segundo regras estritas, (33) e não deveriam ter sido usados para divertir a patota de Luís Cláudio. (34) “Que os filhos do presidente convidem os amiguinhos para dormir em casa ou nadar na piscina tudo bem. (35) Usar avião da FAB para transportar todo mundo é contra a lei”, (36) diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília. (37) O uso do avião e da lancha representa, no mínimo, uma contradição. ► (38) Em 1999, (39) os petistas tentaram criar uma comissão parlamentar de inquérito (40) para investigar os ministros do governo tucano que usaram jatinhos oficiais (41) para passar férias na praia. (42) Alguns foram obrigados a restituir dinheiro à União (43) e outros respondem a processo até hoje.

Na sequência narrativa formada pelos atos 38 a 43, os acontecimentos estão organizados segundo uma lógica causal. Nos atos 38 e 39, o autor apresenta uma ação e os agentes que a praticaram. “Estado inicial”: petistas tentaram criar uma CPI. A finalidade da CPI: investigar ministros do governo tucano, constitui a “complicação” da sequência narrativa, porque introduz novos agentes, os ministros tucanos com os quais os agentes trazidos no “estado inicial”, os petistas, vão estabelecer uma relação de antagonismo. Sem trazer qualquer “reação”, o autor passa diretamente da “complicação” à “resolução”, informando o resultado da CPI: “Alguns [ministros] foram obrigados a restituir dinheiro à União e outros respondem a processo até hoje”.

Embora o texto não traga explicitamente uma “reação”, essa fase pode ser inferida. No

ato 38, é dito que os petistas “tentaram” criar uma CPI. Já nos atos 42 e 43, é apresentada a punição recebida pelos ministros. A punição permite inferir que a tentativa dos petistas foi bem sucedida e que a CPI foi criada. Essa inferência constitui a “reação” e, apesar de ser uma informação implícita, é necessária para a compreensão do texto. A cadeia de acontecimentos se estrutura da seguinte forma:

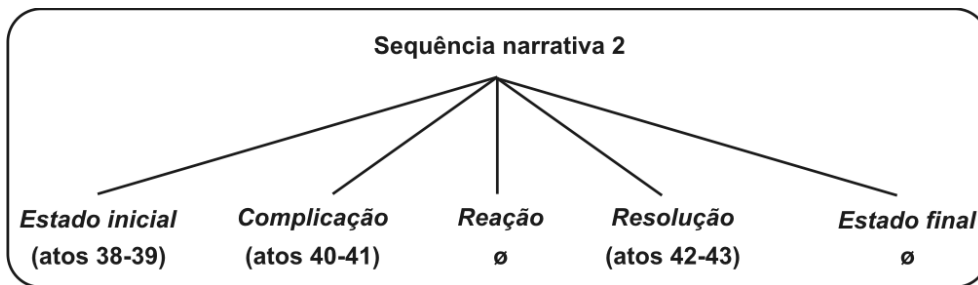


FIGURA 3- Estrutura da sequência formada pelos atos 38 a 43

Assim como a sequência estudada anteriormente, essa não possui “estado final” e carece, portanto, de um desfecho. Porém, na sequência anterior, o que explica a ausência desse episódio é o fato de que o desfecho dos acontecimentos representados não havia se concretizado no mundo político. Aqui, a explicação é diferente, porque o “estado final” da sequência em análise também pode ser inferido, mas apenas quando se leva em consideração o contexto imediato (atos 30-37).

Na parte do texto formada pelos atos 30 a 37, o autor assume uma postura diferente daquela que havia assumido até o momento e explicita uma posição contrária ao comportamento do filho de Lula e seus amigos, defendendo que eles não deveriam ter usado veículos oficiais em suas férias. Se anteriormente a ausência de mecanismos argumentativos denunciava a tentativa de criar um efeito de neutralidade, aqui o efeito que se busca é o oposto, apontam o emprego do conector argumentativo “se” no ato 30, e de expressões formadas por vocabulário axiológico (a “farra juvenil” no ato 30 e “a patota de Luís Cláudio” no ato 33), bem como o uso irônico da expressão “os amiguinhos”, no 34, e da expressão “no mínimo”, em “O uso do avião e da lancha representa, no mínimo, uma contradição”.

Mas o principal recurso utilizado pelo jornalista para atacar o filho de Lula e seus amigos é o emprego da sequência narrativa formada pelos atos 38 a 43. A sequência é utilizada como argumento para defender a ideia de que o uso dos veículos oficiais é uma contradição. Segundo o autor, depois de assumirem o governo, os petistas utilizam, ou permitem que seus parentes utilizem, veículos oficiais nas férias (atos 30-37), mas quando eram oposição, criaram uma CPI para punir ministros tucanos que usaram jatinhos oficiais para passar as férias na praia (atos

38-43). Com o emprego dessa sequência narrativa, o jornalista declara um posicionamento político, porque ataca não apenas o filho de Lula e seus amigos, mas também o presidente Lula em particular e os petistas de modo geral.

Ao utilizar a sequência narrativa para defender que o uso de veículos oficiais por parentes de petistas é uma contradição, o jornalista permite ao leitor inferir o “estado final” dessa sequência. A conclusão que a leitura do trecho formado pelos atos 30 a 43 mais fortemente implica é: os petistas não deveriam praticar atitudes que condenavam quando ainda eram oposição, nem deveriam permitir que seus parentes pratiquem tais atitudes. Essa informação, espécie de “moral da história”, constitui o “estado final” da sequência narrativa formada pelos atos 38 a 43.

Com o estudo dessa segunda sequência narrativa, é possível perceber que, ao longo da reportagem, o jornalista promoveu uma sensível modificação do contexto em que realiza a sua atividade de escrita. Na sequência narrativa que introduz a reportagem, o autor procurou informar o cidadão, assumindo o papel de intermediário entre este e o mundo político. Na configuração do contexto, o efeito de neutralidade buscado se coaduna com a ação de informar. Já na sequência que finaliza a reportagem, o autor remodela o contexto e explicita um posicionamento político. Na parte final do texto, sem deixar de lado seu papel mediador entre o mundo político e o leitor e a visada informativa, o jornalista procura convencer o leitor de determinado ponto de vista. Além disso, ao ser a voz que dialoga diretamente com os consumidores de um produto midiático, demonstra ser consciente do jogo comercial e político de que participa. Nessa nova configuração, deixa de fazer sentido a busca por um efeito de neutralidade. Por isso, uma quantidade expressiva de recursos argumentativos é empregada pelo autor.

Como já foi dito, explicitar no início da reportagem um posicionamento político seria perigoso, porque poderia levar o jornalista a perder, logo de saída, uma parcela dos seus eventuais leitores. Isso é prejudicial para alguém que produz com o objeto de consumo. Assim, a remodelagem do contexto que ele promove, com a assunção de novos papéis e com a realização de novas ações à medida que a interação progride e se aproxima do fim, parece se inserir em um movimento argumentativo global de construção do texto.

Considerações finais

Com o estudo de duas sequências narrativas extraídas de uma reportagem do jornalismo político, o estudo procurou evidenciar que as configurações do contexto e os mecanismos discursivos empregados pelos interactantes estabelecem relações estreitas. Tendo definido pelo

Modelo de Análise Modular como os parâmetros da situação de ação, o contexto parece trazer restrições fortes para o emprego das duas sequências narrativas estudadas.

Em “A casa do presidente”, os mundos representados nas duas sequências e a forma como eles foram recapitulados pela instância de produção se relacionam profundamente com o mundo em que ocorre a atividade interacional entre autor e leitor. Inicialmente, o autor constrói um contexto em que realiza a ação de informar sobre acontecimentos do mundo político. Nessa configuração, a primeira sequência narrativa é marcada por um efeito de neutralidade e funciona, portanto, como um recurso importante para o jornalista, que busca se mostrar para o leitor como um profissional merecedor de credibilidade.

Porém, à medida que o texto avança, a configuração inicial do contexto sofre alterações. Além de informar, o jornalista procura convencer o leitor do seu ponto de vista político, agora explicitamente definido. Reconstruídos, os parâmetros do contexto levam o jornalista a empregar, de forma mais intensa, recursos argumentativos para convencer o leitor. Assim, mediante as análises, percebe-se que cada uma das sequências exerce funções bastante específicas.

Nesta proposta para o estudo de sequências narrativas do jornalismo político, buscou-se mostrar que, em uma interação mediada por texto escrito e não apenas nas que ocorrem face a face, o contexto não constitui um cenário estático ou um conjunto de parâmetros predeterminado. Ao contrário, o presente estudo evidenciou que os parâmetros do contexto são constantemente remodelados e que os recursos linguageiros, em especial as sequências narrativas, estabelecem fortes relações com a forma como os interactantes definem esses parâmetros.

Referências

ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

BRONCKART, J. P. *Activité langagière, textes et discours*. Lausanne: Delauchaux & Niestlé, 1997.

BURGER, M. La gestion des activités: pratiques sociales, roles interactionnels et actes de discours. *Cahiers de linguistique française* 26, 2004, p. 177-196.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette: Paris, 1992.

_____. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

CUNHA, G. X. *O sequenciamento de textos como estratégia discursiva: uma abordagem modular*. 2008. Dissertação (mestrado em Análise do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux. *Cahiers de linguistique française* 21, 1999, p. 261-327.

_____. *Formes narratives et enjeux praxéologiques*. Quelques remarques sur les fonctions du raconter em contexte transactionnel. In: VINCENT, D. e BRES, J. (eds.) *Le discours oral conversationnel*, revue québécoise de linguistique, 2001.

_____. *La place du contexte dans une approche praxéologique du discours*. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques* no 129/130, 2006, p. 71-88.

FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *L'hétérogénéité compositionnelle du discours: quelques remarques préliminaires*. *Cahiers de linguistique française* 21, 1999, p. 213-259.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1997.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MARINHO, J. H. C. A determinação da unidade textual mínima. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 39-50.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007

MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, S. D. (Org) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002, p. 49-83.

REVISTA VEJA. *A casa do presidente*. São Paulo: Editora Abril. 1887 ed., ano 38, n.2, p. 51, jan/ 2005.

ROULET, E., FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

SIMUNIC, Z. *Une approche modulaire des stratégies discursives du journalisme politique*. Thèse de doctorat, Université de Genève, 2004.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.

TÉTU, J. F. Le Monde e Libération em perspectiva. In: PORTO, S. D. (Org) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002, p. 191-201.

Seção III

Sociedade e conflito

Para mim a alfabetização é... - vozes e saberes docentes acerca da alfabetização

Elisabeth Gonçalves de Souza

Introdução

O presente trabalho visa compreender as concepções de alfabetização presentes no discurso de professores das séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal de educação de Barbacena. A compreensão dessas concepções objetiva oferecer subsídios para o planejamento e execução de ações direcionadas para políticas educacionais referentes à formação e capacitação docente.

Nesse sentido, utilizamos o termo alfabetização a partir do conceito freireano, ou seja, extrapolando a simples decodificação dos símbolos escritos. Para Paulo Freire a leitura do mundo precedia a leitura da palavra. A concepção defendida por ele e outros educadores adeptos de sua teoria é aquela que abandona a visão de que os alfabetizantes sejam objetos do processo de aprendizagem da leitura e da escrita e tornem-se sujeitos críticos. Se enquanto objetos, cabe aos analfabetos ingerirem as palavras; enquanto sujeitos, eles passam a ser transformadores e analistas da sociedade com o objetivo de modificá-la, tornando-a verdadeiramente democrática.

Devemos observar que não apenas as características linguísticas devem ser abordadas, mas o contexto sociopolítico. É preciso aprender a “nomear o mundo”. Freire salienta que a alfabetização realizada como “ação cultural para a libertação” é um ato de conhecimento em que os educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes em diálogo com o educador, sujeito cognoscente também (FREIRE, 2002, p. 58).

O pensamento freireano surgiu a partir das críticas que ele próprio fazia ao modelo tradicional de educação, denominado por ele de educação bancária e descrito como um “ato de depositar, no qual os alunos são depósitos e o professor aquele que deposita” (FREIRE, 1991, p. 79). Acrescenta ainda que “na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão” (FREIRE, 1991 p. 79).

Entre a crítica e o modelo tradicional de educação, após Paulo Freire, surgiram outras teorias, que assim como ele, apontam para uma educação mais participativa e dialógica. Alunos e professores se constroem mutuamente durante o processo educacional e levam em consideração as relações sociohistóricas que permeiam o processo educativo.

Ao final da década de 80 do século XX, após inúmeras transformações no contexto social e político, emerge no Brasil o termo letramento, que direciona seus estudos para as condições de uso da escrita a fim de perceber os usos sociais da leitura e escrita. Soares é a primeira a propor uma discussão mais detida do conceito, apesar da palavra letramento já ter sido cunhada anteriormente em outras obras como em Kato e Tfouni¹.

O letramento assume um significado político-ideológico ao ser considerado “um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais” (SOARES, 1998, p. 74).

A autora propõe uma separação dos termos alfabetização e letramento. O termo alfabetização estaria ligado à aquisição e decodificação dos códigos, e letramento estaria ligado aos usos sociais da leitura e escrita. Seria utilizar a leitura e escrita como meio de reflexão e transformação do cotidiano.

Quando analisamos a prática pedagógica de qualquer professor, vemos que, por trás de suas ações, há sempre um conjunto de ideias que as orienta. O que propomos aqui é analisar as concepções de alfabetização através do discurso docente. Não apenas o discurso como fim em si mesmo, mas como elemento constituinte da prática pedagógica. Portanto, o que objetivamos não é analisar o discurso e a prática, mas o discurso sobre a prática.

As discussões sobre a alfabetização são constituintes importantes da maioria das políticas públicas em educação. Os resultados das avaliações sistêmicas² apontam para a necessidade de se repensar as práticas. Assim, emergem projetos de formação continuada para os professores³ com o objetivo de melhorar os indicadores da educação básica (Ideb- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

E o que os professores pensam? Que concepções orientam suas práticas? Que vozes constituem seus discursos no que diz respeito à alfabetização?

¹ Tfouni, L. V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2005.

² O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Programa de Alfabetização, Documentação e Informação (Proalfa) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são avaliações que pretendem verificar os níveis de aprendizagem dos alunos no Brasil.

³ Pró-letramento - Mobilização pela qualidade da educação – Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para capacitação de professores em Língua Portuguesa e Matemática.

Neste trabalho, propomos analisar um texto construído por uma professora alfabetizadora da rede municipal de educação de Barbacena, sendo que o referido artigo é um recorte de uma pesquisa maior. Escolhemos os sujeitos, professores alfabetizadores da rede municipal, com base nas políticas de descentralização da educação iniciadas, sobretudo, com a aprovação da lei nº 9.394 de 1996. Essa lei determinou que o ensino fundamental seria responsabilidade dos estados e municípios, tendo esses assumido grande parte da responsabilidade pelas quatro séries iniciais em Minas Gerais. A descentralização da educação permite um olhar mais atento e direto do sistema responsável. Justificamos nosso recorte com o objetivo de favorecer possíveis políticas locais de capacitação docente.

O recorte da temática (concepções de alfabetização) e dos sujeitos (docentes alfabetizadores da rede municipal de Barbacena) é justificado pela necessidade de pesquisas na área de educação, sobretudo interdisciplinares, que é o caso específico deste trabalho que envolve as áreas da educação com suporte de análise do discurso e dos estudos antropológicos sobre letramento.

Para a concretização do objetivo proposto, elegemos como suporte de análise as categorias da Análise do Discurso, em especial os conceitos de polifonia, vozes, numa perspectiva bakhtiniana e os saberes docentes a partir dos estudos de Tardif e Lessard. Aos professores foi perguntada qual a sua concepção de alfabetização, que métodos permeiam sua prática para que cumpra o objetivo de alfabetizar, que materiais circulam em sua sala de aula. Questionamos ainda sobre o livro didático: como se deu a sua participação no processo de escolha e se o livro adotado atende às suas expectativas. Foi pedido que escrevessem um texto respondendo a essas perguntas.

Nossa proposta parte da concepção que os discursos que os professores produzem são perpassados por outras vozes, que podem nos apontar de que lugar ou que atitudes discursivas esses docentes têm quando se referem à alfabetização. O que realmente objetivamos é tentar desvelar o espaço entre o que os docentes dizem e o que se pode ouvir das vozes que constituem o seu discurso.

O referencial da Análise do Discurso: a polifonia na perspectiva bakhtiniana

Iniciamos ressaltando que não partiu de Bakhtin a formulação de uma teoria da análise do discurso. Bakhtin dedicou seus estudos à filosofia da linguagem e a partir deles, os teóricos reorganizaram, reformularam e criaram uma teoria para a Análise do Discurso (AD), ou seja, seus estudos foram basilares para o desenvolvimento dessa teoria. No entanto, a AD não se limita à orientação francesa, existem outras orientações, por exemplo, a americana, que se dedicam principalmente aos atos de fala.

Nossa proposta de análise visa destacar, nos discursos docentes, as diversas vozes constituintes que os perpassam. Partimos da teoria bakhtiniana, que aponta as vozes de outrem na construção dos discursos.

Na concepção de Bakhtin, os textos são pontos de interseção de muitos diálogos e de onde emergem inúmeras vozes. Portanto, um texto é um diálogo infinito com outros textos. Desvelar o discurso dos docentes a partir da teoria das vozes de Bakhtin, com base na leitura que se pode fazer das vozes e de suas funções no discurso, pode possibilitar a compreensão das concepções de alfabetização dos professores.

Partimos da hipótese de que os textos produzidos pelos docentes na pesquisa configuram-se como discurso. Chamaremos de discurso a “um conjunto de enunciados na medida em que revelam a mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1996). Ainda segundo o autor:

formação discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1996).

De acordo com Amorim, “a teoria das vozes constitui-se um sistema, uma categoria de análise, com a qual se torna possível uma leitura crítica dos textos” (AMORIM, 2001). Essa leitura analítica visa identificar quais são as vozes que se deixam ouvir no texto dos professores alfabetizadores, em quais lugares é possível ouvi-las e quais são as vozes ausentes.

As vozes de outrem

Diante de inúmeras abordagens da Análise do Discurso que poderiam explicitar a perspectiva docente acerca do processo de escolha do livro didático (LD) através de textos produzidos pelos próprios professores (discursos), optamos pela polifonia, entendida a partir do Modelo de Análise Modular (MAM).

O componente polifônico da abordagem modular do discurso refere-se à inscrição da subjetividade de outro locutor em um discurso, assim como a atitude adotada pelo locutor em seu próprio discurso face às outras vozes que nele se fazem ouvir. O componente polifônico da abordagem modular do discurso diz respeito à outra subjetividade, diferente da subjetividade do locutor. Uma estrutura é polifônica quando o locutor repete ou retoma outro ponto de vista, independente de sua intervenção, posicionando-se em relação a ele. Essa concepção de polifonia se consolida a partir dos estudos bakhtinianos e seus desdobramentos na Análise do Discurso Francesa. Um sucinto percurso dessas abordagens teóricas a respeito da polifonia

é, em nosso ponto de vista, um importante elemento para iniciar nossa proposta de discussão.

A polifonia a partir da concepção bakhtiniana aponta que um discurso é formado por uma multiplicidade de vozes que podem ser ouvidas no mesmo lugar. O discurso não se constrói sobre o mesmo, mas se elabora em vista do outro que perpassa, atravessa e condiciona o discurso do “eu”. O discurso produzido pelos professores, por sua natureza, é perpassado por outras vozes que podem nos apontar de que lugar ou que atitudes discursivas têm esses docentes quando se referem às concepções de alfabetização.

Para Bakhtin, as palavras são sempre, inevitavelmente, do outro.

Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele o próprio produtor de um discurso isento do já dito na fala do outro. Nenhuma palavra é neutra, mas habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada (BAKHTIN, 1975, p.100).

O texto é um ponto de intersecção entre muitos diálogos, cruzamento de vozes pertencentes a práticas de linguagem socialmente diversificadas. Assim, “a noção de polifonia em Bakhtin é, antes de tudo, uma “polifonia” interna de vozes que falam e polemizam no texto, nele reproduzindo um diálogo infinito com outros textos” (BRUNETTI, 2006).

A partir das concepções bakhtinianas, outras teorias foram formuladas e disseminadas. Dentre os principais teóricos que discutem a polifonia, mencionaremos trabalhos importantes como o de Authier-Revuz (1990). De acordo com a autora, os discursos são “ocupados,” “habitados” pelo discurso do outro, caracterizando-se, portanto, em heterogeneia.

Para Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A heterogeneidade constitutiva refere-se aos processos reais de constituição de um discurso, enquanto a heterogeneidade mostrada diz respeito aos processos “não menos reais” de representação num discurso de sua constituição. Segundo Authier, a heterogeneidade discursiva refere-se ao fato do discurso constituir-se e instituir-se no debate, independente de marcas visíveis. Ao fazer essa afirmação, ela fundamenta-se no princípio bakhtiniano de que as palavras são sempre palavras do outro, constituindo assim uma teoria de produção do sentido e do discurso em que os outros discursos são apontados como um “centro” exterior constitutivo do já dito, com o qual se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso.

No que se refere à heterogeneidade mostrada, Authier-Revuz aponta que é por meio de tal heterogeneidade que se altera a aparente unicidade discursiva, pois em tais formas se inscreve o outro, com ou sem marcas unívocas de ancoragem. Para ela, as formas que acusam a presença do outro no discurso são evidenciadas pelo discurso relatado direto e indireto; por meio de aspas, itálicos, entonações específicas, comentários, glosas, ajustamentos e outras formas que

ela denomina de conotação autonímica; e também através do discurso direto livre, da ironia, antífrase, alusão, imitação, reminiscência e estereótipo.

Outro teórico que trata da heterogeneidade é Mainguenu. Para ele:

a “heterogeneidade mostrada” incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a heterogeneidade constitutiva aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva (MAINGUENAU, 1997, p. 75).

A concepção genebrina de polifonia

Para o MAM (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001) ⁴, a polifonia parte das definições acima apresentadas para uma definição mais ampla e mais concreta, pois considera também o resultado da acoplagem das análises concernentes às formas e funções dos discursos produzidos e representados.

Na organização geral do MAM, existem dois componentes específicos denominados: “forma de organização elementar enunciativa” e “forma de organização complexa polifônica” que tratam das questões relativas à enunciação e polifonia.

A forma de organização enunciativa se propõe a identificar os “discursos produzidos e representados” no interior de um discurso. Por discurso produzido, entende-se “aquilo que o locutor disse” e por discurso representado considera-se “aquilo que o locutor disse que alguém disse”. Tanto os discursos produzidos quanto os representados estão presentes na superfície do texto e podem apresentar-se das seguintes formas:

- 1 - Formulado: representação direta introduzida por um verbo de fala: dois pontos, travessão e/ou aspas; representação indireta; representação indireta livre;
- 2 - Designado: o discurso pode ser designado por um verbo ou por um sintagma nominal;
- 3 - Implicitado: traz como marcas os conectores que tem a função de estabelecer um encadeamento implícito com o discurso de um interlocutor.

Já a organização polifônica refere-se à subjetividade do locutor em um discurso, assim como a atitude adotada pelo locutor em seu próprio discurso face às outras vozes que nele se fazem ouvir. A polifonia para o MAM é a função dos discursos produzidos e dos representados,

⁴ Roulet concebe a análise do discurso por módulos, uma vez que o discurso pode ser decomposto em sistemas de informações que, por sua vez, podem ser descritos independentemente. Além disso, as informações obtidas de cada módulo podem ser relacionadas. Marinho (2004) pensa no MAM como um instrumento interessante de análise por oferecer um quadro teórico-metodológico que permite a compreensão da complexidade e da heterogeneidade das atividades discursivas.

fazendo então emergir a subjetividade inscrita nesses discursos.

De acordo com Rufino:

o componente polifônico da abordagem modular do discurso refere-se à inscrição da subjetividade de outro locutor em um discurso, assim como a atitude adotada pelo locutor, em eu próprio discurso, face às outras vozes que nele se fazem ouvir. Diz respeito a uma outra subjetividade, diferente da subjetividade do locutor. Uma estrutura é polifônica quando o locutor repete ou retoma um outro ponto de vista, independente de sua intervenção, posicionando-se em relação a ele (RUFINO, 2006).

O que o MAM amplia na noção de polifonia em relação aos outros autores é a possibilidade da mesma ser uma informação advinda de uma organização complexa, a qual se descreve necessariamente em outras dimensões e formas de organização do discurso: não somente lexical e sintático, mas interacional, hierárquico, enunciativo e polifônico. Descrever a organização polifônica de uma intervenção é identificar os discursos produzidos e representados que se constituem em diferentes níveis e ir além da descrição das funções desses discursos diante de informações interacionais, referenciais etc. É entender o porquê de dizer o que se diz e como se diz.

Saberes docentes

Além dos estudos de Bakhtin e seus seguidores, guiarão nossa análise os trabalhos desenvolvidos por Tardif (2002) e Tardif e Lessard (2005) sobre saberes docentes. A escolha de tais obras permitirá uma análise mais detalhada dos discursos, uma vez que, de acordo com os autores citados, os saberes docentes derivam de instâncias diversas, das quais os professores se apropriam para construir suas subjetividades.

De acordo com Tardif “um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros” (TARDIF, 2002). Esses saberes dos professores derivam de diversos contextos sociais: família, grupos diversos, instituições. Compreender as fontes que contribuem para a formação da subjetividade dos professores pode nos ajudar na análise que propomos neste trabalho. Para tanto, elegemos a obra de Tardif e seus colaboradores. O entendimento da complexa rede que constitui o saber docente contribuirá na análise do objeto proposto, uma vez que buscamos evidenciar as vozes que constituem os discursos dos professores e de que espaço específico tais vozes emergem, ou melhor, de que saberes específicos os professores se apropriam quando apontam suas concepções de alfabetização.

Tardif (2002) alega que a prática dos professores engloba diferentes saberes. Por esse

motivo o saber docente é considerado plural, formado pelos saberes da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. Os saberes da formação profissional são aqueles oriundos das instituições de formação que objetivam a formação científica ou erudita dos professores. Para o autor “é sobretudo no decorrer de sua formação que os professores entram em contato com as ciências da educação” (TARDIF, 2002, p. 37).

Ainda de acordo com esse autor, os saberes da formação profissional:

apresentam-se como doutrinas e concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa. [...] Essas doutrinas (ou melhor, as dominantes) são incorporadas à formação profissional dos professores, fornecendo, por um lado, um arcabouço ideológico à profissão e, por outro, algumas formas de saber-fazer e algumas técnicas (TARDIF, 2002).

Além dos saberes da formação profissional que são produzidos pelas ciências da educação, os docentes incorporam ainda saberes que vêm da seleção curricular das instituições formadoras, as quais buscam nessa seleção criar uma “identidade” da formação oferecida, inicial ou continuada com base na “tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes”.

Esses saberes denominados de disciplinares:

são saberes que correspondem aos diversos campos do conhecimento, aos saberes de que dispõe nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas, no interior de faculdades e cursos distintos. Os saberes disciplinares (por exemplo a matemática, história, literatura, etc) são transmitidos nos cursos e departamentos universitários independentemente das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores (TARDIF, 2002, p. 38).

Quanto aos saberes curriculares, Tardif enfatiza que:

estes saberes correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelos da cultura erudita e de formação para a cultura erudita. Apresenta-se concretamente sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender a aplicar (TARDIF, 2002, p. 39).

No exercício da sua profissão, ao lidar com questões do cotidiano e nas relações com o seu meio, os professores desenvolvem saberes que são criados, recriados e validados pela experiência individual e coletiva. A esses saberes, Tardif (2002) denominou de saberes experienciais ou práticos.

Pode-se chamar de saberes experienciais o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente e que

não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Estes saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática: eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto prática docente) e formam um conjunto de representações a partir dos quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as dimensões. Eles constituem, por assim dizer, a cultura docente em ação (TARDIF, 2002, p. 49).

O autor enfatiza ainda que os saberes profissionais dos professores são temporais, no sentido da construção da vida escolar, das relações entre a escola e seus atores e da importância dos primeiros anos de prática profissional. Aponta ainda que esses saberes, além de temporais, são plurais e heterogêneos porque derivam de fontes variadas como “uma disciplina, uma tecnologia ou uma concepção de ensino”. O autor coloca ainda que os professores não se baseiam em apenas uma teoria, mas em várias concepções de ensino e técnicas que são selecionadas de acordo com a necessidade. Os saberes profissionais dos professores são também personalizados e situados, pois carregam características específicas de cada professor e também dos contextos em que estão inseridos.

As diferentes categorias de saberes apresentadas acima e a análise dos discursos dos professores a partir da concepção bakhtiniana de polifonia guiarão a análise do objeto do referido estudo. Nossa intenção em aliar as duas teorias é de fornecer dados mais concretos a partir do estudo do objeto, ultrapassando o tratamento desse a partir de um único ponto de vista, mas conjugando informações que nos farão compreender melhor que a concepção de alfabetização está presente nos discursos docentes e também de quais instâncias provêm tais concepções.

Os professores e seus discursos: as condições de produção do texto analisado

Antes de passarmos a análise do texto, torna-se necessário esboçar as condições em que o mesmo foi produzido, tendo em vista que analisar o discurso leva em conta o momento sociohistórico da produção.

Por ser eminentemente social, toda enunciação é singular, pois nasce num determinado espaço social com objetivos específicos para aquele momento. Assim é o texto que compõe o texto dessa análise. O locutor que “diz” o faz em função de um alocutário, de quem se tem uma imagem e para quem se constrói uma imagem.

No nosso caso temos um professor das séries iniciais do ensino fundamental do município de Barbacena produzindo enunciados marcados por diversas vozes para um alocutário

“pesquisador” ligado a instância da produção do saber, a universidade. Ainda que o pesquisador também seja docente da rede municipal, é pouco provável que ela seja vista como tal. Possivelmente a imagem mais marcante é a de um alocutário que se inscreve numa instância social diferente do professor das séries iniciais, um professor/pesquisador universitário.

Em função do alocutário ser de uma instância diferenciada, torna-se necessário organizar o referente, o que dizer e como dizer, se fazer “legível”, construir uma imagem de si em função da imagem do outro que foi construída. Para isso há a necessidade do bom uso da língua, da organização formal do texto, da impressão de marcas próprias no material escrito, considerando as circunstâncias imediatas de produção. É preciso considerar que o professor que enuncia o faz a partir de um lugar social e historicamente determinado. O docente é percebido socialmente como aquele que detém o saber e a função de transmiti-lo.

Conforme propomos na introdução deste trabalho, nos dedicaremos a analisar o discurso dos professores acerca das concepções de alfabetização. Nosso intuito é desvelar as vozes presentes nos discursos e buscar compreender o que pensam sobre o ensino da leitura e da escrita, em que saberes as professoras apoiam suas concepções, de quais discursos se apropriam. Evidenciaremos também algumas questões sobre o uso do livro didático, referentes ao seu processo de escolha, sua adequação (ou não) à turma que a docente leciona.

O *corpus* total da pesquisa é composto por 18 textos escritos pelas docentes durante um curso de formação continuada e por entrevistas com duas participantes desse curso. Neste momento faremos a análise de um texto escolhido de forma aleatória. Não é revelado o nome da docente ou da instituição a qual pertence como forma de preservá-la. Para nós, enquanto pesquisadores, interessa o que foi dito ou escrito, não quem o disse ou escreveu. Nosso trabalho não tem como propósito emitir juízos de valor sobre os textos. O objetivo é analisar os discursos, através da polifonia, para tentar compreender que saberes os constituem e de que vozes as docentes se apropriam ao discorrer sobre alfabetização.

O material de análise foi coletado no primeiro encontro de um curso de formação continuada sobre práticas de produção de textos. Já havia um contato anterior com as professoras o que, de certa forma, contribuiu para a realização da pesquisa. Como citado por Leal (2003) esse contato anterior cria um clima amistoso de colaboração. Porém, por outro lado, esses professores identificam os pesquisadores como elemento da universidade, por eles serem professores universitários, espaço de produção de conhecimentos. Isso pode ter influenciado de alguma maneira a forma como as pesquisadas organizaram seus discursos. Essa é uma situação de produção que deve ser considerada no momento da análise, apesar de não se ter meios de se controlar ou sinalizar como isso influencia nos discursos analisados.

Segundo Bakhtin, todo discurso é marcado pelo contexto que o produziu, por isso não poderíamos deixar de sinalizar tal questão. Nossa experiência como docentes da rede municipal e também da universidade tem nos apontado certo distanciamento entre estes pólos, o que pode ser minimizado nas discussões propostas pela formação continuada.

Assim, o discurso proveniente da formação continuada não teve impacto no das professoras que participaram da pesquisa, pois o texto das docentes foi construído antes das discussões do curso. Porém, evidenciamos, como já dito no parágrafo anterior, que não há controle nem formas específicas de análise que possam captar a imagem ou as influências discursivas que aqueles que representam a universidade têm sobre aqueles que representam os anos iniciais do ensino fundamental. Ainda que um dos pesquisadores também fizesse parte do quadro do magistério municipal, naquele contexto específico, ele era percebido como alguém que está ligado a um espaço de produção de saber.

Vale ressaltar que o curso aconteceu em meio a discussões sobre as avaliações sistêmicas praticadas pelo governo estadual e federal. Assim, no contexto de produção dos textos, deve-se considerar o momento de ampla discussão sobre as formas de se alfabetizar balizadas pelas concepções dos cadernos do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), das avaliações sistêmicas e do Pró-letramento⁵.

Para Bakhtin, quanto mais intensa e diferenciada for a vida social do sujeito falante, mais este sujeito se apropria da palavra do outro, do discurso alheio, seja para apreciá-lo ou para refutá-lo. Com base nos referenciais desse autor e de seus seguidores sobre a enunciação, realizaremos a análise dos textos escritos pelas docentes a fim evidenciar a polifonia presente em seus discursos.

Análise enunciativa e polifônica do *corpus*

Para compreender como os professores se posicionam em relação às concepções de alfabetização através de seus discursos, iniciamos nossa análise pelo módulo interacional, que trata da materialidade das relações de interação.

O enquadre interacional trata da materialidade da interação, que pode ser apontada como uma negociação entre autor/leitor e se distingue de outras informações situacionais, textuais ou linguísticas constitutivas dos discursos. A função do módulo interacional é delimitar os níveis de interação e especificar suas características. É pelo enquadre que podemos observar a relação entre os sujeitos do discurso – os interactantes –, o tipo de interação que se dá entre eles através

⁵ O curso de capacitação foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Barbacena em parceria com o Ministério da Educação e aconteceu em outubro de 2008. Os textos que configuram como objetos de análise desta pesquisa foram coletados em junho de 2008.

dos parâmetros do canal (escrito, visual, oral), o modo de comunicação (tipo de presença dado pela distância espaço-temporal) e o tipo de elo comunicacional (unidirecional ou recíproco).

Em nosso ponto de vista, a situação de interação analisada admite o seguinte enquadre:

<i>Interlocutor</i>	<i>Interlocutor</i>	<i>Interlocutor</i>	<i>Interlocutor</i>
<professor alfabetizador>	< professor alfabetizador’>	<leitor/pesquisador>	<leitor>
canal escrito copresença espaço-temporal não-reciprocidade <DEPOIMENTO’>			
canal escrito copresença espaço-temporal não-reciprocidade <DEPOIMENTO>			

Classificamos o enquadre acima como composto por conter dois níveis de interação, constituído de quatro posições de interação (professor alfabetizador/leitor) e (professor alfabetizador’/pesquisador) estes últimos ocupando o espaço do “narrado”.

No nível mais externo, temos uma interação cujo canal é escrito, uma vez que foi pedido que o professor elaborasse um texto para o pesquisador. Há copresença espaço-temporal, pois o texto deveria ser produzido na presença do pesquisador. Não há reciprocidade, pois não poderia haver influência direta do pesquisador e vice-versa durante a elaboração do texto. No nível mais interno, a materialidade se mantém, pois entendemos que há apenas uma passagem abstrata para o nível do narrado. Ressaltamos que nesse nível enfatizaremos a figura do pesquisador como um leitor possível e que influencia na argumentação do professor, pois o mesmo deve gerenciar suas estratégias de proteção de face.

É interessante lembrar que existe uma distância entre os papéis sociais dos interactantes. O pesquisador é quem tem maior domínio da situação de interação em relação aos

professores, quando se trata da produção de textos sobre questões relacionadas ao trabalho docente como objeto de pesquisa. O fato de ser pesquisado incomoda qualquer pessoa, pois sentir-se observado e conhecer a fundo o objeto de pesquisa geram uma relação baseada, de certa forma, no constrangimento.

A seguir, as informações interacionais serão aliadas às informações enunciativo-polifônicas. A fim de identificar as vozes que compõem o discurso docente, passaremos à análise do *corpus* sob a perspectiva enunciativo-polifônica. Apresentaremos as marcas de representação utilizadas pelo MAM: discurso representado formulado – marcado por colchetes preenchidos [...]; discurso representado designado - marcado após a expressão que os designa por colchetes vazios []; discurso representado implícito – representado por colchetes vazios na frente do conector []. Adotaremos PA para professor alfabetizador, PA' para professor alfabetizador'.

PA [PA'[Para mim alfabetização é um processo que se inicia quando a criança começa a entender, a “ler” o mundo, mas que nunca termina. Estamos sempre avançando e progredindo nesse processo.

Tentando alcançar meus objetivos em relação à alfabetização, costumo fazer uso dos mais diversos tipos de textos (cartazes, gibis, jornais, panfletos, propagandas etc), buscando trazer conhecimento e ao mesmo tempo prazer aos meus alunos. Quanto ao método procuro ser bem eclética.

Costumo também levar a brincadeira para o ambiente de sala de aula, o que é bem aceito e apreciado pelos alunos. Dessa forma confeccionamos bingos, dominós, jogos de memória entre outros, promovendo “gincanas”, sempre envolvendo o mundo da leitura.

Faço uso do livro didático que não foi escolhido por mim e que nem sempre atende as minhas necessidades. Tento, por isso, aliar outras atividades às do LD.

Nesse processo sempre em busca e ao mesmo tempo construindo o conhecimento, procuro aprender e ao mesmo tempo tentar transmitir. PA[...]]

No nível mais externo, temos o discurso produzido que vai do início ao final do texto. Nesse nível é o que o autor diz, no caso o professor já refletido no que foi dito na análise interacional. No segundo nível, temos a marca de um discurso formulado pelo PA'. Esse discurso se estrutura basicamente na primeira pessoa.

No último parágrafo temos um discurso designado, marcado por um verbo de fala “transmitir”. De acordo com Roulet, temos nessa marca um tipo de polifonia, o que ele chama especificamente de autofonia, isto é, o locutor, no caso o professor alfabetizador, utiliza o próprio

discurso para dizer alguma coisa. Consideramos o verbo transmitir como um verbo de fala, em que o locutor afirma “procuro aprender e ao mesmo tempo tentar transmitir”, mas não é explicitado o que ele quer transmitir.

Além do Modelo de Análise Modular, recorremos também a Revuz, que desenvolveu o conceito de polifonia a partir dos estudos de Bakhtin. O autor aponta a heterogeneidade mostrada e a constitutiva como marcas da polifonia conforme apresentado na introdução deste trabalho.

O texto em análise é constituído principalmente do discurso pedagógico. Através da constituição desse discurso é possível ouvir as vozes de Freire e Piaget. Essas vozes ficam mais claras, principalmente, se buscarmos a heterogeneidade mostrada. A docente, ao construir seu texto, deixa marcas aparentes em “a ‘ler’ o mundo” e “promovendo ‘gincanas’”. A primeira marca, realizada através de aspas, refere-se ao discurso de Freire com sua expressão clássica: “ler o mundo”. A segunda marca, apresentada pelo léxico “gincanas”, é uma referência ao lúdico, à brincadeira, ao jogo, numa perspectiva piagetiana. Para Revuz essa é uma forma de conotação autonímica, em que o locutor inscreve em seu discurso as palavras do outro, sem interrupção do fio discursivo, mostrando-as por meio de aspas, no caso específico desta análise.

No que diz respeito à heterogeneidade constitutiva, o discurso pedagógico é o elemento principal de constituição desse discurso. Além das vozes marcadas, apresentadas pela heterogeneidade mostrada, temos outras vozes presentes como a voz que emerge das políticas públicas de alfabetização, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial o de Língua Portuguesa, que trazem já nas primeiras páginas a necessidade de inserir diversos gêneros textuais na sala de aula.

A docente ecoa essa voz no seguinte trecho: “tentando alcançar meus objetivos em relação à alfabetização, costumo fazer uso dos mais diversos tipos de textos (cartazes, gibis, jornais, panfletos, propagandas etc), buscando trazer conhecimento e ao mesmo tempo prazer aos meus alunos”. Além de ter como base os parâmetros, essa voz vem sendo reforçada pelos Cadernos do Ceale distribuídos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Esses cadernos estruturam-se a partir de referenciais que consideram a função social da leitura e da escrita, portanto, sobre a necessidade da circulação de diversos tipos de textos e gêneros textuais.

Ainda tratando de polifonia, buscamos em Ducrot a fundamentação para analisar a passagem: “faço uso do livro didático que não foi escolhido por mim e que nem sempre atende as minhas necessidades. Tento, por isso, aliar outras atividades às do LD.” A docente utiliza uma contra-argumentação a partir da utilização do “mas”, ainda que ele não apareça na frase. “Faço uso do livro didático (mas) que não foi escolhido por mim”. Nessa passagem a docente diz utilizar o livro, apesar de não tê-lo escolhido e que agrega outras atividades, pois o mesmo

não atende às suas expectativas. De acordo com Ducrot, o “mas” (e seus similares) constitui um operador argumentativo por excelência, pois permite contrapor a perspectiva do locutor à de um enunciador. Para o autor, o uso do “mas” é um caso de polifonia.

Além do Modelo de Análise Modular, da heterogeneidade mostrada e constitutiva de Revuz e da teoria polifônica de Ducrot, buscamos nos saberes docentes, na obra de Lessard e Tardif, marcas de polifonia, sobretudo advinda do que os autores denominam de saberes da formação, disciplinares, curriculares e da experiência.

Com base no texto analisado, podemos observar que a professora recorre aos saberes necessários à formação docente, em especial aos saberes advindos da formação tanto inicial quanto continuada. Essa observação fundamenta-se na recorrência aos discursos freireano e piagetiano, discursos esses vinculados ao saber científico, produzido pela academia, que são divulgados entre os professores através da graduação, pós-graduação e dos cursos destinados à formação e qualificação profissional.

Emergem também os saberes da experiência, sobretudo quando a professora retoma o discurso autofônico como esboçado anteriormente. Essa marca de polifonia é uma recorrência da voz da própria professora, uma apropriação que ela faz a respeito dos saberes circulantes no sistema educacional dos quais ela se apropriou no decorrer do exercício ou mesmo do seu contato com a escola. No que diz respeito aos saberes curriculares advindos principalmente da ordem escolar, a professora diz fazer uso do Livro Didático, material institucionalizado, mas tece uma crítica e contra-argumenta a respeito da adequação do mesmo e da necessidade de complementar atividades, pois o LD não atende às suas expectativas.

Algumas considerações

Nossa intenção ao propor essa discussão foi analisar o discurso dos docentes alfabetizadores da rede municipal de educação de Barbacena, a fim de compreender quais são as vozes que constituem o seu discurso quando elas se referem às concepções de alfabetização. O professor analisado através das estratégias da polifonia mostrou ser um profissional que constrói uma imagem de “qualificado” para exercer sua profissão. O professor utiliza vozes do discurso pedagógico principalmente as decorrentes do discurso freireano e piagetiano. Posiciona-se também negativamente quando faz referência ao Livro Didático adotado pela escola. A professora reforça que apesar de utilizá-lo, isto é, acatar uma política pública, o mesmo não atende às suas expectativas, isso cria a necessidade de complementar as atividades.

Estão presentes no discurso da professora pesquisada, vozes advindas das atuais políticas

públicas de alfabetização que enfatizam as práticas de letramento, sobretudo as que emergem dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Cadernos do Ceale. É possível também perceber vozes que emergem dos saberes necessários à formação docente, em especial aquelas que advêm dos saberes da formação, da experiência e dos saberes curriculares.

Portanto, consideramos que o discurso analisado é polifônico, de onde emergem diversas vozes de diferentes instancias. Todas essas marcas contribuem para a construção da subjetividade docente, sua forma de perceber e conduzir a profissão docente, sobretudo no que tange a alfabetização. Concluimos também que o discurso docente e as imagens que o professor constrói de si e de seu auditório estão relacionadas com o imaginário social do exercício da profissão, que está sempre a exigir qualificação e atualização profissional.

Perceber esses pontos no discurso docente e levantar essa discussão podem contribuir para que os professores tenham participação mais ativa e que suas perspectivas sejam levadas em consideração na construção de políticas públicas de educação.

Referências

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Vanderlei Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, 1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Org.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1996. p. 21-42.

BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: USP, 1999. 96 p. (Ensaio de cultura, 7).

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997. 385 p. (Coleção repertórios)

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

BRUNETTI, R. C. V. *As estratégias discursivas do presidente Lula numa abordagem modular: histórias contadas a caminho da cova dos leões*. 2006. Dissertação (Mestrado Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1997.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *A importância do ato de ler*. 26 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FOCAULT, M. *A ordem do discurso*. 6 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRAFF, H. J. *Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MACEDO, M. do S. A. N.; MORTIMER, E. F. Perfil dos professores do primeiro ciclo; questões socioculturais e pedagógicas. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 215, p. 29-43, jan/abr 2006.

MACEDO, M. do S. A. N. *Interações e práticas de letramento em sala de aula: o uso do livro didático e da metodologia de projetos*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

MARINHO, J.H.C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll 16*. São Paulo, p. 75-100, jan/jun, 2004.

MARINHO, M. Que novidades trouxeram os novos estudos sobre letramento. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 8., 2007, Vitória. *Anais ...* Vitória: [s.n.], 2007, p. 1-14.

ROJO, R. (Org). *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

- _____. Letramento escolar: construção de saberes ou maneiras de impor o saber?
In: SIMPÓSIO CULTURA DA ESCRITA E PRÁTICAS ESCOLARES DE
LETRAMENTO, 3., 2000, Campinas. *Cadernos de resumos...* Campinas: ISSC/UNICAMP,
2000.
- ROULET, E. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier,
1999.
- ROULET, E.; FILLIETTAZ L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de
l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.
- RUFINO, J.A.; BRUNETTI, R.V. A organização enunciativa/polifônica em uma história
distraída, de Cida Chaves. In: MELLO, R. *Análise do Discurso e Literatura*. Belo Horizonte,
NAD/FALE/UFMG. 2005. p. 309-320.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- STREET, B. *Literacy in theory and practice*. New York: Cambridge University Press, 1984.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 327 p.
- TFOUNI, L. V. Letramento e alfabetização, 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Controle disciplinar e os modos de subjetivação do adolescente em privação de liberdade

Ângela Buciano do Rosário

Delinquente, adolescente autor de ato infracional ou em conflito com a lei: essas são algumas formas de designar um sujeito que infringiu a lei de modo violento, em um momento específico de sua vida. Entendemos que o adolescente que comete uma infração é, antes de tudo, um sujeito. Na condição de sujeito cabe-lhe responder pelo ato cometido que pode ser infracional ou não.

Nesse trabalho, buscamos a reflexão acerca dos modos de subjetivação do adolescente autor de ato infracional que cumpre medida socioeducativa privativa de liberdade. Em nosso estudo, trabalhamos com a hipótese de que os mecanismos de controle e de disciplina, por vezes utilizados por instituições destinadas ao cumprimento dessa medida¹, contribuem para a formação de um dado modo de subjetivação. Ao concebermos que todo modo de relação com o outro esteja apoiado em uma concepção de sujeito, consideramos a pertinência da discussão acerca dos modos de subjetivação presentes na atualidade. Para tanto, faremos uma breve digressão acerca dos modos de subjetivação.

O conceito de subjetividade, por si só, já é bastante complexo. Optamos por utilizar as definições de autores como Drawin (1998), Bezerra (1989), Figueiredo (1995) e Moreira (2002) para nos auxiliar nessa empreitada. Interessa-nos esses autores por apresentarem uma concepção de subjetividade que se aproxima da nossa, por conceberem o sujeito constituído a partir do outro e, ainda, por definirem a subjetividade sobre o horizonte da teoria psicanalítica.

Segundo Moreira (2002), o processo de valorização da subjetividade teve início com a Revolução Copernicana² em que o anúncio do descentramento astronômico tem como consequências o descentramento antropológico e epistemológico. Nas palavras da autora:

diante da vivência de ruptura e de dissolução da ordem, o homem tenta reorganizar, reinstaurar um pólo ordenador. É neste momento que entra em cena a filosofia moderna com o paradigma da Consciência, onde impera

¹ Pesquisa realizada pela autora nas Unidades de Internação (UI) e Internação Provisória (UIP) da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) do município de Guarujá - SP, entre os anos de 2001 e 2003. O nome de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi alterado para Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, em 23 de dezembro de 2006.

² Considerada uma das mais radicais revoluções científicas, a teoria de Nicolau Copérnico (1473-1543) altera o entendimento que se tinha a respeito do cosmos, adotando o princípio de mobilidade da Terra. Rompendo com mais de dez séculos de domínio do geocentrismo, em 1510, Copérnico diz, pela primeira vez, que a Terra não é o centro do universo, mas um entre outros planetas que giram em torno do sol.

a imagem de uma consciência solitária pensando sobre suas próprias experiências (MOREIRA, 2002, p. 19).

Com a revolução científica, o homem se vê perdido diante de um universo infinito, tendo que pensar sobre sua própria vida, sua finalidade e seu significado. A autora enfatiza que na necessidade de controlar esse novo que se apresenta, o sujeito terá que controlar a si mesmo, ou seja, fazer de sua subjetividade uma plataforma firme, garantia de certeza (MOREIRA, 2002).

Sem a garantia de que a percepção exterior corresponde à verdade, já que a visão informa que o sol gira em torno da Terra, o homem moderno só terá uma certeza: a de sua interioridade. Nesse novo paradigma, surge o sujeito epistêmico, sede e fundamento de todas as certezas. É nesse contexto que “a subjetividade emerge e torna-se referencial central para o conhecimento e a verdade” (MOREIRA, 2002, p. 20).

Na perspectiva religiosa, Bezerra (1989) menciona que o ideário individualizante do protestantismo está na base da maneira moderna de compreender o homem, o universo, as coisas e a natureza. O autor enfatiza o movimento iniciado por Lutero³. Com a tradução da Sagrada Escritura, todo homem poderia interpretar a Bíblia segundo sua própria consciência, emancipando-se no plano da ideologia religiosa. Segundo o autor:

e não são os atos, as obras, a atitude exterior que importam, e sim a relação íntima, pessoal com o espírito divino. A salvação é da responsabilidade de cada um. Autoderterminação, liberdade de espírito, responsabilidade individual, livre exame das Escrituras e uma ética individual, estas são algumas das bandeiras da Reforma (BEZERRA, 1989, p. 228).

O autor assinala dois traços particulares da concepção moderna de sujeito, isto é, da concepção de indivíduo: os princípios de igualdade e os de liberdade. A igualdade dos homens frente a Deus e ao universo humano e a subjetividade livre, que se relaciona livremente com a verdade.

No plano filosófico, o pensamento moderno inicia-se com a descoberta cartesiana do “cogito”. O conceito de sujeito, cunhado pela filosofia cartesiana, anuncia a subjetividade como fundamento, uma verdade metafísica. Nessa perspectiva, o sujeito torna-se o ponto de partida para um possível acesso à realidade e para a construção da ciência (DRAWIN, 1998). Assim, a concepção epistemológica moderna constitui o sujeito pleno, consciente, autônomo e livre.

Outra reflexão acerca da Modernidade é a concepção de *ethos*. Na perspectiva etimológica

³ Precursor da Reforma Protestante, Martinho Lutero nasceu na Alemanha em 1483 e pertencia à ordem agostiniana. Rompeu com a Igreja Católica por ser contrário à venda de indulgências. Ao traduzir a Bíblia do latim para o alemão, possibilitou seu acesso à população que, até então, tinha seus ensinamentos interpretados por representantes da Igreja.

apontada por Figueiredo (1996), *ethos* refere-se tanto aos costumes e aos hábitos quanto à morada e, portanto, revela diferentes modos de subjetivação. Dessa forma, consideramos relevante a concepção desse autor acerca da variedade e da eficácia das éticas. Figueiredo (1996) perpassa algumas formas que as relações entre os homens assumiram ao longo da história da humanidade. Interessa-nos a emergência dos processos de individualização. O autor nos mostra que:

autotestes (provações), exames de consciência e uma atenção vigilante à vida “psíquica” transformaram-se nas vias régias da sujeição do indivíduo aos seus próprios cuidados: *é como se cada um se convertesse no edificador de sua própria morada*, de uma morada ainda bastante padronizada, mas já parcialmente feita sob medida para cada um (FIGUEIREDO, 1996, p. 54).

A ética, nessa perspectiva, caracteriza-se por uma morada individualizada. Há o desenraizamento da sociedade com a natureza e do indivíduo com a comunidade.

Com relação à concepção de indivíduo, Louis Dumont é uma importante referência. Com um capítulo destinado a esse autor, Renaut (1998) descreve o estudo de Dumont sobre a sociedade hierárquica da Índia em contraste com a sociedade igualitária ocidental moderna. Dumont defende a ideia de que as sociedades podem se organizar de distintas maneiras, mas tendo como alicerce a noção de hierarquia ou de igualdade (BEZERRA, 1989). Assim, estabelece dois modelos de sociedade: as holistas e as individualistas.

Nas sociedades designadas holistas, há predomínio das formas coletivas e hierárquicas de existência no social. Nessa configuração, os indivíduos figuram como seres socialmente determinados, cuja identidade é definida a partir de sua posição no quadro social estratificado e hierarquizado (FIGUEIREDO, 1995). À medida que valoriza a totalidade social, negligencia o indivíduo. Conforme o sistema indiano de castas, a ordem é hierárquica e os indivíduos são subordinados ao todo ou àquilo que figura o todo (RENAUT, 1998).

Bezerra (1989) afirma que a consciência dos sujeitos nessas sociedades corresponderia a uma imagem de si como integrante de uma totalidade, e sua identidade seria vivida a partir de seu vínculo ao todo social. Somente nas sociedades igualitárias, baseadas no individualismo, que será possível o sujeito se perceber mais que isso; ele se perceberia como ser singular, livre, autônomo, morada de sua própria identidade (BEZERRA, 1989).

Nessa sociedade que valoriza o indivíduo, temos uma concepção igualitária, já que o indivíduo é o máximo valor e não estará submetido a ninguém, somente a ele mesmo. Para Renaut (1998), o individualismo é constitutivo das sociedades modernas, e a aplicação do princípio de igualdade toma a forma do liberalismo.

Podemos assinalar pontos comuns nas diferentes vertentes que anunciam a entrada na

Modernidade. A Revolução Copernicana abala antigas certezas e conduz o homem a voltar-se para si mesmo. Coloca em dúvida aquilo que se apresenta advindo do exterior. Nesse sentido, o homem precisa de alguma certeza, e essa certeza passa a ser a de sua própria existência. É nesse contexto que ocorre a emergência da subjetividade, referência central para o conhecimento e a verdade.

A Reforma Protestante emancipa o homem do ideário religioso. Ao ter acesso à palavra de Deus, é possível para o homem ser responsável por sua própria salvação. Tanto a revolução quanto a reforma nos trazem a dimensão da concepção epistemológica moderna, que compreende um sujeito pleno, autônomo, livre e consciente.

Dentro desse panorama temos, ainda, as formas de organização social descritas por Dumont⁴: as sociedades holistas, sociedades hierárquicas, cujo predomínio das formas coletivas é sua marca principal, e as sociedades igualitárias, baseadas no individualismo. Essa última conserva a concepção epistemológica moderna em que o sujeito se percebe como singular, livre e autônomo.

Será com a entrada na Modernidade e, principalmente, a partir da Revolução Racionalista de Descartes que emergem novos modos de subjetivação decorrentes da crise da subjetividade/fundamento (MOREIRA, 2002). Nesse panorama, anunciamos três modos de subjetivação que guardam, segundo Moreira (2002), três traços comuns: as ideias de liberdade, intimidade e individualidade.

O primeiro modo, cunhado por Drawin (1998) como subjetivação histórica-racional, é caracterizado pelo deslocamento teórico-fundacional para o domínio prático-histórico. Trata-se do ideal da ilustração. “O sujeito ilustrado aposta na liberdade via racionalidade, valoriza a produção cultural e preconiza a postura individualista” (MOREIRA, 2002, p. 22).

A subjetivação histórica-expressiva é o segundo modo de subjetivação também nomeado por Drawin (1998). Baseada nas noções de liberdade e de expressividade, é uma subjetivação preconizada pelos ideais românticos.

E, por fim, o modo de subjetivação disciplinar. Tal modo foi criado a partir de novas formas de controle e nomeado por Moreira (2002) como modelo ideo-histórico de subjetivação disciplinar em que “as formas de controle criam estratégias defensivas que se configuram em formas de sujeito” (MOREIRA, 2002, p. 23).

Esse último modo de subjetivação, estudado minuciosamente por Foucault (1987), oferece-nos importantes reflexões acerca do modo de subjetivação do adolescente em privação de liberdade.

⁴ Citado por Renaut (1998), Figueiredo (1995) e Bezerra (1989).

Objetivação da subjetividade: o controle disciplinar

Os modos de subjetivação perpassam o sujeito a partir de sua inserção histórica e social. Em nosso estudo, trabalhamos com a hipótese de que os mecanismos de controle e de disciplina utilizados pela instituição contribuem para a formação de um dado modo de subjetivação. Isso porque, ao falarmos de subjetividade, está implícita também a questão da ética⁵ (*ethos*). Em consonância com Figueiredo (1996), entendemos que não há uma única ética:

[...] (no sentido de um padrão explícito de prescrições e/ou proibições) comum a todas as culturas e épocas, comum a todas as formas de subjetivação [...] De cultura para cultura e de época para época podem variar os padrões implícitos e os códigos. [...] variam também os *modos de sujeição* dos indivíduos aos ditames morais (FIGUEIREDO, 1996, p. 43).

Assim, o adolescente em conflito com a lei e privado de liberdade, ao ser submetido a regras e códigos impostos institucionalmente, apresenta certo modo de subjetivação. Ao abordarmos esse adolescente na condição de interno, devemos considerar as prescrições às quais esse sujeito está submetido. A sujeição às regras e aos códigos impostos e o grau de concordância ou discordância deles vão definir o sujeito moral ou, dito de outra maneira, um determinado modo de ser sujeito.

Para tratar desse assunto, recorreremos a Foucault (1984), que nos oferece importante contribuição para a compreensão das diferentes formas de subjetivação. Para tanto, o autor se empenha no estudo das formas e das transformações da moral.

Para esse autor, moral é o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e aos valores propostos pelos códigos morais de determinada sociedade. Importante ressaltar que códigos morais são definidos como o conjunto de valores e regras de ação proposta por indivíduos ou grupos via aparelhos prescritivos como a família, as instituições... (FOUCAULT, 1984). Assim, em sociedade, estamos submetidos a prescrições advindas de diferentes situações, grupos ou instituições nas quais circulamos.

A possibilidade de constituição de um sujeito moral se dá quando for possível que ele se conduza a partir de um código de ação. Será o grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código que irá determinar as diferentes maneiras de o sujeito se conduzir. Nessa perspectiva, os valores e as regras são explicitamente formulados (doutrinas, ensinamentos) ou transmitidos de maneira difusa, permitindo que o indivíduo aja conforme as regras ou tente escapar delas. O comportamento real do sujeito, ou seja, o grau de concordância ou de

⁵ Trabalhamos com a concepção dos termos “ética” e “moral” como sinônimos. Ver a esse respeito em: GONTIJO, E. Os termos “Ética” e “Moral”. In: Mental: revista de saúde mental e subjetividade da Unipac. Ano IV, n. 7, 2006. p.127-135.

discordância desse sujeito em relação ao código é que irá determinar o sujeito moral.

Portanto, há dois aspectos que, segundo Foucault (1984), toda moral comporta: o dos códigos de comportamento e o das formas de subjetivação ou práticas de si, ou seja, quando o sujeito desenvolve um trabalho sobre si mesmo. Ambos os aspectos se desenvolvem com autonomia parcial, já que não podem estar inteiramente dissociados, porque é a partir do grau de concordância ou de discordância dos códigos ou regras que se estabelecem as formas de subjetivação.

Assim, entendemos que a instituição estudada possui dispositivos⁶ de controle associados a um campo da moral em que a importância é dada aos códigos. Esse campo se caracteriza pela capacidade de ajustar-se a todos os casos e de cobrir todos os campos de comportamento. Lembra Foucault (1979):

[...] nessas condições, a subjetivação se efetua no essencial, de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis às quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em faltas que o expõem a um castigo (FOUCAULT, 1979, p. 29).

Isso porque os locais em que predomina esse aspecto da moral frequentemente são instâncias da autoridade que fazem valer os códigos para garantir o controle e a disciplina, assim como a instituição pesquisada. Portanto, são os dispositivos de controle institucional que garantem a ordem e a disciplina dos internos.

Ao designar a sociedade contemporânea como “sociedade disciplinar”, Foucault (2005) apresenta as formas de práticas penais que a caracterizam. Nesse contexto, o crime é definido como dano social⁷. O criminoso é aquele que perturba a sociedade e é, portanto, inimigo dela.

Toda instituição com características de fechamento possui a disciplina como ponto de âncora em seu funcionamento. Com relação à instituição pesquisada, a disciplina engloba desde a distribuição dos adolescentes no espaço institucional até as condutas de comportamento estabelecidas. Assim, ao ingressar na unidade, o adolescente deve seguir o regimento interno. Tal regimento orienta as condutas que o adolescente deverá manter durante sua permanência no regime de internação.

A esse respeito encontramos, no artigo 19 do Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e de Semiliberdade da Fundação CASA, a seguinte normalização:

§ 1º O adolescente que cumprir integralmente as disposições contidas no Regimento Interno, demonstrando bom comportamento e colaboração

⁶ Foucault (1979) utiliza o termo dispositivo para demarcar um conjunto heterogêneo contendo discursos, instituições, leis, medidas administrativas, proposições filosóficas, morais. É uma formação que, inserida em determinado momento histórico, tem como função responder uma urgência.

⁷ Foucault encontra tais definições de crime em Beccaria, Bentham, Brissot, assim como em Rousseau, J. J. Conferência IV. In: A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005.

com a ordem e disciplina internas, poderá receber elogio, que será comunicado ao Juiz competente (SÃO PAULO, 2007).

A ordem estabelecida deve ser seguida. Aqueles que se destacam pelo bom comportamento, pela boa avaliação no ensino formal e pelas atividades extracurriculares são recompensados. Aqueles que transgridem as normas de convivência são punidos.

É importante ressaltar que no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa de internação⁸, o adolescente é acompanhado por profissionais. Esse acompanhamento inclui, além de atendimento individual, avaliações diárias de comportamento e de desenvolvimento escolar e extracurricular (atividades esportivas, profissionalizantes, culturais e de lazer).

As medidas socioeducativas não prevêm um período estabelecido para seu cumprimento. O tempo que o adolescente irá permanecer na instituição depende da sua evolução, que deve ser relatada periodicamente ao juiz de competência. A periodicidade de envio do relatório poderá ser determinado por esse juiz. Foucault (1987) lembra que:

o juiz de nossos dias – magistrado ou jurado – faz outra coisa bem diferente de “julgar”. E ele não julga mais sozinho. Ao longo do processo penal e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas. Pequenas justças e juízes paralelos se multiplicaram em torno do julgamento principal: peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir [...] (FOUCAULT, 1987, p. 15).

Dessa forma, os funcionários ou “juízes paralelos” decidem o merecimento de uma progressão de medida por intermédio da constante avaliação do adolescente no cotidiano de sua internação, com o envio de relatório para o informe do juiz.

Uma vez disciplinado, no sentido foucaultiano de adestramento, esse adolescente estaria correspondendo às expectativas institucionais e conquistando, por intermédio dos “juizes paralelos”, a almejada liberdade.

Cabeça vazia, oficina do diabo: o sujeito reflexo

Entre as expectativas institucionais que visam à “reeducação” do adolescente está a “oferta” de diversas atividades pedagógicas. Uma vez que seu cumprimento é obrigatório, entendemos que essa oferta se trata de uma imposição. Nesse ponto, é importante frisar o questionamento de Rosa (2005) em relação ao cumprimento compulsório das atividades pedagógicas nos estabelecimentos

⁸ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Seção VII, que trata da internação, artigo 122.

que acolhem os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Para esse autor, o Estado não possui legitimidade democrática para impor as atividades pedagógicas. Rosa (2005) compara tal postura a uma atitude nazista, em que se obrigava a realização de trabalho nos campos de concentração.

Entendemos que por sermos submetidos a um Estado democrático, não podemos impor a participação nas atividades. No entanto, eram oferecidas diversas atividades com o objetivo de preencher a totalidade do tempo do interno. Não por acaso, um discurso comumente circulado na instituição entre funcionários e adolescentes era: “Cabeça vazia, oficina do diabo”.

A partir desse fragmento, abrimos a discussão em dois vieses. Com relação ao adolescente, essa frase mostra a importância que ele atribui em participar das atividades. Conforme relato de internos, essa importância não diz respeito ao sentido que tal atividade pode oferecer a sua vida. O interesse dos adolescentes diz respeito à possibilidade que sua participação oferece para a confecção de um bom relatório de acompanhamento (realizado pelo técnico responsável - psicólogo ou assistente social).

Ao responderem às exigências de participação nas atividades, os adolescentes cooperam para o bom funcionamento institucional e contribuem para que sua desinternação seja solicitada nos primeiros relatórios.

O outro viés do discurso presente na frase analisada é o da disciplina e do controle que a distribuição ordenada dos internos nas diversas atividades possibilita. Entendemos que a obrigatoriedade de participação nas atividades tenha o objetivo de padronizar o comportamento visando à “docilização”⁹ do adolescente. Conforme o artigo 46 do Capítulo VI do Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e de Semiliberdade:

a **disciplina** é instrumento e condição de viabilização do projeto político pedagógico e do plano individual de atendimento, a fim de alcançar o conteúdo pedagógico da medida sócio-educativa, e **consiste na manutenção da ordem**, por meio de ações colaborativas, na obediência às determinações das autoridades e de seus agentes, **na participação nas atividades pedagógicas** e no cumprimento da medida imposta (SÃO PAULO, 2007, grifo nosso).

Segundo o artigo, a participação nas atividades é condição de viabilização do conteúdo pedagógico da medida socioeducativa e para tal objetivo tem a disciplina como instrumento. Nessa perspectiva, o oferecimento de atividades em caráter compulsório seria uma estratégia de controle dos adolescentes para o preenchimento de seu tempo.

⁹ A docilização é o objetivo da disciplina. Segundo Foucault (1987), a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

Entre algumas atividades oferecidas (além da educação formal), citamos os cursos profissionalizantes (hotelaria, panificação), a prática esportiva (futebol, basquete, musculação, xadrez), as atividades culturais como dança (*street dance*), capoeira, teatro, além de oficinas de artesanato e de computação.

A distribuição dos adolescentes para a prática das atividades dava-se de maneira aleatória e, muitas vezes, o interno era obrigado a participar de alguma sem que houvesse interesse por ela. Apesar da oferta de atividades durante todo o período em que o adolescente permanecesse internado, de acordo com as prescrições do ECA¹⁰, elas eram isentas de qualquer sentido para aqueles sujeitos. Exemplo disso era a distribuição dos adolescentes nas atividades vigiadas¹¹, que tinha o objetivo de ocupação do tempo e controle mais intenso dos internos.

Parece-nos que a relação da instituição com o adolescente não é muito diferente das que observamos nas antigas legislações¹² com a Doutrina de Situação Irregular. Estamos nos referindo à maneira de garantir a ordem social, ao ajustamento e à punição daqueles que transgridem as normas impostas.

Assim, a frase amplamente veiculada na instituição - “cabeça vazia, oficina do diabo” - possui dupla conotação. Por um lado, a participação dos adolescentes em atividades visava uma avaliação positiva dos “juizes paralelos” a fim de conquistar, com brevidade, a desinternação via progressão de medida. Por outro lado, o discurso conota a importância de ocupar o tempo do interno, a fim de garantir a ordem e a disciplina, objetivando mais controle sobre eles. Nesse sentido, encontramos na garantia da ordem e da disciplina com fins de controle, a ocupação das “cabeças”.

Tal característica aproxima-se daquilo que Drawin (1998) infere sobre a figura do sujeito epistêmico-reflexo. Esse autor, ao discorrer acerca da subjetividade no pensamento moderno, indica três figuras da subjetividade moderna. Na primeira, a figura do sujeito epistêmico-reflexivo instaurada no racionalismo cartesiano é uma subjetividade “desenraizada do solo histórico-cultural e esvaziada de conteúdo existencial” (DRAWIN, 1998, p. 23). Esse sujeito não é apreendido na vivência e não pode ser confundido com o indivíduo empírico. O sujeito epistêmico é fundante do saber: pensa sobre o mundo e é condição de possibilidade desse mundo. O critério da certeza é decorrente da capacidade de autorreflexão.

A segunda figura é do sujeito epistêmico-reflexo. Cunhado no empirismo inglês, diferente do sujeito epistêmico-reflexivo, parte da experiência empírica. A subjetividade é transformada

¹⁰ “Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas”. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Seção VII – Da Internação – parágrafo único, artigo 123.

¹¹ As atividades eram realizadas com a presença do profissional responsável pela segurança.

¹² Códigos de Menores de 1927 e 1979.

em objeto interior, resultado de uma percepção interna que leva a uma dissociação do eu. Isso porque o conhecimento do sujeito é da mesma natureza do conhecimento das coisas, é reflexo do exterior. O sujeito transforma-se em objeto de uma ciência. É a objetivação da subjetividade.

A terceira figura é a do sujeito autonômico-transcendental. Solução do criticismo kantiano, esse sujeito, assim como o conhecimento científico, deixa de ser dado e passa a ser construído. Trata-se de um sujeito prático que se torna norma para si mesmo. Diferente do sujeito epistêmico cartesiano, que era fechado em si, o sujeito epistêmico kantiano se abre ao mundo do direito e da história.

Interessante a observação de Moreira (2002) sobre o ponto comum dessas três modalidades de sujeito, qual seja: a desantropologização. Dito de outra forma, são concepções abstratas, funcionam como fundamento, como condição de possibilidade do conhecimento teórico ou prático.

E como tais concepções abstratas podem nos auxiliar na compreensão do modo de subjetivação do adolescente autor de ato infracional? Parece-nos que o modo de subjetivação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade está próximo da segunda concepção de sujeito cunhado por Drawin (1998), a figura do sujeito epistêmico-reflexo.

O fragmento discursivo “cabeça vazia, oficina do diabo” nos remete à necessidade de manter a “cabeça cheia”. Assim como uma máquina, esse sujeito é somente reflexo das imposições advindas do exterior. Não deve refletir (figura do sujeito epistêmico-reflexivo), mas executar, sem pensar, aquilo que lhe foi determinado, objetificando sua subjetividade.

Assim, ao ofertar (impor) a prática de atividades como condição de possibilidade de realização de um relatório favorável à desinternação, esse sujeito reflexo irá cumprir o que a instituição espera.

Entendemos que essa forma de se relacionar com o adolescente não considera sua individualidade, tampouco o considera sujeito. Se não o considera sujeito, menos ainda leva em conta sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁵.

Isso porque, ao concebermos o adolescente autor de ato infracional como sujeito, devemos permitir que seja percebido em sua individualidade, em sua história. Desse modo, evitaríamos que fossem reduzidos ao ato infracional cometido. O adolescente deixaria de ser mais um corpo a ser treinado, um caráter a ser moldado, para ser considerado em sua subjetividade.

¹⁵ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990. Título I – Das Disposições Preliminares – artigo 6º.

Referências

- BEZERRA JÚNIOR, B. Subjetividade moderna e o campo da psicanálise. In: BIRMAN, J. (org). *Freud: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989.
- BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.
- DRAWIN, C. R. As seduições de Odisseu: paradigmas da subjetividade no pensamento moderno. In: KISHIDA, C. A.; *et al* (Orgs). *Cultura da ilusão*. In: FÓRUM BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, 4., *Textos apresentados ...* Set./1997. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- FIGUEIREDO, L. C. *Revisitando as psicologias*: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta, 1995.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2005.
- _____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade 2*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GONTIJO, E. D. Os termos ética e moral. In: *Mental*: revista de saúde mental e subjetividade da Unipac, Barbacena, ano IV, n. 7, p.127-135, nov. 2006.
- MOREIRA, J. O. O sujeito na Psicologia: por uma antropologia psíquico-sócio-histórica. In: GONÇALVES, B. D.; GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O. (Orgs). *Clínica e Inclusão Social*: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção. Belo Horizonte: Campo Social, 2002. p. 15-28.

RENAUT, A. *O indivíduo*. Reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ROSA, A. M. da. *Direito infracional: garnatismo, psicanálise e movimento anti-terror*. Florianópolis: Habitus, 2005.

ROSÁRIO, A. B. *Ato infracional e reconhecimento: vicissitudes do adolescente no contato com o outro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

SÃO PAULO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem - SP. Decreto n. 8.777 de 13 de outubro de 1976. Aprova os estatutos da fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem - SP. Capítulo I, artigo 5º. Disponível em: <www.febem.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2007.

SÃO PAULO. Fundação Casa. Centro de Atendimento Socioeducativo do Adolescente. *Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e de Semiliberdade da Fundação CASA*. Portaria Normativa n. 136/2007. Seção I, Capítulo VI – Do Regulamento Disciplinar -, art. 46. Disponível em: <www.casa.sp.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2008.

Acepção da loucura e a constituição de seu espaço institucional em Foucault: um diálogo com a psicanálise

Fuad Kyrillos Neto

Auxiliados pelos escritos de Foucault, faremos um percurso que procura investigar o nascimento da medicina social. Após abordar a entrada do médico no hospital, trataremos das relações de poder dentro dos hospitais psiquiátricos, mais especificamente, da visão médica da “loucura” e a reação da antipsiquiatria aos poderes estabelecidos. Finalmente, a partir de uma orientação lacaniana das psicoses, teceremos considerações acerca da visão foucaultiana da loucura e suas interfaces com a psicanálise.

Ao analisar o nascimento da medicina social, Foucault procura demonstrar que a medicina moderna é uma medicina social que tem como pano de fundo o controle do corpo social. Levanta-se a hipótese de que no capitalismo desenvolvido no final do século XVIII e início do século XIX, o corpo foi socializado enquanto força de produção, criando-se em consequência uma medicina coletiva.

Primeiro a medicina atingiu o Estado, em seguida, a cidade e finalmente, os pobres e trabalhadores. Interessante notar o surgimento de algo importante na história da medicina social representada pela “lei do pobre”: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que tanto ajuda os mais pobres a satisfazerem suas necessidades de saúde, sua pobreza, quanto um controle pelo qual as classes abastadas - ou seus representantes no governo - asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a sua proteção.

Até meados do século XVII, medicina e hospital permaneceram independentes. O hospital era um local de assistência aos pobres, enquanto doentes perigosos pela produção de contágio epidêmico. A medicina hospitalar ou o hospital médico só se constituiu no século XVIII. Foucault aponta que “o personagem do hospital não é o doente que necessita de cura, mas o pobre que está morrendo” (FOUCAULT, 1995, p. 101). O hospital é o lugar de morrer e o pessoal hospitalar está encarregado de conseguir a salvação da alma do doente.

A transformação do hospital se deu na tentativa de isolar os efeitos negativos desse

estabelecimento sobre o doente. Primeiramente, não se procurou medicalizar o hospital, mas purificá-lo dos efeitos negativos que sua desordem acarretava. Desordem seria as doenças que o hospital podia suscitar e espalhar nos internos e na cidade, como também a desorganização socioeconômica que havia em seu interior. Os primeiros hospitais a se medicalizarem por intermédio da anulação das desordens foram os hospitais militares e marítimos, como forma de combater o tráfico de mercadorias, objetos etc. que eram levados aos hospitais pelos falsos doentes.

A reorganização do hospital foi feita por uma técnica política: a disciplina. Naquela época, surgiu a arte da distribuição dos indivíduos num determinado espaço. A disciplina é a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos num espaço individualizado, classificatório, combinatório. A disciplina exerce seu controle sobre o desenvolvimento de uma ação, sendo uma técnica de poder que implica vigilância perpétua e constante dos indivíduos.

A introdução dos mecanismos disciplinares no espaço confuso do hospital iria possibilitar, por um lado, sua medicalização e, por outro, a transformação do saber e da prática médica. Ao compreender a doença como um fenômeno natural que ocorre devido a uma ação particular sobre o indivíduo, a cura passa a estar na perspectiva de uma intervenção médica no espaço que circunda o paciente: no ar, água, temperatura, regime de vida etc.

O ajuste desses dois processos - deslocamento da intervenção médica e disciplinarização do espaço - estão na origem do hospital médico, gênero do qual o hospital psiquiátrico será uma espécie. Esses dois fenômenos, distintos em sua origem, vão consolidar o aparecimento de uma disciplinarização através da vigilância e do esquadrinhamento do mundo confuso do doente, transformando as condições em que os doentes são colocados.

A partir do momento em que o hospital é concebido como instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se um instrumento terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar. Assim, a comunidade religiosa que organizava o hospital é banida em função do espaço que devia ser organizado medicamente.

Tanto no hospital geral quanto na casa dos loucos, o momento crucial para o qual a disciplina se dirigia era a chamada crise. A crise era o momento em que se afrontavam no doente a natureza sadia do indivíduo e o mal que o atacava. Na “Casa dos loucos”, o hospital era uma estrutura de acolhimento e um lugar de prova. O hospital do século XVIII devia criar as condições para que a verdade do mal explodisse, ou seja, surgisse em forma de uma crise.

Antes do século XVIII, a loucura não era frequentemente internada e era considerada como forma de erro ou ilusão, sendo antítese da condição de sujeito. Ainda no começo da idade clássica, a loucura era vista como pertencendo às quimeras do mundo e se podia viver no meio delas. A prática do internamento iniciou-se no começo do século XVII e coincidiu com o momento em

que a loucura é percebida como desordem na maneira de agir, querer, sentir paixões e ser livre. Foucault nos lembra que a loucura deixa de se inscrever no eixo verdade-erro-consciência para estar no eixo paixão-vontade-liberdade.

A função do asilo, naquele movimento de volta às condutas regulares, era descobrir a verdade da doença mental e afastar tudo aquilo que, no doente, pudesse mascarar, confundir, dar forma aberrante, alimentar ou estimular o sofrimento mental. Mais que um lugar de desvelamento, o hospital era lugar de confronto. A loucura, vontade perturbada ou paixão pervertida, deveria encontrar a retidão das paixões ortodoxas. Este afrontamento é desejável, pois produziria o aparecimento do mal que não se manifesta em delírios. Se a luta fosse bem levada, a vontade perturbada ficaria submissa, alcançando-se a vitória com a reinstalação do sujeito.

No hospital de Esquirol e Charcot – autoridades da psiquiatria francesa do século XIX - a função do médico, enquanto “produtor da verdade”, se hipertrofia, se exalta. Essa exaltação se produziu fundada nos privilégios do conhecimento. O médico é competente, conhece as doenças e os doentes, detém um saber científico, isso permite sua intervenção e decisão. O poder médico lhe permitia produzir a realidade de uma doença mental, cuja propriedade era reproduzir fenômenos inteiramente acessíveis ao conhecimento (técnica da hipnose e da sugestão).

O percurso teórico de Foucault foi permeado com um diálogo permanente com a psicanálise. Autores como Chaves (1988), Birman (2000), Rancière (2004) e Roudinesco (1994) escreveram obras que abordam o lugar teórico ocupado pela psicanálise no pensamento de Foucault.

Na obra de Foucault, a interlocução com a psicanálise foi representada não apenas pelas formulações de Freud, mas principalmente pelos enunciados de Lacan. Os comentários de Lacan foram alvo das mais duras críticas de Foucault ao discurso psicanalítico. Um estilo crítico e provocante marca a interlocução de Foucault com a psicanálise. Birman aponta que:

a psicanálise no discurso de Foucault nem sempre está escrita no nível do enunciado, mas também no nível da enunciação. É preciso, pois atentar bem para as pulsações e silêncios desse discurso, para que se possam apreender devidamente as referências indiretas e alusivas a psicanálise, como passos estratégicos na construção do pensamento de Foucault (BIRMAN, 2000, p. 19).

Interessa-nos especialmente a problematização que o autor faz da loucura e da medicina na construção de seu pensamento filosófico, no interior do qual ocorreu a interlocução com a psicanálise. Foucault, ao abordar a arqueologia da problemática da loucura, diz que a constituição de uma cultura fundada na razão teria conduzido a loucura para a sua exterioridade e para ser inscrita além de suas fronteiras. Assim, a loucura foi enunciada definitivamente como sendo o “outro” da razão e inscrita no território da desrazão. O louco, considerado o antissujeito, seria

silenciado, destituído de sua experiência trágica.

Neste contexto, em que a experiência trágica da loucura passou a ser inserida apenas no território obscuro da desrazão, a loucura continuou a ser abordada nas tradições literária e estética, amputada e desvalorizada que foi do seu poder de dizer no registro da razão. Em contrapartida, a consciência crítica, definindo agora a hegemonia do território da razão, colocou progressivamente a loucura como sendo sempre suspeita e inscrita nos limites do inaudível.

Nessa perspectiva, a instrumentação terapêutica da psiquiatria contemporânea se dá pela via da psicofarmacologia, silencia a produtividade delirante da loucura e retira dela qualquer dimensão de produção enunciativa. Representa o ponto mais avançado que a tradição crítica sobre a loucura alcançou, na medida em que a leva às últimas consequências, afirmando que a loucura é ausência de obra e de autoria. Portanto, o apagamento da loucura como positividade existencial e produção enunciativa, através de caminhos tecnológicos e instrumentais do saber psicofarmacológico e das neurociências, acabou por excluí-la do registro da linguagem pelo silenciamento que provocou e que a teria lançado em absoluto silêncio.

O percurso crítico de Foucault em relação à psicanálise inscreveu-se no contexto de sua inserção na tradição crítica da loucura enquanto saber e prática sobre esta. Dessa forma, o autor considera o saber psicanalítico como continuidade do saber psiquiátrico, não tendo qualquer proximidade com a tradição trágica. A psicanálise seria uma forma de hermenêutica da sexualidade a serviço do dispositivo de aliança, reassegurando assim, a exclusão da loucura do registro da verdade.

Com a intenção de mostrar que a referência psicanalítica teria sempre a intenção de promover a desalienação da loucura, concebida sempre como alienação mental, o autor aborda o dispositivo transferencial. Inscreve o dispositivo transferencial em continuidade com o tratamento moral, afirmando que em ambos o objetivo é a desalienação da loucura pela transformação da desordem da desrazão em ordem da razão. Além desse fato, tanto no tratamento moral quanto no dispositivo transferencial, a figura do terapeuta assumiria a posição poderosa de um taumaturgo capaz de promover a cura.

Assim, torna-se primordial justificar a onipotência da figura do louco, reduzindo-o as suas reais dimensões humanas para que ele pudesse reconhecer as coisas de maneira razoável. Em consequência, o poder assumido tanto pelo alienista quanto pelo analista dependeria da redução da onipotência do louco, sendo a oscilação imaginária a única possibilidade de real eficácia para o tratamento.

A estrutura do espelho seria, portanto, parte integrante do dispositivo do tratamento moral, maneira primordial de retificar radicalmente a imagem do louco sobre si mesmo

pela comparação permanente com sua real estatura. Por esse viés é que o dispositivo da experiência psicanalítica seria uma mera derivação do dispositivo do tratamento moral, construído pelo alienismo.

Outra crítica foucaultiana ao discurso psicanalítico diz respeito à inscrição da psicanálise no quadro da moderna relação médico – paciente. A psicanálise, inscrita na matriz arqueológica da moderna clínica, seria uma das técnicas de exame da singularidade inventada pela modernidade. A existência de uma suposta continuidade entre psicanálise e clínica médica nos registros estratégicos e tático deveria ser buscada no campo das técnicas de exame da individualidade inventada pela clínica e não na restrita comparação da trama conceitual entre esses discursos.

Foucault levanta a hipótese que “o início da antipsiquiatria ocorre quando se desconfiou para em seguida se ter certeza que Charcot produzia efetivamente a crise de histeria que descrevia. Tem-se aí mais ou menos o equivalente da descoberta feita por Pasteur, de que o médico transmitia as doenças que queria curar” (FOUCAULT, 1995, p.123). Tanto Laing quanto Basaglia – expoentes da antipsiquiatria - questionam a maneira pela qual a verdade podia ser fabricada e comprometida com o poder.

Foucault nos lembra que:

o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Poder e desejo definem que um lugar no discurso seja conquistado pela maneira através da qual cada um o assume.

Porém, a psicanálise também apresenta alinhavos com o pensamento foucaultiano. Em sua obra “História da loucura”, o autor afirma que: “com Freud ocorre um deslocamento que permite, na modernidade, a possibilidade de um diálogo em a desrazão” (FOUCAULT, 1961, p. 338).

Essa afirmação é importante, pois se refere à possibilidade que a psicanálise abre de dialogar com a desrazão. A teoria psicanalítica considera que há um saber na desrazão. Assim, existe um diálogo com a experiência trágica da loucura.

A concepção lacaniana do inconsciente estruturado com linguagem teve um reconhecimento estratégico por Foucault. A posição descentrada do inconsciente e a exterioridade do campo da linguagem foram concebidas por Foucault como ruptura crucial com a tradição da filosofia do sujeito. Na medida em que o inconsciente funcionava como sendo um “outro” da consciência e como uma exterioridade dela, a hipótese linguística interessava a Foucault, pois ia de encontro

ao seu trabalho de valorizar o pensamento de fora, no qual a literatura se destacava como objeto privilegiado.

Isso nos abre a possibilidade de refletir a constituição de uma nova modalidade de clínica, em cujo fundamento estaria no cuidado de si e na possibilidade de que a figura do louco seja restituída de sua potência de saber como modalidade positiva de afirmação de si mesma. Dessa maneira, a inscrição da psicanálise na tradição trágica talvez fique estabelecida. Essa depuração teórica e clínica convidam-nos a deslocar o imperativo do saber de si para o campo do cuidado de si.

Em “História da loucura”, Foucault nos mostra como o grande enclausuramento clássico produz uma população que aparece como heterogênea para nossos olhos modernos; medicalizados, antropologizados e humanizados. Porém, para a percepção da época, é perfeitamente coerente, porque agrupa o que aparece enquanto outro, diferente, estrangeiro aos olhos da razão e da moral e classifica como desrazão, desatino, o que pretende desclassificar.

O louco, na Época Clássica, era parte integrante de um perigo que a razão clássica - não como razão pura científica, mas como razão moral, social - classificava como desrazão, ausência de razão, negatividade vazia de razão e exclui da sociedade.

Eis uma das teses mais importantes da “História da loucura”: a independência, a estranheza, a cisão dos níveis das teorias sobre a loucura e das práticas em relação aos loucos da Época Clássica. No Classicismo, o ato de considerar alguém louco não se fundamenta em uma teoria médica da loucura; inversamente, a teoria da loucura se elabora a partir da doença em geral, tal como aparece no âmbito de uma medicina das espécies patológicas e não a partir da observação dos loucos.

Há, portanto, segundo Machado:

quando se compara o classicismo e a modernidade, ruptura entre as noções de doença mental e doença, no que diz respeito ao conhecimento da loucura, e entre o hospício e o grande enclausuramento, no que diz respeito às práticas de internamento do louco (MACHADO, 2001, p. 18).

Foucault rompe com a hagiografia e ao invés de afirmar que o surgimento de uma parafernália conceitual (da psicopatologia) permite explicar a presença da loucura na natureza humana, mostra que essa parafernália se constrói sobre a ilusão retroativa de uma natureza previamente existente na natureza.

Temos, assim, duas ideias que delimitam o campo teórico da “História da loucura”. A primeira é que só há reflexão sobre a realidade humana se ela for historicamente situada. É apenas na história que tal reflexão poderá encontrar bases efetivas. A segunda aponta que a loucura, em sua

essência, é diferente da doença mental, pois mantém uma relação fundamental com a verdade.

Roudinesco, ao comentar a obra de Foucault, afirma: “conseqüentemente, a loucura não é um fato de natureza, mas de cultura, e sua história é das culturas que a dizem loucura e a perseguem” (ROUDINESCO, 1994, p. 14). Desse modo, a medicina seria uma das formas históricas da relação da loucura com a razão. Seus conceitos, portanto, não seriam adequados à análise dessa relação. Por isso, é preciso começar a afastá-los para apreender a significação da relação.

Nesse ponto, cabe introduzir a discussão sobre racionalidade e identidade. A exploração comum da crítica à identidade, longe de ser um defensor intransigente dos estilos de pensamento pós-estruturalistas e pós-modernistas, arrisca-se a proceder a um ataque autodestrutivamente indiscriminado e politicamente ambíguo às estruturas da racionalidade e da modernidade. Para fundamentarmos nossa posição, utilizaremos a crítica de Dews (1996) acerca da “História da loucura”.

Esse autor nos lembra que um dos temas centrais do pós-estruturalismo é o protesto contra a unificação coercitiva, subentendida na noção de um sujeito consciente de si e idêntico a si mesmo. Esse movimento ocorre numa formulação na qual a fragmentação esquizofrênica da experiência e a perda da identidade são celebradas como uma libertação do eu, forjado pelo Complexo de Édipo. Segundo o autor, tais posições aparecem de forma mais oblíqua na obra de Foucault. Diz ele:

os modelos de fechamento e observação que Foucault explorou, durante toda a sua carreira, são em certos sentidos encarnações institucionais e historicamente específicas dessa concepção de uma consciência que impõe sua ordem à multiplicidade desordenada do impulso (DEWS, 1996, p. 54).

Dews afirma que isso já ocorre na “História da loucura”, na qual Foucault havia analisado a elaboração, em torno e acima da loucura, de uma espécie de sujeito absoluto que é todo olhar e que o confere o *status* de objeto puro. Em toda a obra foucaultiana, o olhar onipresente reduz a alteridade à identidade.

Macherey (1985), em texto que analisa as origens da “História da loucura”, comenta a intenção de Foucault de fazer um estudo da loucura como estrutura global – da loucura desalienada e restituída à sua linguagem de origem. Essa evocação, cujo raciocínio atravessa a “História da loucura” em diversos momentos, apoia-se em novo mito, um mito primordial, que é a loucura essencial, persistindo em sua natureza originária, aquém dos sistemas institucionais e discursivos que alteram a verdade primeira.

Nas palavras do autor:

essa representação de uma relação primitiva do homem consigo mesmo, procedendo todas as suas experiências históricas e relativizando-as ao medi-las segundo a sua própria verdade fundamental constitui de certa forma o impensado teórico a partir do qual Foucault escreve, no começo dos anos 60, a *História da Loucura* (MACHEREY, 1985, p. 66).

Teríamos nós que renunciar a qualquer saber sobre a loucura sob pena de estarmos sendo “absolutistas” e reduzindo o objeto ao nosso olhar?

Rancière (2004), num artigo que discute a apropriação do pensamento de Foucault e as tentativas de síntese efetuadas pelos intelectuais, lembra-nos que uma das características do pensamento do filósofo é o desregramento das relações entre saber positivo, consciência filosófica e ação. Ao estudar com profundidade os funcionamentos reais pelos quais o pensamento efetivo age sobre os corpos, a Filosofia abdica de sua posição central.

Mas o saber produzido não fornece subsídios para ação efetiva das massas, alicerçada numa consciência. A arqueologia das relações de poder simplesmente redistribui territórios e mapas. Ao subtrair o pensamento de sua posição central, a arqueologia foucaultiana reconhece o de cada um e o de todos, principalmente o dos “homens infames” de quem Foucault empreendeu escrever a vida. Rancière faz consideração importante:

mas ao mesmo tempo ela impede que esse pensamento, restituído a todos, se instale na centralidade de um confronto do saber e do poder. Isso não quer dizer que a política se perca na multiplicidade das relações de poder disseminadas por toda parte, mas sim que ela é sempre um salto que nenhum saber justifica e do qual nenhum saber isenta (RANCIÈRE, 2004, p. 2).

Major (1994), ao comentar a “*História da loucura*”, aponta que Foucault quis evitar os riscos de escrever essa obra usando a linguagem da razão para não repetir as agressões racionalistas com a loucura. Recorremos, novamente, ao prefácio da “*História da loucura*” para apresentarmos as pretensões de seu autor:

ali, neste simples problema de elocução, escondia-se e exprimia-se a maior dificuldade da empreitada: era preciso fazer vir a superfície da linguagem e da razão uma divisão e um debate que devem permanecer aquém, já que essa linguagem só toma sentido bem mais além deles. Era preciso, portanto, uma linguagem bastante neutra [...] (FOUCAULT, 1961/ 2002, p. 160).

Major elabora as seguintes questões: como fazer a história sem apelar à linguagem, ainda que minimamente organizada a uma sintaxe? Como falar na ausência total de obra da loucura ociosa?

Foucault considerava que falar a respeito da soberania da desrazão já era trair seu silêncio imperioso com a linguagem da ordem. O campo da percepção, ao apreender a desrazão em seu

estado selvagem, pertence a um mundo que já a capturou. Cada campo é dividido, e a loucura está instalada no coração da razão, como a razão de sua desrazão.

Ao tentar escapar do projeto objetivista da razão clássica, Foucault encontra Freud. Derrida busca responder a questão: “qual a situação da psicanálise sob o olhar e no momento do livro de Foucault?” (DERRIDA, 1994, p. 60). O encontro de Foucault com Freud é marcado pela instabilidade e pela impossibilidade de uma apreensão unívoca. Segundo Derrida:

a interpretação ou a topografia que ele nos propõe para o momento freudiano é sempre inquieta, dividida, móvel, alguns diriam ambígua, outros diriam ambivalente ou contraditória. Ele ora quer creditar, ora desacreditar Freud, a menos que faça uma e outra coisa indiscriminadamente (DERRIDA, 1994, p. 61).

No ensaio intitulado “Fazer justiça a Freud”, expressão extraída da obra de Foucault, Derrida aponta que existe, em relação à psicanálise, um paradoxo em forma de “quiasma”. Ora Foucault localiza Freud ao lado de Nietzsche, reabrindo o diálogo com a loucura, ora o autor fará o julgamento de uma psicanálise que contribui para o estabelecimento da ordem de figuras imemoráveis, tais como o pai, o juiz, a lei, a família, estando próximo dos princípios que Pinel considera imprescindíveis para a cura.

Entrementes, cumpre destacar a função da lei na possibilidade de formulação do saber. Segundo Major:

aquilo que chamamos de *Lei*, para resumir em uma palavra o funcionamento simbólico que impede o discurso de se enlouquecer eternamente, este enlouquecimento a que se entregaria de modo espontâneo o inconsciente se fosse totalmente privado dela, não autoriza em nada a Lei, no sentido de sua instituição jurídico-policial, a se afirmar, por meio desta ou daquela manifestação da sexualidade, como constitutiva do Desejo (MAJOR, 1994, p. 45).

Importante ressaltar que a lei apontada por Major é distinta daquela que Foucault aponta, anteriormente, em sua crítica à psicanálise. Foucault, em sua obra, quis recusar tal pretensão, porém reconhecer à lei os seus direitos não é sacralizar a interdição nem ratificar algum estatuto repressivo. Reconhecer essa “lei” é apostar na criação de um sentido que não permitisse um murmúrio obstinado de uma linguagem que falasse sozinha, sem sujeito falante e sem interlocutor.

Em suas publicações finais, Foucault, em uma posição que Dews (1996) denomina “revisionista”, abandona um dos esteios fundamentais do pós-modernismo ao reinstaurar uma relação entre o saber e seu objeto, relação que é abarcada pela consciência. Assim, na “Arqueologia do saber”, Foucault (1969) nos adverte que não pretende reconstituir o que seria a loucura em si, mas sua relação com os saberes que a organizam *a posteriori*. Tal postura torna-

se nítida no segundo volume da “História da sexualidade”, denominado o “Uso dos prazeres”.

Ogilvie (1991), em obra que aborda a formação do conceito de sujeito em Lacan, oferece-nos importantes contribuições sobre esse tema. Para o psicanalista, ao formular uma teoria da constituição do sujeito humano, Lacan vai encontrar a paranoia em sua estrutura, como componente essencial do conhecimento ordinário. Enfatiza, ainda, que o conceito de personalidade que permitiu elucidá-la leva em consideração a dimensão social da existência humana.

Ao estudar as psicoses paranóicas em sua relação com a personalidade, Lacan eleva seu objeto de estudo a um âmbito nunca apreendido. Do registro puramente patológico, a teoria lacaniana o reconduz ao patamar de uma concepção de conjunto da natureza e da constituição do sujeito humano. Lacan sustenta a ideia do “sujeito como uma rede de relações que condicionam sua existência, sua presença e sua duração” (OGILVIE, 1991, p. 62).

Influenciado por Spinoza, Lacan pensa a personalidade como atributo de uma única substância que é a existência social do sujeito constituída por diversas relações que determinam os comportamentos e da qual os fenômenos mentais são uma manifestação entre outras.

Tais ideias de Lacan põem fim ao dualismo que, na psiquiatria, era representado pela desvalorização das representações e dão nova pertinência à dimensão do sentido que entra em cena nas manifestações mentais que caracterizam os problemas humanos.

Não se exclui a dimensão do assentimento social na definição do conhecimento verdadeiro. O que nos interessa nessa dimensão é a definição do delírio como:

[...] a expressão sob as formas da linguagem forjadas pelas relações compreensíveis de um grupo, de tendências concretas cujo insuficiente conformismo às necessidades do grupo é desconhecido pelo sujeito (OGILVIE, 1991, p. 68).

Dessa forma, o pensamento delirante não é mais caótico e sem norma, definido negativamente a partir de uma lógica absoluta e universal. Para Lacan, a psicose não será vista como desregramento pontual de uma personalidade normal. Ela será concebida como o “desenvolvimento lógico de uma essência produzida numa história” (OGILVIE, 1991, p. 68).

A introdução da dimensão histórica torna aparente que o pensamento delirante é a manifestação de uma maneira de ser, de uma tendência concreta que só assume a forma de delírio por não corresponder aos sistemas reconhecidos num lugar e momento dados.

Assim, a abordagem histórica e relativista de Foucault, presente principalmente na “História da loucura”, encontra limite.

Não se inscrevendo numa perspectiva “sociológica” que examinaria externamente as relações entre os grupos e os indivíduos, o critério do

desvio patológico é aqui o desconhecimento que o sujeito tem de sua própria diferença. Seu anticonformismo só está na origem de um delírio porque é “desconhecido” por ele, e não porque ele seja simplesmente rejeitado pelo grupo: o sujeito substitui, de fato, um sistema de exigências sociais pelas suas próprias (OGILVIE, 1991, p. 70).

Dessa forma, temos a psicose como atividade do sujeito, estrutura patológica e não diferença experimentada, passiva, cujas causas se encontrariam em outro patamar de determinação.

Teríamos, então, uma brecha para buscar uma definição positiva de loucura que propicie produção de sentido, postura de acolhimento e tratamento aos portadores de sofrimento mental.

Referências

- BIRMAN, J. *Entre cuidado e saber de si*. Sobre Foucault e a Psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CHAVES, E. *Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- DEWS, P. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da modernidade. In ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 51-70.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. (1979) Rio de Janeiro, Graal, 1995.
- _____. (1970) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. (1969) *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. (1961) *A História da loucura*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991
- _____. (1961). Prefácio (Folie et déraison). In: MOTTA, M. B. *Michel Foucault*. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MACHEREY, P. Nas origens da História da Loucura: uma retificação e seus limites. In: RIBEIRO, R. J. (Org). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.p. 47-71.
- OGILVIE, B. *Lacan*. A formação do conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- RANCIÈRE, J. A herança difícil de Foucault. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2004. Suplemento Mais.
- ROUDINESCO, E. *et al. Foucault: leituras da História da Loucura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Sobre autores e organizadores

Autores

Ângela Buciano do Rosário

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professora e coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC – Barbacena). Integrante do Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Barbacena).

angelabr@ig.com.br

Cláudio Guilarduci

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestre e doutor em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisador do Laboratório de Estudos do Espaço Teatral e Memória Urbana (UNIRIO). Coordenador do Laboratório Teórico-Prático do Brincar Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Barbacena).

cjguila@uai.com.br

claudio.guilarduci@uemg.br

Elisabeth Gonçalves de Souza

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos (1998) e mestre em Educação pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2005). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa LER - Leitura e Escrita: Reflexões da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Barbacena) e do Grupo de Pesquisa sobre a Articulação do Discurso. Participa dos Núcleos de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade da UEMG - Barbacena e do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU/UFMG). Professora da Prefeitura Municipal de Barbacena e professora assistente da UEMG, atuando principalmente nas seguintes áreas: alfabetização - tipos e gêneros textuais e discursivos - polifonia - livro didático - métodos de alfabetização e fundamentos históricos da educação - história da alfabetização.

eliasabeth.souza@uemg.br

Felipe Mansur

Mestre em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição em que atuou no Departamento de Letras Clássicas como professor de Literatura Brasileira. Doutorando em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sua pesquisa investiga a obra ficcional do escritor brasileiro Machado de Assis e do cineasta norte-americano Woody Allen. É membro do Grupo de Pesquisa Nação-Narração, vinculado à UFF e ao CNPq.

felipemansur@hotmail.com

Gustavo Ximenes Cunha

Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (UFMG) e membro do grupo temático Descrição do Português (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística- ANPOLL), do Núcleo de Análise do Discurso (UFMG) e do grupo de pesquisa Livro Didático de Língua Portuguesa: Produção, Perfil e Circulação (Unicamp/UFMG). Especificamente, a pesquisa que desenvolve focaliza os aspectos tópicos e composicionais de reportagens do jornalismo político.

ximenes_cunha@hotmail.com

Helder Rodrigues Pereira

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pós-graduado em História de Minas no Século XIX e mestre em Letras pela mesma universidade. Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual pesquisa sobre o caráter simbólico das formações urbanas. Professor universitário, coordenador de pesquisa sobre o urbano e o discurso, enfatizando o papel do subúrbio e as conexões com a Psicanálise na compreensão das ameaças que sofre a ordem das cidades, demonstrada pelas leis.

rodrigueshelder@msn.com

Maria de Fátima Teixeira Gomes

Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC). Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e desenvolve dois projetos: um de extensão financiado pelo Programa de Apoio à Extensão (PAEX) intitulado “Entre leitores, livros e professores: a biblioteca e a leitura literária nas escolas municipais de Barbacena” e outro de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) com o título “Digitalização de textos históricos: os porões da loucura”. É membro do Grupo LER - Leitura, Escrita: Reflexões - UEMG - Barbacena.

fatimat.gomes@yahoo.com.br

Organizadores:

Fuad Kyrillos Neto

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), coordenador do Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade e docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG- Barbacena)

fuadneto@uol.com.br

Janaína de Assis Rufino

Doutoranda (bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG) e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui estágio técnico-doutoral na Université de Genève-Suíça em Análise do Discurso e Prosódia (financiado pela FAPEMIG). Coordenadora do grupo de pesquisa LER - Leitura e Escrita: Reflexões da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Barbacena). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (UFMG) e do Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade (UEMG). Seus trabalhos mais recentes propõem uma reflexão sobre os aspectos prosódicos e entoacionais do discurso e da interação verbal nas canções buarqueanas, tendo com referencial o conceito de complexidade discursiva apresentado pelo grupo genebrino de Análise do Discurso (UNIGE).

jana.assis@hotmail.com

Mauro Rocha Baptista

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ). Mestre e doutor em Filosofia da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro fundador da Associação Brasileira de Filosofia da Religião e pesquisador do Núcleo de Pesquisa Educação: Subjetividade e Sociedade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Barbacena). Professor de Ética e Filosofia da Religião na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG- Barbacena).

m-baptista@uol.com.br